

RELATÓRIO DE AÇÕES 2018





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA MESA DE DIÁLOGO.....	7
EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA E INFORMAÇÕES DE COMUNICAÇÃO.....	6
SITE DA MESA DE DIÁLOGO.....	7
COMO UTILIZAR O SITE.....	8
FACEBOOK.....	9
RELATÓRIO DAS OCUPAÇÕES / CONFLITOS URBANOS, RURAIS E SOCIOAMBIENTAIS.....	9
CONFLITOS / OCUPAÇÕES ENCAMINHAOS À MESA SEM TRAMITAÇÃO.....	46
AVANÇOS E DESAFIOS.....	66
ANEXOS.....	68
RELATÓRIO DE VISITAS/ AGENDAS COM A ARTICULAÇÃO ROSALINO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	69
INTRODUÇÃO.....	70
MAPA DAS COMUNIDADES VISITADAS PELA MESA DE DIÁLOGO.....	71
SOLICITAÇÃO DE AGENDA – ARTICULAÇÃO ROSALINO.....	73
NÚCLEO TERRITORIAL SÃO FRANCISCO.....	77
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAPINHA.....	77
COMUNIDADE VAZANTEIRA DA ILHA DE PAU DE LÉGUA.....	80
COMUNIDADE VAZANTEIRA DE PAU PRETO.....	83
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PRAIA.....	85
FAZENDA MARILÂNDIA (MACHADO/MANGA JAPURÉ).....	86
COMUNIDADES VEREDEIRAS DE POÇÃOZINHO E ALEGRE.....	89
COMUNIDADE QUILOMBOLA NATIVOS DO ARAPUIM.....	90
NÚCLEO TERRITORIAL PLANALTO.....	91
TERRA INDÍGENA TUXÁ – ALDEIA SETSOR BRAGAGA.....	91
CORAÇÃO DE JESUS.....	93
CONTRA A CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO PACUÍ.....	93
NÚCLEO TERRITORIAL ALTO RIO PARDO.....	94
COMUNIDADE GERAIZEIRA DE VEREDA FUNDA –.....	94
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA.....	94
COMUNIDADE DA BARRA DE SANTA MARIA.....	97
COMUNIDADE DE SANTANA/RIACHINHO.....	98
COMUNIDADE DE RAIZ.....	99



COMUNIDADE DE SOBRADO	99
COMUNIDADE DE BOM JESUS	102
PROCESSO DE GRILAGEM DE TERRAS EM TERRITÓRIO GERAIZEIRO	103
COMUNIDADES MENINO DEUS E JACU	104
COMUNIDADE DE BATALHA	105
COMUNIDADE MOREIRA	106
COMUNIDADE DE BONITO	107
COMUNIDADE ÁGUA BOA II.....	108
COMUNIDADE BAIXA GRANDE.....	109
COMUNIDADE DE MUQUÉM.....	110
NÚCLEO TERRITORIAL GERAIS DA SERRA.....	113
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEIXE BRAVO.....	113
RDS TAMANDUÁ	114
NÚCLEO TERRITORIAL SERRA	115
COMUNIDADE QUILOMBOLA MATA DOS CRIoulos.....	115
COMUNIDADE QUILOMBOLA VARGEM DO INHAÍ.....	117
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RAIZ	118
PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES	119
REFERÊNCIAS.....	122
RELATÓRIOS DESTACADOS: MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS.....	123
BARRAGEM DE BERIZAL (MUNICÍPIO DE INDAIABIRA)	124
BARRAGEM DA FUMAÇA (MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS)	132
BARRAGENS DE EMBOQUE E GRANADA (MUNICÍPIOS DE RAUL SOARES E ABRE CAMPO)..	139
USINA DE IRAPÉ (MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL)	145
BARRAGEM SETÚBAL (MUNICÍPIOS DE JENIPAPO DE MINAS/CHAPADA DO NORTE).....	151
UHE ITAPEBI (MUNICÍPIO DE SALTO DA DIVISA)	159
VALE DAS CANCELAS (MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL).....	167
BARRAGEM DE AIMORÉS (MUNICÍPIO DE RESPLENDOR, ITUETA E AIMORÉS).....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS.....	184



Historicamente a disputa pela terra no Brasil é marcada pelo alto grau de violência e, infelizmente, a luta pelo direito à terra e à moradia digna, garantido pela Constituição Federal, já causou milhares de mortes no campo e na cidade. Entretanto, sempre tivemos a firme convicção de que a legítima defesa de interesses conflitantes – seja por parte da população, seja por parte dos proprietários de terra ou mesmo do Estado – pode ser feita de forma pacífica e mediada.

Em uma iniciativa inédita, o governador Fernando Pimentel criou em julho de 2015 a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários, instituída pelo Decreto NE Nº 203 e, alterado pelo Decreto NE Nº 520, de setembro de 2016.

A missão dada à Mesa de Diálogo foi a de encontrar soluções negociadas com as famílias que moram em áreas urbanas ou rurais e que se encontram sob ameaça de despejo levando em conta os três princípios que devem ser respeitados simultaneamente: o direito à propriedade, consagrado na Constituição; as decisões judiciais, que têm que ser cumpridas; e, sobretudo, o contexto social e o direito das famílias.

Para potencializar o trabalho, foram convidados a participar da Mesa representantes de outros poderes como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tribunal de Justiça de MG (TJMG), Ministério Público Eleitoral (MPE), Defensoria Pública de MG (DPMG), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), PUC Minas, OAB, Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública da União (DPU), além dos integrantes das ocupações, proprietários dos terrenos e representantes do Governo sobre a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Ao final desses quatro anos, alcançamos grande parte do objetivo traçado para Mesa de Diálogo e Negociação com Ocupações Urbanas e Rurais. Nenhuma desocupação foi feita utilizando a força policial de forma que gerasse violência. Até dezembro de 2018, 122 conflitos foram solucionados e outros 187 de menor intensidade foram identificados para serem levados para negociação. O exemplo mais emblemático do sucesso dessa política foi o acordo que garantiu a posse de terra e urbanização da maior ocupação urbana da América Latina, a Izidora, colocando fim a um conflito que se arrastava desde 2013.

Isso reforça nossa convicção que somente o diálogo é capaz de solucionar os problemas sociais brasileiros. Quero agradecer aos parceiros institucionais que acreditaram na Mesa de Diálogo e Negociação com Ocupações Urbanas e Rurais para dirimir potenciais conflitos. Meu agradecimento também aos integrantes das ocupações que nos deram um voto de confiança e sentaram conosco à mesa em busca de soluções pacíficas. Que esse espírito prevaleça na continuidade dos trabalhos desse importante espaço de diálogo e construção coletiva.

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão



Apresentação

A Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e Outros Grupos Envolvidos em Conflitos Sócio fundiários, criada pelo governo do Estado em 2015, é uma experiência inédita, cuja construção se deu de forma coletiva e articulada, envolvendo órgãos e secretarias do Estado, órgãos públicos estaduais, representação da sociedade civil e movimentos organizados.

Criada com intuito de prevenir, mediar e solucionar, de forma justa e pacífica os conflitos em matéria sócio ambiental e fundiária, mediante a participação dos setores da sociedade civil e de governos diretamente envolvidos, a Mesa de Diálogo iniciou seu trabalho em fevereiro de 2015, não obstante sua instituição formal tenha ocorrido por meio do Decreto NE nº 203, publicado em 01/07/2015, atualizado pelo Decreto NE nº 520, de 28/09/2016.

Por meio da participação voluntária de todos os atores envolvidos nos conflitos, o trabalho da Mesa de Diálogo busca mediar soluções possíveis para cada tipo de conflito. A participação da representação de secretarias e órgãos do Estado, bem como de instituições parceiras entre as quais as Universidades, a Defensoria e os Ministérios Públicos e a Assembleia Legislativa, demonstram a pluralidade de sua abrangência e articulação.

As demandas são noticiadas à Mesa de Diálogo por meio de entidades governamentais, líderes dos movimentos sociais ou membros da sociedade. Normalmente as reuniões ordinárias de negociação ocorrem semanalmente com todos os atores envolvidos no processo, inclusive muitas vezes nos locais de conflito

O presente relatório, procura demonstrar o resultado e a transparência das mediações produzidas pela Mesa de Diálogo bem como o desempenho do trabalho realizado do início até a presente data.

Fernando Tadeu David

*Subsecretário dos Fóruns Regionais de Governo
e Coordenador da Mesa de Diálogo*



Estrutura e funcionamento da Mesa de Diálogo

Plenário

Instância superior de deliberação da Mesa de Diálogo. É coordenada pelo Subsecretário dos Fóruns Regionais, vinculado a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. O coordenador será substituído, em suas faltas e impedimentos nas reuniões do plenário, pelo representante da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, ou outro representante por ele indicado.

Diretoria Executiva

Instância composta pelo Coordenador da Mesa e pelos representantes das secretarias e órgãos que a compõem.

Secretaria Executiva

Órgão de apoio e suporte administrativo, composto por um núcleo administrativo, um núcleo de pesquisa e mobilização social, um núcleo de comunicação e um núcleo jurídico.

Câmaras Setoriais

Instância responsáveis pela análise, estudo e apresentação de propostas de acordo sobre matérias específicas submetidas a Mesa de Diálogo, conforme deliberação do Plenário ou da Diretoria Executiva.

Equipe da Secretaria Executiva e informações de comunicação

EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA MESA DE DIÁLOGO	
Nome	Cargo
Lucas de Oliveira	Secretário Executivo
Raphael Francisco Henrique Ursino	Núcleo de Comunicação
Simone Cristina Francisco	Núcleo de Pesquisa e Mobilização Social
Marcos Miranda	Núcleo Administrativo
Daniela Lins S. Espírito Santo	Núcleo Jurídico
Jacqueline Dias Prates de Oliveira	Núcleo Administrativo



Site da Mesa de Diálogo

O site da Mesa de Diálogo, disponibilizado para acesso em setembro de 2017, está vinculado ao site da Seplag e pode ser acessado pelo endereço eletrônico “planejamento.mg.gov.br/mesadedialogo”. Por meio dele é possível encontrar a composição da Mesa, atas de reuniões para download, além dos contatos da Secretaria Executiva. A plataforma dá acesso também aos vídeos, fotos e todos os trabalhos que a Mesa de Diálogo realiza.

Secretaria de **PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Buscar

MINAS GERAIS
DIÁLOGO. EQUILÍBRIO. TRABALHO

A Seplag | Gestão de Pessoas | Planejamento e Orçamento | Gestão Governamental | Logística | Documentos | Notícias | Atendimento

Página inicial / A Seplag

Publicações

Conflitos fundiários e socioambientais

Legislação Mesa de Diálogo

MESA de DIÁLOGO
Conflitos Urbanos e Rurais

O que é

A Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários, foi instituída pelo Decreto NE N° 203, de julho de 2015, alterado pelo Decreto NE N° 520, de setembro de 2016.

Fazem parte da Mesa de Diálogo, os seguintes órgãos:

Como utilizar o site

Acesse: www.planejamento.mg.gov.br/medadedialogo

A primeira tela do site mostra o que é a Mesa de Diálogo, quem faz parte dela e as últimas notícias. Tem também os telefones de contato e e-mail. No menu à esquerda, existem mais três opções: Publicações, Conflitos fundiários e socioambientais e Legislação Mesa de Diálogo.



Em Publicações, o visitante pode ver os vídeos, fotos, e todos os trabalhos que a Mesa de Diálogo realiza. A opção Conflitos fundiários e socioambientais mostra a quantidade de conflitos em Minas Gerais, com a possibilidade de se fazer o download da tabela completa de conflitos por município.

O decreto e as atas de reuniões, para visualizar em tela ou fazer o download, estão disponíveis na opção Legislação Mesa de Diálogo.

O vídeo explicativo sobre como utilizar o site pode ser visto no facebook, através do link: <https://goo.gl/kgxTcL>

Facebook

A Mesa de diálogo utiliza o facebook para divulgar fotos e vídeos das reuniões, além de informações sobre as atividades da Mesa.





Relatório das Ocupações / Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais



RELATÓRIO DAS OCUPAÇÕES / CONFLITOS EM DEZEMBRO DE 2018		
Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
1	Município: Açucena Parque Estadual do Rio Corrente	<p>Conflito envolvendo 23 famílias indígenas da etnia Pataxó Geru Tunã, famílias quilombolas e ocupantes do MST, oriundas da desocupação da Fazenda Bateria/Preservar. O Parque foi criado em 1998 e possui 5.065 ha em área de propriedade da empresa Aperam, que foi cedida ao Estado, para pagamento de dívida, Dação em Pagamento. Foi realizada visita pela Coordenação da Mesa de Diálogo. A situação do Parque Rio Corrente está sendo tratada entre Mesa de Diálogo, IEF, FUNAI, AGE e Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, com grande possibilidade de acordo que beneficie todas as partes envolvidas. Houve um grande esforço por parte de todos os envolvidos na articulação, para a construção de uma proposta que caminhe para a solução pacífica do referido conflito.</p> <p>Ata 59/2018</p> <p>Movimento Social: Indígenas, quilombolas e MST.</p> <p>Processo nº 1322820-91.2012.8.13.0024 – 5ª Vara da Fazenda Estadual – Comarca de Belo Horizonte – Desapropriação - Autos conclusos para despacho em 06/06/2018.</p>
2	Município: Aimorés Hidrelétrica Eliezer Batista - Barragem Aimorés	<p>Conflito Socioambiental envolvendo 100 famílias atingidas pela Barragem de Aimorés. A Mesa de Diálogo realizou reunião no distrito de Itueta, em setembro de 2017 e visitou as residências das famílias atingidas pela construção da Hidrelétrica Eliezer Batista, gerenciada pela empresa Aliança Energética. O Distrito de Itueta é o local onde foram assentadas as famílias que saíram da área em que foi construída a Barragem. A Mesa de Diálogo instaurou câmara setorial somente para tratar as demandas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), relacionadas, especificamente, às comunidades atingidas por barragens construídas no Estado.</p> <p>Ata MAB 14/09/17 Relatório MAB</p> <p>Conflito socioambiental – Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>
3	Município: Almenara Fazenda Marobá - Acampamento 16 de Abril Comunidade Teixeira	<p>Conflito envolvendo a comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras. Houve, por parte dos quilombolas, o movimento de retomada do território. Atualmente, a comunidade aguarda a conclusão do laudo antropológico que está sendo produzido pelo INCRA. Segundo o Incra o laudo está em avançado processo de construção. O MST está à frente desse conflito, que tem como pano de fundo a demarcação de terras em território quilombola.</p> <p>Ata 093/2017</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 0399720-61.2009.8.13.0017 – Comarca de Almenara – Baixado – Carta Precatória – Baixa Definitiva em 24/03/2009 – não há dados do processo principal.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
4	Município: Antônio Carlos Acampamento Gabriel Pimenta	<p>Conflito envolvendo 60 famílias oriundas de ocupação no município de Coronel Pacheco. A Mesa de Diálogo realizou visita ao acampamento e cadastro das famílias. Em conversa com o Prefeito Municipal de Antônio Carlos, este demonstrou interesse em reaver a área, para construção de um parque de exposições para o município. A Mesa de Diálogo estuda a possibilidade de assentamento das famílias em terreno que pertence à Secretaria de Educação.</p> <p>Ata 132/2018</p> <p>Movimento Social:MST</p> <p>Processo nº 5091928-08.2018.8.13.0024 - Comarca de Barbacena – Concedida Medida Liminar em 13/08/2018 – Juntada de petição de manifestação da Defensoria Pública em 25/10/2018.</p>
5	Município: Araguari Fazenda Capão da Anta e Canabrava	<p>Conflito envolvendo 600 famílias. Chegou à Mesa de Diálogo através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC). Foi realizada reunião no dia 13 de agosto de 2018, quando a comunidade relatou que ocupam uma área de 27 alqueires, há 6 anos. Tendo em vista a suspeita levantada pela comunidade, de que o advogado do proprietário do imóvel estaria vendendo lotes na área ocupada, a condução da Coordenação da Mesa de Diálogo para o caso foi encaminhar o conflito ao Ministério Público, para apuração. Segundo informações da PMMG, houve reintegração pacífica do imóvel.</p> <p>Ofício nº 3019/2018 P3/53º BPM para planejamento da PMMG. Reintegração de Posse efetivada em 30/11/2018.</p> <p>Ata Sem Número 23/06/2015 ata 140 do dia 13/08/18</p> <p>Processo nº 4236850-38.2013.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Determina a imediata execução do julgado com a expedição de carta precatória para a Comarca de Araguari para o cumprimento da reintegração de posse em 30/08/2018 – Cumprimento de sentença – Autos entregues em carga do Ministério público em 23/10/2018.</p>
6	Município: Bambuí Fazenda Bela Vista	<p>Conflito envolvendo 120 famílias que ocuparam imóvel denominado Fazenda Bandeirantes ou Fazenda Escola, por meio de contrato de arrendamento rural, por Walter Pires Eustáquio, para exploração agrícola, cujo vencimento se deu em 07/10/2016. A última reunião foi em 2017, onde a Mesa de Diálogo se comprometeu a se reunir com o MST para tratar de um acordo de não ocuparem a terra novamente, que não havia sido cumprido pelo MST. O acordo de saída pacífica dos ocupantes foi mediado pela Mesa de Diálogo, sendo cumprido pelas famílias que saíram pacificamente da fazenda.</p> <p>Processo nº 0156453-89.2015.8.13.0024 - Vara Agrária de Minas Gerais - Baixado - Em 23/03/2018 a parte autora manifestou requerendo a desistência da ação - Sentença homologa a desistência e extingue o processo sem resolução do mérito em 16/08/2018 - Sentença transitada em julgado em 18/10/2018 - Processo arquivado definitivamente em 18/11/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
7	Município: Belo Horizonte Vila Esperança – Imóvel no Bairro Calafate	<p>Não há informações sobre números de famílias. O SESI entrou com pedido de reintegração de posse do imóvel do Bairro Calafate. As negociações da Mesa de Diálogo não resultaram em acordo. Nos arquivos da Mesa de Diálogo não existem mais detalhes sobre o conflito. Ata nº 46 1 17/05/2016</p> <p>Processo nº 1364414-17.2014.8.13.0024 – Comarca de Belo Horizonte – Baixado – Baixa definitiva em 04/10/2017.</p>
8	Município: Belo Horizonte Ocupação Vila da Conquista	<p>O conflito chegou à Mesa de Diálogo através da Secretaria de Direitos Humanos participação e cidadania (SEDPAC). A primeira reunião foi realizada no dia 13/06/2017, onde houve um intenso debate com a comunidade, que se sentia ameaçada por uma ordem de reintegração. A Mesa de Diálogo realizou visitas e cadastrou as famílias, em conjunto com a SEDPAC. Reunião Ordinária da Mesa de Diálogo - ata nº 91/2017 Ata nº 45/2017 Câmara Setorial</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares Processo nº 5039752-86.2017.8.13.0024 – Comarca de Belo Horizonte – Processo de reintegração de posse com liminar suspensa até julgamento definitivo do recurso em 11/10/2017 – Decorrido prazo em 19/11/2017.</p>
9	Município: Belo Horizonte Imóvel localizado na Rua Teodomiro Cruz, lotes 22 e 23, quadra 10 - Bairro Novo São Lucas (Aglomerado da Serra).	<p>As atuações da Mesa de Diálogo neste conflito foram com visitas ao local, que está situado na zona sul de Belo Horizonte. No momento não há nenhuma atuação mais relevante. ata nº 046.1/2015 Ata sem número 15/09/2015</p> <p>Processo nº 0734815-82.2014.8.13.0024 – 10ª Vara Cível - Comarca de Belo Horizonte – embargos de declaração não acolhidos – reunião para concretizar o cumprimento da decisão de reintegração de posse prevista para o dia 05/11/2018 em 31/10/2018.</p>
10	Município: Belo Horizonte Ocupação Zezéu Ribeiro/ Norma Lucia	<p>Conflito urbano, localizado no prédio do INSS, no centro de Belo Horizonte. O prédio foi ocupado em 2015, por cerca de 90 famílias. Três reuniões da Mesa de Diálogo foram realizadas, com a participação de vários movimentos sociais, como: Fetaemg, MLB, Conam (associação dos moradores). As negociações foram articuladas com o Ministério das Cidades, em Brasília, para possibilidade da inclusão da ocupação no programa “Minha Casa minha vida entidades”. ata nº 47/2016 Ata nº 130/2016</p> <p>Movimento Social: Movimento de Luta dos Bairros Vilas e Favelas - MLB</p> <p>Processo nº 22666-51.2015.4.01.3800 – 5ª Vara Federal de Belo Horizonte – Cumprimento de Sentença – Audiência realizada Conciliação não obtida em 21/06/2018 – Juntada de petição dos réus em 10/07/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
11	Município: Belo Horizonte Ocupação Maria Vitória e Maria Guerreira – Bairro Copacabana	<p>Área reintegrada. 98 famílias representadas pelo MLB ocupavam um terreno do bairro Copacabana. Após diversas reuniões de mediação da Mesa de Diálogo, para tentar, junto à PBH o auxílio moradia para as famílias, o terreno foi reintegrado, de acordo com o comunicado da PMMG, do dia 02/06/2017. Apesar de várias intervenções da Mesa de diálogo, a reintegração não foi pacífica e teve repercussão no estado inteiro,</p> <p>ata 02/06/15 ata 42 ata 07/07/15 ata 12/05/15 ata 14/07/15 ata 24/05/16 ata 25/08/15</p> <p>Processo nº 6043787-43.2015.8.13.0024 – 3ª Vara de Fazenda Municipal – Comarca de Belo Horizonte – Mandado de reintegração de posse cumprido em 28/06/2018 – Autos conclusos para despacho em 06/06/2017.</p>
12	Município: Belo Horizonte Ocupação Vila Nova – Bairro Jaqueline	<p>Trata-se de área pertencente à Construtora Marinalva, no Bairro Jaqueline, que foi ocupada em 1996. A ocupação, totalmente consolidada, tem cerca de 200 famílias que moram em imóveis de alvenaria. Houve reuniões com o proprietário da área, que tem interesse em negociar, para buscar uma solução justa e pacífica para todas as partes. O imóvel possui dívidas fiscais com o município (IPTU). As tratativas caminharam no sentido de estabelecer parceria entre PBH/URBEL e Cohab Minas, para que as famílias continuem morando na área. ata nº 52/2018 reunião de Câmara Setorial 23/02/2018.</p> <p>Processo nº 0325461-94.2014.8.13.0672 – Comarca de Sete Lagoas – Autos conclusos para despacho em 27/08/2018 Processo nº 3171718-17.2014.8.13.0024 – Comarca de Belo Horizonte – Carta Precatória – Autos entregues em carga ao Defensor Público em 21/09/2018.</p>
13	Município: Belo Horizonte Ocupação Vicente Gonçalves - Vicentão	<p>Ocupação urbana que surgiu em um imóvel no centro de Belo Horizonte, que pertence à massa falida do extinto banco Hercules, situado na rua Espírito Santo. Segundo os moradores, na ocupação vivem entre 100 famílias, que não teriam mais como pagar o aluguel. O movimento Brigadas Populares está à frente das negociações da ocupação e expõe que o objetivo dos moradores é continuar morando no centro de Belo Horizonte, tendo em vista que o imóvel se encontrava ocioso, antes da ocupação. A Mesa de Diálogo trouxe para o debate os representantes da Massa Falida e a PBH, para tentar direcionar uma saída para as famílias. Foi encaminhado cópia da ata ao juiz que estava à frente do processo de falência da empresa, para a suspensão da ordem de reintegração. Foi encaminhada também uma vistoria no prédio, para verificar as condições de segurança do imóvel. O documento sobre a vistoria encontra-se nos arquivos da Mesa de Diálogo. Atualmente, encontra-se pendente, uma Câmara Setorial, que seria realizada para tentar encaminhar alguma alternativa de destinação das famílias que estão no prédio.</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares - ata nº 122/2018, Ata nº 141/2018 e Ata nº 61/2016</p> <p>Processo nº 6833145-32.2002.8.13.0024 – 2ª Vara Empresarial – Comarca de Belo Horizonte – Efeito suspensivo concedido nos autos do Agravo de Instrumento nº 1.0024.02.683314-5/001 – Ação de reintegração de posse suspensa até solução do recurso em 02/10/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
14	Município: Belo Horizonte Ocupação Pátria Livre – Pedreira Prado Lopes	<p>Conflito envolvendo cerca de 70 famílias, que existe desde o dia 07 de setembro de 2017. O proprietário do imóvel demonstrou, desde o início, interesse em negociar o imóvel, o que fez com que as negociações na Mesa de Diálogo evoluíssem para uma permuta entre imóveis do Estado e o imóvel ocupado. Atualmente há uma forte parceria com a PBH, através da URBEL, para se concretizar as negociações que estão em pauta. Conforme pactuado na Mesa de Diálogo, no momento não há reintegração de posse.</p> <p>Movimento Social: Movimento de Trabalhadores por Direito (MTD) ata nº 107/2018 ata nº 142/2018</p> <p>Não há Ação de Reintegração de posse ajuizada.</p>
15	Município: Belo Horizonte Ocupação Izidora – Ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Greco	<p>Trata-se de Ocupação Urbana de Imóvel Público e Privado pertencente à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Família Werneck. Ocupação composta por, aproximadamente, 8 mil famílias, média de 30 mil pessoas (informações enviadas pelo movimento), desde o ano de 2013. O conflito entrou em pauta de reunião na Mesa de Diálogo no dia 02/02/2015. As negociações avançaram com apresentação de proposta de acordo pela Prefeitura de Belo Horizonte em conjunto com o Estado de Minas Gerais. Em abril de 2018 a PBH decreta a regularização de áreas ocupadas em Belo Horizonte, o que inicia um processo de acordo e desiste da Ação de Reintegração de Posse proposta por ela. Em audiência de conciliação realizada em 08/11/2018 ficou pactuada a permuta de imóveis entre Cohab-MG, que cederá o terreno da Fazenda Marzagão, em Sabará, aos proprietários da Granja Werneck; a PBH irá instaurar procedimento de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) e instalação de serviços públicos. O Acordo não encerra todo o conflito em relação à totalidade da área ocupada. Ainda existem dois processos de reintegração de posse pendentes de solução.</p> <p>ata nº 32/2015 ata nº 01/2017 mais 9 (nove) atas que não possuem numeração. Retornou para a Mesa de Diálogo em 2018 ata nº 66/2018 ata nº 67/2018 ata nº 148/2018 - possui mais atas. Movimento Social: Brigadas Populares e MLB.</p> <p>Processo nº 2427246-06.2013.8.13.0024 – 2ª Fazenda Municipal – Comarca de Belo Horizonte – Autor: Município de Belo Horizonte – Baixado – Autos recebidos pelo arquivo em 07/08/2018. Processo nº 2978891-13.2013.8.13.0024 – 19ª Vara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Processo suspenso por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente em 31/10/2018 – Despacho vista às partes em 08/11/2018. Processo nº 3135046-44.2013.8.13.0024 – 19ª Vara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Processo suspenso por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente em 31/10/2018 – Despacho vista às partes em 08/11/2018. Processo nº 3042606-29.2013.8.13.0024 – 19ª Vara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Audiência de conciliação designada para o dia 08/11/2018 - Homologada Transação, julgou extinto o processo com resolução do mérito em 23/11/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
16	Município: Belo Horizonte Ocupação Nelson Mandela	<p>A ocupação teve início em 2014, com cerca de 28 famílias que ocuparam área verde de titularidade do Município de Belo Horizonte, no Aglomerado da Serra. Foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Cohab-MG e PBH/Urbel para operacionalização do pagamento do Aluguel Social. 13 famílias foram realocadas em imóveis da Cohab-MG e 15 recebem auxílio para pagamento de aluguel. O imóvel foi desocupado pacificamente em 16/04/2015.</p> <p><u>ata 31 de março 2015; ata 13/04/17; ata 14/04/2015; ata 19/03/2015; ata 26/02/2015; ata 28/04/2015</u>, mais 9 (nove) atas que não possuem numeração.</p> <p>Movimento Social: MLB e Comissão Pastoral da Terra</p> <p>Processo nº 0037078-31.2014.8.13.0024 – 3ª Vara de Fazenda Municipal – Comarca de Belo Horizonte – Baixado – Autos recebidos pelo arquivo em 18/07/2018.</p>
17	Município: Belo Horizonte Ocupação Tina Martins	<p>O conflito chegou à Mesa de Diálogo através do movimento Olga Benário. As características dos conflitos e as reivindicações do Movimento não se enquadram no perfil da maioria dos conflitos tratados na Mesa de Diálogo, mas, mesmo assim, foi acolhido pela Segov e encaminhado para ser pautado na Mesa de diálogo. Foram realizadas várias reuniões, antes de se chegar a um acordo. Inicialmente, o Movimento ocupou o prédio da antiga faculdade de engenharia da UFMG, situado no centro de Belo Horizonte, na Rua Guaicurus,343. As reivindicações seriam, a princípio, chamar atenção para falta de investimento em políticas públicas para mulheres em situação de violência. Segundo o Movimento, em Belo Horizonte não existe um espaço que cuide 24h dessas mulheres, assim como faz o espaço Tina Martins. As negociações contaram com a presença de vários órgãos, em busca da solução do conflito, dentre eles; PUC, UFMG,SPU, AGU,SEDPAC, SEDESE. Houve um acordo na Mesa de Diálogo e foi cedido um imóvel na rua Paraíba, 64, onde se instalou a casa de referência Tina Martins, que atualmente atende mulheres vítimas de violência.</p> <p>A Mesa de Diálogo retomou as negociações em 01/08/2018.</p> <p><u>ata nº 44/2016 ata nº 46/2016 ata nº 137/2018 ata nº 138/2018.</u></p> <p>Movimento Social: Olga Benário</p> <p>Não existe Ação de reintegração de posse.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
18	Município: Belo Horizonte Ocupação Carolina Maria de Jesus	<p>Ocupação urbana localizada na região central de Belo Horizonte, na Av afonso Pena 2300, (imóvel de Propriedade da Sistel), liderada pelo Movimento Social de Lutas pelos bairros Vilas e Favelas (MLB). A ocupação é constituída por 200 famílias sem teto, oriundas de vários bairros de Belo Horizonte, tendo como principal reivindicação, moradia para todas as 200 famílias que estão ocupando o Prédio. A Mesa atuou através de visitas à ocupação, várias reuniões de mediação e criação de Câmaras Setoriais, para acompanhar a evolução da mediação do Conflito. Depois de vários encaminhamentos e avaliações de inúmeras propostas, foi selado um acordo na Mesa de Diálogo, com a participação efetiva da presidência da COHAB Minas, para concretizar a negociação que, não só realocou as famílias, através do pagamento de auxílio pecuniário, como firmou a construção de 200 unidades habitacionais em terreno do Estado, situado no bairro Olhos D'água. Toda a negociação está documentada em arquivo digital e físico da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo. Imóvel desocupado pacificamente. Foi firmado Termo de Acordo na Mesa de Diálogo – <u>Possui 16 atas.</u></p> <p>Processo nº 5129491-70.2017.8.13.0024 – 14ª Vara Cível – Comarca de Belo Horizonte – A autora informou nos autos que ocorreu desocupação voluntária do imóvel em 04/07/2018.</p>
19	Município: Belo Horizonte Ocupação Professor Fábio Alves - Barreiro	<p>Ocupação urbana com 680 famílias, criada em 06/10/2018. A Mesa de Diálogo realizou Visita Técnica para conhecer a comunidade. Segundo liderança da ocupação, a área encontrava-se abandonada há anos, sendo objeto de especulação imobiliária, informou também que todos os moradores estão cadastrados e que já existe um projeto urbanístico feito por arquitetos parceiros, com o objetivo de consolidar a área para moradia popular. A reunião da Mesa de Diálogo para mediar o conflito está agendada para o dia 10 de dezembro de 2018.</p> <p>Processo nº 5142645-24.2018.8.13.0024 - 22ª Vara Cível - Comarca de Belo Horizonte - Audiência de conciliação realizada em 31/10/2018 - Juntada de petição de manifestação da Defensoria Pública em 20/11/2018.</p> <p>Ainda não foi concedida liminar de Reintegração de Posse.</p>
20	Município: Betim Ocupação Nova Canaã – Imóvel localizado na Rua Rio Grande, nº 101, Bairro Nossa Senhora de Fátima	<p>Conflito envolvendo 300 pessoas. Segundo Histórico da Mesa, o imóvel foi desocupado pacificamente e as famílias recebem bolsa aluguel do município de Betim.</p> <p>ata dia 02-06-2015 ata dia 04 de agosto de 2015 ata dia 14 de julho de 2015 ata dia 19-05-2015 ata dia 23-06-2015 ata dia 30 de junho de 2015</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares e MLB Processo nº 0255889-46.2014.8.13.0027 – 3ª Vara Cível – Comarca de Betim – Baixado – Baixa definitiva em 15/01/2018. (Retirar da Planilha, pois não há movimentação)</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
21	Município: Betim Ocupação 1º de Maio - Avenida Pau Brasil, nº 351, Bairro Sítio Poções	<p>Ocupação urbana envolvendo 45 famílias. A Mesa de Diálogo fez várias reuniões e câmaras técnicas, com a participação da PDG, empresa que reivindica a reintegração de posse da área ocupada. Técnicos da Mesa de Diálogo visitaram o local e foi constatado que a ocupação está consolidada, com várias construções de alvenaria. Em parceria entre Mesa e SEDPAC, foi realizado o cadastramento das famílias, o que retratou a completa situação de vulnerabilidade social das pessoas. Em virtude das várias intervenções, inclusive manifestações dos moradores, atualmente o processo de reintegração encontra-se suspenso.</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares.</p> <p>ata 26-2016 da Câmara Setorial do dia 07-06-2016 ata 058 01 11 2016 ata da reunião do dia 24-05-2016</p> <p>Processo nº 0182281-152014.8.13.0027 – 4ª Vara Cível – Comarca de Betim – Processo suspenso ou sobrestado por decisão judicial em 02/06/2017.</p>
22	Município: Betim Ocupação Dom Tomás Balduino.	<p>Ocupação urbana, que teve início em 23/04/2014. 120 famílias ocupam uma área da Prefeitura Municipal de Betim. Houve atuação da Mesa de Diálogo, sendo a última reunião no dia 19/01/2018, mas no momento as negociações estão paralisadas. - Possui 6 Atas ata reunião dia 02/06/2015</p> <p>Movimento Social: MLB</p> <p>Processo nº 0221261-31.2014.8.13.0027 – 1ª Vara Cível – Comarca de Betim – Autos conclusos para julgamento em 10/09/2018.</p>
23	Município: Bocaiúva Fazenda Cedro/ Corguinho - Acampamento Garrote	<p>Conflito rural envolvendo 50 famílias que produzem na terra desde de 2015, em processo de mediação na Mesa de Diálogo. No dia 13/11/2018, foi realizada reunião em Bocaiúva, para tratar de assuntos sobre a reintegração da fazenda, marcada para acontecer no dia 14/11/18. Há uma ação discriminatória em curso. No dia 20/11/18 houve a suspensão da liminar de reintegração de posse, o que possibilita a continuidade das tratativas para a resolução do conflito.</p> <p>ata reunião 22/09/15</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5162225-11.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Proferido despacho – devolução da Carta Precatória para efetivação da liminar de reintegração de posse em 24/07/2018 – Juntada de petição de manifestação em 06/11/2018 – Suspensão da Ação de Reintegração de Posse até o julgamento da Ação Discriminatória movida pelo Estado de Minas Gerais em 19/11/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
24	Município: Bocaiúva Fazenda Santa Cruz - Acampamento Primavera de Cachoeira	<p>O acampamento Primavera da Cachoeira teve início em junho de 2017, com cerca de 64 famílias de pequenos agricultores, liderados pelo MST, que ocuparam a Fazenda Santa Cruz, que era improdutiva. A Mesa de Diálogo e a SEDA participaram de reunião com PMMG, onde foi tirado o encaminhamento de realizar reunião ordinária da Mesa de Diálogo com participação de todos os interessados no conflito, para solução pacífica da questão. A reunião foi realizada em abril de 2018 e ficou pactuado a saída voluntária das famílias, após o término da colheita das plantações existentes. Como resultado de articulação da Mesa de Diálogo, a Fazenda Santa Cruz foi desocupada espontaneamente.</p> <p>ata 116/2018</p> <p>Processo nº 5102185-29.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 18/09/2018. Imóvel desocupado pacificamente</p>
25	Município: Bocaiúva Fazenda Pedra Negra	<p>Segundo informações do MST o imóvel de doze mil hectares foi ocupado em 2016 e que através da Mesa de Diálogo foi firmado contrato de comodato de duas outras fazendas para que o Inkra pudesse vistoriar o imóvel e o Estado fazer levantamento de cadeia dominial. A Seda informou que foi feito trabalho de cadeia dominial da área e identificados seis mil hectares com matrícula e nos outros cinco mil e oitocentos hectares não foram identificados e, em havendo indícios de devolutibilidade da área será aberta ação discriminatória.</p> <p>Ata nº 113/2018</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Não há registro do número de Ação de reintegração de posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
26	Município: Bocaiúva Fazenda Ribeirão de Areias	<p>O Secretário Executivo da Mesa de Diálogo conduziu uma visita à ocupação na fazenda Ribeirão de Áreas. Na ocasião foi feito entre os ocupantes do MST, proprietário da fazenda e Mesa de Diálogo um acordo que se encontra nos arquivos da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo. Não houve retorno, por parte do MST, informando se o acordo teve continuidade. Há um registro de uma reunião que foi feita no local. Segundo informações do MST, a ocupação possui 130 famílias. Acordo firmado pela Mesa de Diálogo, foi enviado cópia por e-mail do acordo firmado na Mesa de Diálogo, ao movimento dos trabalhadores sem-terra (MST)..</p> <p>Ata nº 22/09/2015</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Não há registro do número de Ação de reintegração de posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
27	Município: Bocaiúva Acampamento Professor Massan (Projeto de Assentamento P.A.)	A Mesa de Diálogo atuou no conflito, através de uma reunião em Montes Claros, no mês de março de 2018, com a participação dos moradores do assentamento e a Cemig. Outras reuniões foram agendadas para que as demandas fossem encaminhadas diretamente aos órgãos competentes para a solução pacífica do conflito. Ata nº 113/2018 Movimento Social: MST Processo nº 5150273-35.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Processo julgado extinto sem resolução de mérito por abandono da causa pela autora em 26/09/2018.
28	Município: Brasilândia de Minas Fazenda Brejão - Acampamento 25 de Julho	Conflito rural envolvendo 250 famílias que chegou à Mesa de Diálogo pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Brasilândia de Minas. Houve reunião da Mesa e foi solicitado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), o levantamento da cadeia dominial do imóvel. Mesmo atuando ativamente no conflito e tentando envolver a Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas, a reintegração foi inevitável, mas de forma pacífica. Atualmente, o sindicato continua as negociações com a SEDA, para conclusão da cadeia dominial do imóvel. Ata nº 106/2017 Movimento Social: Sindicato Rural dos Trabalhadores Processo nº 5110028-45.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Proferido despacho – Indeferimento do requerimento de suspensão da liminar de reintegração de posse; aditamento da Carta precatória nº 0054284-06.2017.8.13.0363 determinando a expedição de novo mandado de reintegração de posse – Juntada de Carta Precatória em 17/09/2018.
29	Município: Buritizeiro Comunidade Tradicional Canabrava - Fazenda Bananal	Conflito envolvendo famílias tradicionais pescadoras. Apesar de diversas tentativas da Mesa de Diálogo, em parceria com a Sedpac, nas tratativas com a SPU e INCRA, para liberação de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), a área foi desocupada. Atualmente, as famílias encontram-se desamparadas, vivendo em uma ilha, no Rio São Francisco. Aguardam realização de audiência pela SPU, audiências da SPU, estariam marcadas para o mês de Dezembro, mas foram canceladas. Atualmente a comunidade encontra-se desalojada, pois a ilha em que ficavam às margens do Rio São Francisco, foram alagadas. Ata nº 44/2017 Movimento Social: CPT Processo nº 8167214-92.2005.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Baixa definitiva em 13/08/2018. Área reintegrada – Conflito não resolvido.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
30	Município: Buritizeiro Comunidade Indígena Tribo Tuxá – Fazenda Santo Antônio	<p>Conflito envolvendo 44 famílias indígenas da etnia Tuxá, localizado fazenda Santo Antônio (área total de 6.525,26 hectares), no Município de Buritizeiro MG. O imóvel foi adquirido pelo Estado de Minas Gerais, por meio de adjudicação judicial em processo de execução fiscal, no ano de 2007. A fazenda foi cedida pela SEPLAG, em 2008, para a EPAMIG, com interveniência da SEAPA, com a proposta de instalação de um campo de pesquisa agropecuária. Foram feitas várias visitas, por técnicos, para se entender o conflito. A Mesa de Diálogo fez a segunda proposta, de ceder uma parte da área da Fazenda Santo Antônio, em Buritizeiro. Os representantes da comunidade, por meio da Cacique Anália, agradeceram e ficaram de dar uma resposta, que até no momento não foi recebida pela Mesa de Diálogo.</p> <p>5 atas de reunião.</p> <p>Movimento Social: Articulação Rosalino. Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Não existe Ação de Reintegração de Posse. Área do Estado cedida à Epamig.</p>
31	Município: Caldas Comunidade Indígena Tribo Kiriri	<p>Conflito indígena envolvendo 16 famílias que ocupam um terreno de propriedade da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Durante a reunião da Mesa de Diálogo, foi discutida a possibilidade de solução do conflito, por parte da Prefeitura Municipal de Caldas-MG. A Mesa de Diálogo tentou transferir as famílias para o município de Patos de Minas, mas os indígenas retornaram à Caldas, para a retomada do território. A coordenação da Mesa de Diálogo se reuniu com a reitoria da UEMG, onde ficou sinalizado uma possibilidade de acordo, com a Instituição (UEMG) se comprometendo a fazer um projeto que contemple a permanência da etnia Kiriri nas terras referidas. Foi feita uma reunião com a reitora, Prof. Lavinia, onde foi acertado a permanência dos índios no imóvel da UEMG e como contrapartida, desenvolvimento de um projeto de extensão.</p> <p>Encaminhado para acordo - Ata nº 98/2017 - Ata nº 57/2018 Câmara Setorial Memória de reunião dia 06/03/2017 ata reunião alinhamento com Funai dia 09/10/2018</p> <p>Processo nº 0000941-54.2017.4.01.3826 – 1º Vara Federal – Subseção Judiciária de Poços de Caldas – Ordem de reintegração de posse suspensa – Designação de audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/01/2019 em 13/11/2018.</p>
32	Município: Campos Altos Fazenda Maranhão	<p>Conflito rural envolvendo aproximadamente 1300 famílias, segundo informação do MST. Imóvel privado pertencente à Agropecuária Campos Altos Ltda – ME. Foi feito acordo na Mesa de Diálogo para desocupação pacífica da área.</p> <p>ata do dia 23 de maio de 2017</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5004699-44.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Sentença julgou procedente pedido inicial – Imóvel desocupado pacificamente – Baixa definitiva em 15/02/2018</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
33	Município: Canápolis Fazenda Piripá - Acampamento 1º de Maio	<p>Ocupação teve início em 01 de maio de 2009, com 38 famílias. que ocupam a Fazenda Piripá. Trata-se de imóvel arrematado pela empresa NK 17 Empreendimentos e Participações S/A nos autos do Processo de Recuperação Judicial e Falência da empresa Laginha Agro Industrial S/A, em trâmite na Comarca de Coruripe – Alagoas. A Mesa de Diálogo atuou tentando reverter a ordem de Imissão na Posse, por não ser o instrumento jurídico adequado para retirar os ocupantes da área. Foram feitas reuniões com a PMMG no município para tentar mediar o conflito, houve conversas com os advogados do MST, bem como com o Juiz da Comarca. Uma força tarefa foi criada com participação do Ministério Público local, da Vara Agrária e Procuradoria Agrária, Jurídico da Mesa de Diálogo, Seda e Sedpac com intenção de construir argumentação em defesa dos ocupantes e garantia de direitos. O Ministério Público da Vara Agrária interpôs Agravo de Instrumento que foi recebido no efeito suspensivo. A reintegração de posse está suspensa até julgamento do Agravo. <u>Ata nº 47/2017</u></p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 5168376-90.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais - Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.013329-2/002 recebido com efeito suspensivo – Solicitação de paralisação da deprecada até julgamento do recurso em 05/10/2018.</p>
34	Município: Canápolis Fazenda Piripá - Acampamento Ernesto Che Guevara	<p>Ocupação teve início em janeiro de 2014, com 46 famílias que ocupam a Fazenda Piripá. Trata-se de imóvel arrematado pela empresa NK 17 Empreendimentos e Participações S/A nos autos do Processo de Recuperação Judicial e Falência da empresa Laginha Agro Industrial S/A, em trâmite na Comarca de Coruripe – Alagoas. A Mesa de Diálogo atuou tentando reverter a ordem de Imissão na Posse, por não ser o instrumento jurídico adequado para retirar os ocupantes da área. Foram feitas reuniões com a PMMG no município para tentar mediar o conflito, houve conversas com os advogados do MST, bem como com o Juiz da Comarca. Uma força tarefa foi criada com participação do Ministério Público local, da Vara Agrária e Procuradoria Agrária, Jurídico da Mesa de Diálogo, Seda e Sedpac com intenção de construir argumentação em defesa dos ocupantes e garantia de direitos. O Ministério Público da Vara Agrária interpôs Agravo de Instrumento que foi recebido no efeito suspensivo. A reintegração de posse está suspensa até julgamento do Agravo. <u>Ata nº 47/2017</u></p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 5168376-90.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais - Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.013329-2/002 recebido com efeito suspensivo – Solicitação de paralisação da deprecada até julgamento do recurso em 05/10/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
35	Município: Canápolis Fazenda Germina - Acampamento Irmã Dorothy	<p>Ocupação teve início em abril de 2017, com 86 famílias que ocupam a Fazenda Piripá. Trata-se de imóvel arrematado pela empresa NK 17 Empreendimentos e Participações S/A nos autos do Processo de Recuperação Judicial e Falência da empresa Laginha Agro Industrial S/A, em trâmite na Comarca de Coruripe – Alagoas. A Mesa de Diálogo atuou tentando reverter a ordem de Imissão na Posse, por não ser o instrumento jurídico adequado para retirar os ocupantes da área. Foram feitas reuniões com a PMMG no município para tentar mediar o conflito, houve conversas com os advogados do MST, bem como com o Juiz da Comarca. Uma força tarefa foi criada com participação do Ministério Público local, da Vara Agrária e Procuradoria Agrária, Jurídico da Mesa de Diálogo, Seda e Sedpac com intenção de construir argumentação em defesa dos ocupantes e garantia de direitos. O Ministério Público da Vara Agrária interpôs Agravo de Instrumento que foi recebido no efeito suspensivo. A reintegração de posse está suspensa até julgamento do Agravo. <u>ata 47/2017</u></p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 5168376-90.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais - Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.013329-2/002 recebido com efeito suspensivo – Solicitação de paralisação da deprecada até julgamento do recurso em 05/10/2018.</p>
36	Município: Canápolis Fazenda Campo Limpo	<p>Ocupação teve início em 01 de maio de 2009, com 38 famílias que ocupam a Fazenda Piripá. Trata-se de imóvel arrematado pela empresa NK 17 Empreendimentos e Participações S/A nos autos do Processo de Recuperação Judicial e Falência da empresa Laginha Agro Industrial S/A, em trâmite na Comarca de Coruripe – Alagoas. A Mesa de Diálogo atuou tentando reverter a ordem de Imissão na Posse, por não ser o instrumento jurídico adequado para retirar os ocupantes da área. Foram feitas reuniões com a PMMG no município para tentar mediar o conflito, houve conversas com os advogados do MST, bem como com o Juiz da Comarca. Uma força tarefa foi criada com participação do Ministério Público local, da Vara Agrária e Procuradoria Agrária, Jurídico da Mesa de Diálogo, Seda e Sedpac com intenção de construir argumentação em defesa dos ocupantes e garantia de direitos. O Ministério Público da Vara Agrária interpôs Agravo de Instrumento que foi recebido no efeito suspensivo. A reintegração de posse está suspensa até julgamento do Agravo.</p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 5168376-90.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais - Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.013329-2/002 recebido com efeito suspensivo – Solicitação de paralisação da deprecada até julgamento do recurso em 05/10/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
37	Município: Capelinha Fazenda Bonanza	<p>Conflito rural com mais de sete anos de existência, onde vivem aproximadamente 28 famílias, em uma área de 394 ha. O proprietário concordou em vender a propriedade para os ocupantes. O conflito foi tratado na Mesa de Diálogo, mas as negociações não avançaram, por parte dos envolvidos. – Ata nº 54/2016</p> <p>Movimento Social: Movimento Social de Luta e Moradia Terra e Reforma Agrária</p> <p>Processo nº 5009479-61.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos remetidos ao Ministério Público e à Defensoria Pública em 16/10/2018.</p>
38	Município: Capitão Enéas Fazendas Reunidas Norte América e Nova Holanda	<p>A Fazenda Norte-América foi ocupada em janeiro de 2017. Na época da ocupação, o MST divulgou que cerca de 150 famílias participavam da ação e disseram que a fazenda possui cerca de 3000ha, e que pertenceria à Associação Educativa do Brasil (Soebras), que segundo eles, teria arrematado a fazenda em um leilão, devido a uma dívida da fazenda com um banco federal, que ainda não foi paga. A fazenda foi desocupada pelo MST e reocupada pelo Movimento FNL – Frente Nacional de Luta. Houve apenas uma reunião da Mesa de Diálogo, em 11/04/2017. A Mesa de Diálogo fez visitas à fazenda, devido a um ataque violento aos ocupantes, que resultou em feridos e pessoas hospitalizadas. O Estado, através da Mesa de Diálogo, em articulação com várias secretarias prestou toda assistência possível às famílias. A PMMG fez um informativo dizendo que os responsáveis pelo ataque já se encontravam presos. Atualmente as negociações encontram-se paralisadas. - Ata nº 82/2017</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 500963090.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 05/06/2018.</p>
39	Município: Contagem Ocupação Guarani Kaiowa - imóvel localizado na rua Manoelita Chagasse Rodrigues Cunha, Bairro Ressaca - lotes 01 a 14 da quadra 33	<p>Conflito urbano envolvendo várias famílias que ocupam, desde 2013, um imóvel de 36.722,48m², onde existem muitas construções de alvenaria. Em audiência de conciliação, realizada no dia 06/08/2018, a Ação de Reintegração de Posse foi suspensa por 90 dias, para tentativa de composição, possibilidade de eventual permuta ou outro instrumento de regularização, considerando-se o período eleitoral. Foi pactuado, em reunião da Mesa de Diálogo, que o município de Contagem avaliaria o imóvel, bem como a possibilidade de inclusão da comunidade no PL de uso e solo do município. Conflito em processo de negociação. Ata nº 147/2018</p> <p>Movimento Social: Movimento de Organização de Base de Minas Gerais (Mob).</p> <p>Processo nº 0171618-79.2013.8.13.0079 – 5ª Vara Cível – Comarca de Contagem – Processo suspenso por convenção das partes em 06/08/2018 – Autos arquivados provisoriamente em 13/08/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
40	Município: Contagem Ocupação Vila Samag - Vila do Canal	<p>Conflito envolvendo 20 famílias. Houve atuação da Mesa de Diálogo, mas a demanda não foi pautada em reunião. As famílias moram nos escombros dos imóveis que foram desapropriados pelo Estado de Minas Gerais, por meio do Departamento de Obras (DEOP), no contexto do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental do Córrego Ferrugem. As casas foram parcialmente demolidas e, apesar de o lugar estar completamente insalubre, foi ocupado por famílias pobres, por não terem outra alternativa de moradia. Imóvel desocupado pacificamente.</p> <p>Movimento Social / líder: MLB</p> <p>Processo nº 5022154-85.2016.8.13.0079 – Comarca de Contagem – Ação Civil Pública – Garantias Constitucionais – Moradia – Autos remetidos ao TJMG em 30/07/2018.</p>
41	Município: Contagem Ocupação William Rosa	<p>Ocupação iniciada em outubro de 2013, com cerca de 430 famílias, em uma área de 2.286.432,00m² de propriedade do CEASAMINAS. Foi firmado Termo de Acordo na Mesa de Diálogo e a prefeitura de Contagem cedeu área para a construção de unidades habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1”. As famílias foram removidas pacificamente, em julho de 2017.</p> <p>Ata reunião 26/05/15 Ata 92-21/06/17 Ata 31 - 11/07/2016 Ata 70 - 21/02/17 Ata 90 - 09/06/17 Ata reunião Câmara Setorial 04/08/15 Ata reunião 28/04/15 Ata reunião 31/03/15 Ata reunião 24/03/15 Ata reunião 28/04/15</p> <p>Processo nº 0714789-29.2013.8.13.0079 – 4ª Vara Cível – Comarca de Contagem – Autos remetidos ao TJMG em 05/07/2018.</p>
42	Município: Coromandel Fazenda Chapadão dos Borges	<p>Conflito envolvendo 45 famílias. Segundo informações de cadastro, realizado pelo MST, a equipe técnica da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo realizou visita e conversou com alguns ocupantes, que relatam que a área foi ocupada por ser improdutiva. A Mesa de Diálogo não pautou o conflito em reunião ordinária, mas, através de sua equipe técnica, buscou alternativas para a solução do conflito. Mesmo com todos os esforços, houve a desocupação pacífica da área.</p> <p>Ata nº 37/2016</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 6098786.43.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Acordo celebrado em audiência em 19/02/2018 – Autos arquivados definitivamente em 27/03/2018.</p>
43	Município: Coromandel Fazenda São Miguel/Santana	<p>Ocupação com 48 famílias. A Mesa de Diálogo atuou neste conflito, através de reunião e visitas ao local do acampamento, onde constatou se tratar de uma ocupação do MSTB, com cerca de 48 famílias que produzem e criam animais, para o próprio sustento. Atualmente, as famílias permanecem na Fazenda.</p> <p>Ata 43/2016</p> <p>Processo nº 0253702-28.2009.8.13.0193 – Comarca de Coromandel – Processo suspenso por morte ou perda da capacidade processual em 17/09/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
44	Município: Coronel Pacheco Fazenda São José	<p>Conflito envolvendo 300 famílias. Foi firmado Termo de Acordo na Mesa de Diálogo para desocupar o local e as famílias foram removidas para áreas do Estado, localizadas no município de Tocantins/MG. Ata nº 93/2017 Ata nº 95/2017</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5011089.55.2017.8.13.0145 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada certidão trânsito em julgado do Agravo de Instrumento em 24/10/2018 – Acordo de desocupação pacífica assinado em 19/12/2017.</p>
45	Município: Delta Assentamento Vitória	<p>Conflito envolvendo 250 famílias que ocupam, há mais de cinco anos, uma sobra de terreno em área urbana. Informam que a juíza concedeu liminar de reintegração de posse após cinco anos de processo. Os moradores acreditavam que a área fosse de uma usina, que já informou que não tem interesse no terreno. Contam que a ocupação já está consolidada. A aquisição da área já foi cogitada pelos ocupantes, mas o suposto dono (que mora próximo à ocupação) solicita um valor inviável (2 milhões). A Mesa de Diálogo realizou reunião de mediação com a Prefeitura Municipal de Delta, que se mostrou solidária à causa. Ata nº 103/2017</p> <p>Processo nº 0244861-67.2012.8.13.0701- 4ª Vara Cível – Comarca de Uberaba – Processo Principal – Recebidos os autos do TJMG em 13/09/2018.</p>
46	Município: Diamantina Comunidade Quilombola Vargem do Inhaí – Distrito de Mãe Ana	<p>Aproximadamente 27 famílias vivem na comunidade quilombola de Vargem do Inhaí, que tem seu território situado a margem esquerda do rio Jequitinhonha, a comunidade sofreu as consequências do último ciclo de extração de diamante do leito rio Jequitinhonha, as grandes mineradoras se inseriram na região ameaçando não só a comunidade local, mas todo o ambiente do vale. O conflito de natureza socioambiental Foi tratado pela Mesa de Diálogo, através da agenda da Articulação Rosalino, (Uma agenda especial criada pela mesa de Diálogo e a Articulação Rosalino no final do ano de 2017, para tratar as pautas envolvendo povos e comunidades tradicionais.) a comunidade possui certificação da Fundação Palmares, e relatório antropológico concluído. Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Movimento Social: Articulação Rosalino</p> <p>Conflito socioambiental. Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
47	Município: Diamantina Parque Nacional das Sempre Vivas	<p>Criado em dezembro de 2002, o Parque nacional das Sempre Vivas situa-se na Serra do Espinhaço, servindo como divisor de águas entre as bacias do São Francisco e Rio Jequitinhonha, abrangendo 4 municípios: Olhos D'Água, Diamantina, Buenópolis e Bocaiúva. O conflito, neste caso, envolve a comunidade de apanhadores de flores sempre vivas, que durante décadas garante o sustento de várias famílias. Para entender a situação real do conflito, a Mesa de Diálogo visitou o parque e realizou reuniões com a participação de vários atores, incluindo ambientalistas da região, MPF, INCRA, etc, para tentar dar uma diretriz para a solução do conflito. Atualmente, as discussões entre a Mesa de Diálogo e os envolvidos (comunidade e parque) estão paradas. A demanda chegou à Mesa através da Articulação Rosalino.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino Atas: Ata 27 - 08-06-2016 Ata 29- 20-06-2016 Ata 34 - 23-08-2016 Ata da reunião do dia 29-09-2016</p> <p>Conflito socioambiental. Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>
48	Município: Diamantina Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos	<p>Em novembro de 2010, foi realizado um estudo pelo IEF, no qual é proposta a extensão dos Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé. Este processo foi paralisado pelo Ministério Público – MPMG após a emissão da Certidão de Auto definição da comunidade como Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura. Muitas pessoas migram sazonalmente a procura de serviços que possam complementar a renda familiar, uma vez que não têm acesso às áreas onde tradicionalmente realizavam a coleta de flores sempre-vivas para comercialização, principal fonte de renda, da comunidade quilombola, a Mesa de diálogo ao longo das reuniões fez várias intervenções para a solução pacífica do conflito. Atualmente o conflito se encontra sendo tratado na comissão de povos e comunidades tradicionais.</p> <p>Conflito socioambiental. Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>
49	Município: Diogo de Vasconcelos Barragem Fumaça	<p>A Mesa de Diálogo atuou neste conflito socioambiental, através de visitas e reuniões na Comunidade, para conhecer as principais demandas. O principal encaminhamento foi a criação de Câmara Setorial do MAB, para tratar das principais demandas dos atingidos por barragens.</p> <p>– Ata 84/2017 relatório MAB</p> <p>Movimento Social: MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens</p> <p>Conflito socioambiental. Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
50	Município: Engenheiro Navarro Fazenda Santo Eloy - Acampamento Eloy Ferreira	<p>O Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) informa que a área foi ocupada em 2010. O Projeto de Assentamento (P.A.) é composto por 39 famílias e dividido em três núcleos produtivos: grupo do leite, grupo das hortaliças e pequenos animais e grupo das roças tradicionais (plantações de feijão, milho, mandioca) que demandam o fornecimento de água e luz. Pontua que para a distribuição de água é necessária a perfuração de poços artesianos. Na reunião em Montes Claros, foi articulado, pela Mesa de Diálogo, uma reunião com a Cemig e com a Sednor, para encaminhar as demandas por acesso a água e a perfuração de poços dos PA's.</p> <p>Ata nº 113/2018</p> <p>Processo nº 0023379-83.2015.8.13.0073 – Comarca de Bocaiúva – Autos remetidos à Vara Agrária de Minas Gerais em 15/12/2015. Processo nº 5001708-32.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de Certidão em 19/04/2018. P.A. Eloy Ferreira</p>
51	Município: Esmeraldas Comunidade Indígena Pataxó Hã-hã-hãe	<p>Comunidade indígena envolvendo 26 pessoas da etnia Pataxó Kamakã Hahahãe, situada no município de Esmeraldas, em imóvel que pertence a Fundação Caio Martins (FUCAM). O conflito chegou à Mesa de Diálogo através da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, e tem uma característica diferenciada, por se tratar de indígenas que vivem em área urbana. A intervenção da Mesa de Diálogo foi no sentido de sensibilizar a FUCAM, para que os indígenas fossem agregados a algum projeto de educação da instituição. Atualmente, o conflito está em fase de planejamento nas Câmaras Setoriais que envolvem vários órgãos, incluindo a FUNAI.</p> <p>Mediado pela Mesa de Diálogo. Aguarda realização de Câmara Setorial para negociar com Fundação Caio Martins - FUCAM. Reunião dia 09 de outubro de 2018 tratou a situação junto a FUNAI.</p> <p>Ata nº 146/2018</p> <p>Não existem informações acerca da Ação de Reintegração de Posse nos arquivos.</p>
52	Município: Felisburgo Fazenda Nova Alegria - Acampamento Terra Prometida	<p>Em novembro de 2004, houve uma chacina no local, que culminou na morte de 5 trabalhadores rurais sem-terra, na Fazenda Nova Alegria. O conflito foi pautado na Mesa de Diálogo e as tratativas foram acerca do decreto de desapropriação, pelo fato de a área ser declarada de interesse social. Atualmente, o assentamento conta com cerca de 60 famílias, em plena produção de alimentos sem a adição de agrotóxico.</p> <p>Movimento Social: MST - Ata 115/2018,</p> <p>Fazenda desapropriada – Decreto NE nº 366, de 25 de setembro de 2015.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
53	Municípios: Ubá, Betim, Três Corações e Bambuí Colônias de Hansenianos	As questões que envolvem as Colônias de Hansenianos chegaram à Mesa de Diálogo através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC). Em reunião, foi discutido um caso de violação de direitos humanos, cujo o pano de fundo foi questão fundiária das moradias existentes nas colônias, nos imóveis da FHEMIG. A Mesa de Diálogo realizou várias reuniões e visitas às referidas colônias. Atualmente o conflito não se encontra na Mesa. Possui 4 Atas. Não possui Ação de Reintegração de Posse
54	Município: Francisco Sá Fazenda Redenção - Acampamento Alvimar Ribeiro	Conflito rural envolvendo 100 famílias lideradas pelo MST. A Mesa de Diálogo atuou no conflito, no sentido de negociar um prazo para que as famílias fizessem a colheita, antes de saírem pacificamente da fazenda. .Ata 112/2018 Movimento Social: MST Processo nº 5142013-32.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos arquivados definitivamente em 28/09/2018 – Imóvel desocupado pacificamente.
55	Município: Frei Inocência Fazenda Eldorado I e II - Acampamento Padre Gino	Apesar dos esforços da Mesa de Diálogo, as famílias encontram-se na iminência de despejo. Na reunião da Mesa de Diálogo, no mês de junho de 2018, a comunidade expressou o desejo de permanecer no local, onde criou laços e uma produção agrícola que abastece o município de Frei Inocência. A Prefeitura Municipal de Frei Inocência concorda que a saída das famílias do acampamento causará forte impacto, não só no fornecimento de hortaliças, legumes e frutas, mas também no âmbito social, já que serão 150 famílias sem ter para onde ir. Ata nº 129/2018 Movimento Social: MST Processo nº 7361484-41.2002.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Indeferido pedido de assistência do município de Frei Inocência em 10/08/2018 – Autos entregues em carga ao Ministério Público em 04/09/2018. Mandado de Segurança nº 1.000.18.021049-4/000 – Suspendeu o decreto expropriatório. Decreto NE 486, de 10 de novembro de 2017.
56	Município: Fronteira Fazenda Pântano – Acampamento Beira Rio	Conflito rural envolvendo 211 famílias, que ocupam as margens da Estrada municipal de Fronteira/Aparecida de Minas, desde 25 de outubro de 2013. No dia 17/12/2013 aconteceu a primeira Audiência no Fórum de Frutal, onde ficou acordado que o acampamento seria transferido para uma área de 2 hectares, dentro da Fazenda Pântano. - Ata nº 47/2017 Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro Processo nº 6020642.55.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Despacho solicitando informações da deprecada sobre o cumprimento da reintegração de posse em 23/08/2018 – Juntada de Termo em 04/09/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
57	Município: Governador Valadares Fazenda Jerusalém Acampamento Cidona Granjas	Conflito rural envolvendo 65 famílias. Seguindo a solicitação da Mesa de Diálogo, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) elaborou a cadeia dominial, concluindo que houve o destaque do Patrimônio Público para o Particular, portanto não trata se de terras devolutas. Houve audiência de conciliação na Vara Agrária e foi feito acordo para desocupação. ata 112/2018 Movimento Social: MST Processo nº 5076293-84.2018.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Audiência de conciliação realizada em 31/10/2018 – Juntada de Termo em 14/11/2018.
58	Município: Governador Valadares Fazenda Eldorado - Acampamento Cidona - Granjas	De acordo com o MST, os moradores do acampamento Cidona saíram da Fazenda Eldorado espontaneamente e ocuparam a Fazenda Jerusalém, em Governador Valadares. - Ata nº 36/2016 Movimento Social: MST Processo nº 2402593-03.2014.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Proferido despacho comunicando o efeito suspensivo do Agravo de Instrumento nº 1.0024.14.240259-3/003 – Aguardar o julgamento do referido recurso em 12/11/2018.
59	Município: Grão Mogol Barragem de Irapé	A agenda do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) foi criada pela Mesa de Diálogo, em conjunto com o movimento. Foi pactuado visitas da Mesa em cada município, para conhecer e realidade de cada conflito. Como resultado, foi produzido um relatório, que foi entregue ao governador. Uma Câmara Setorial foi instaurada para acompanhar cada demanda das visitas. Atualmente, os conflitos do MAB aguardam o retorno da visita da Mesa de Diálogo. ata reunião 27/09/17 ata 88/2017 Relatório do MAB Movimento Social: MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens Não possui Ação de reintegração de posse. Conflito socioambiental.
60	Município: de Grão Mogol Comunidade Batalha	A Comunidade de Batalha foi visitada durante a agenda com a Articulação Rosalino. O principal encaminhamento foi para produzir e encaminhar o Relatório de Visitas ao Governador do Estado de Minas Gerais. Relatório Articulação Rosalino. Ata - reunião 27/09/17 Não possui Ação de reintegração de posse.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
61	Município: Grão Mogol - Vale das Cancelas Fazenda São Francisco - Comunidades Geraizeiras Lamarão, Barra de Canoa, Diamantina e Sobranceiras	<p>Conflito envolvendo 60 famílias. Anexo - ata 51/2017 ata 109/2017 Ata nº 113/2018</p> <p>No dia 03 de Outubro de 2017, 60 famílias tradicionais geraizeiras ocuparam uma área na Comunidade São Francisco (antiga fazenda São Francisco), localizada no distrito de Vale das Cancelas. Município de Grão Mogol-MG, às margens da BR 251. Na última reunião da Mesa de Diálogo, no dia 18/12/2017, a empresa Florestaminas propôs a doação de 50 hectares aos moradores, que recusaram a oferta. Movimento Social: MAB e Comissão Pastoral da Terra Relatório MAB ata 51/2017 ata 109</p> <p>Processo nº 0059101-77.2017.8.13.0278 – Comarca de Grão Mogol – Revogada a Medida Liminar em 30/08/2018 – Autos conclusos para despacho em 15/10/2018.</p>
62	Município: Grão Mogol - Vale das Cancelas Fazenda Buriti Pequeno - Acampamento Alvimar Ribeiro	<p>O conflito, que envolve famílias de Geraizeiros da fazenda São Francisco, onde havia o risco de reintegração de posse por fazendeiros que monopolizam a plantação de eucalipto na região, foi tratado na Mesa de Diálogo, que realizou visitas e reuniões. As negociações trataram de uma série de questões, dentre elas, a possibilidade de as terras serem devolutas, o que gerou uma ação discriminatória, que levou à suspensão do processo. Anexo – atas: 33/2015 ata 81 – 07/04/2017 ata 126 – 10/05/2018 </p> <p>Movimento Social: MAB e Comissão Pastoral da Terra Relatório MAB</p> <p>Processo nº 0016530-33.2013.8.13.0278 – Comarca de Grão Mogol – Processo está suspenso até que ocorra o julgamento da Ação Discriminatória de nº 027805000361-7</p>
63	Município: Gurinhatã Fazenda Córrego da Jacuba - Acampamento Arco-Íris	<p>Apesar das várias tratativas da Mesa de Diálogo, para evitar a reintegração de posse, uma articulação do DNIT removeu as famílias do acampamento, que estava localizado às margens da BR 365. A Mesa de Diálogo ofereceu apoio às pessoas, durante a remoção para outro lugar. ata 114 – 22/03/18 Ata nº 47/2017</p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra</p> <p>Não possui número de processos nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
64	Município: Ibitaré Rua: Maria Natividade, nº 230 - Barreirinho	<p>Uma intensa rodada de negociações entre Mesa de Diálogo, Prefeitura Municipal de Ibitaré e Cohab Minas possibilitou às 56 famílias da ocupação Barreirinho, o direito ao “Auxílio Aluguel”. Foram várias reuniões entre os envolvidos, para se chegar ao Termo de Acordo, que foi mediado pela Mesa de Diálogo. Atualmente, as famílias ainda são assistidas pela Prefeitura de Ibitaré e aguardam o encaminhamento para as moradias definitivas. 12 atas</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares, MLB e CPT Processo nº 0171488-47.2014.8.13.0114 – Comarca de Ibitaré – Baixado – Autos recebidos pelo arquivo em 26/04/2017.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
65	Município: Ibité Comunidade Cigana Calon - Bairro São Pedro	<p>O Ministério Público solicitou a mediação do conflito, que envolve 12 famílias, na Mesa de Diálogo. Durante a reunião com a comunidade, que contou também com a participação da Prefeitura Municipal de Ibité, MPF e DPMG, a Mesa de Diálogo, a Prefeitura de Ibité se comprometeu a fazer um levantamento dos imóveis do município e a indicação de alguns terrenos que atendam às necessidades da comunidade, como por exemplo fácil acesso, infraestrutura e equipamento público próximo. Na reunião do dia 24/08/2018, foi apresentado à comunidade Cigana, um terreno. A Mesa de Diálogo aguarda um posicionamento sobre a proposta. – Ata nº 134/2018</p> <p>Não possui número de processos nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
66	Município: Ibité Ocupação Porfirio – Bairro Jardim do Rosário.	<p>Conflito urbano envolvendo 26 famílias, que ocupam o imóvel há cerca de seis anos. Por solicitação do TJMG 1ª Instância da Comarca de Ibité, o processo foi suspenso, para que a Mesa de Diálogo pudesse atuar. O cadastro das famílias já foi feito pela Mesa de Diálogo, em Parceria com a SEDPAC. Atualmente, a comunidade aguarda a Prefeitura Municipal de Ibité localizar um terreno na cidade para realocar as famílias. - ata 121/2018 ata 63/2018</p> <p>Processo nº 0020685-52.2014.8.13.0114 – Comarca de Ibité – Autos conclusos para despacho em 26/10/2018.</p>
67	Município: Indaiabira Barragem de Berizal	<p>Conflito socioambiental pautado na Mesa de Diálogo, em agenda específica do MAB. A equipe técnica da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo visitou o local para conhecer as demandas dos atingidos e encaminhar uma Câmara Setorial do MAB.</p> <p>Relatório MAB – Ata nº 83/2017</p> <p>Movimento Social: MAB Não possui Ação de reintegração de posse. Conflito socioambiental.</p>
68	Município: Ipaba Ocupações Baixada de Angola, Córrego da Sementeira, Macuco, Motocross e Paraíso	<p>Embora pautado na reunião, em outubro de 2017, a coordenação da Mesa de Diálogo achou por bem conhecer melhor as demandas para depois tentar encaminhar uma possível solução. O conflito envolve várias ocupações, o que dificulta as tratativas. – Ata nº 105/2017</p> <p>Processo nº 0286112-31.2013.8.13.0313 – Comarca de Ipatinga – Autos remetidos à Defensoria Pública 15/10/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
69	Município: Itatiaiuçu Fazenda Monte Alvão - Acampamento Maria da Conceição	<p>Dentre as principais tratativas realizadas na Mesa de Diálogo estava o protocolo de intenções, que foi celebrado entre o MST e os advogados da MMX, empresa que cuidava da área ocupada. Uma permuta com imóvel do Estado também foi discutida como possibilidade de solução. A ocupação possui 300 famílias, de acordo com o cadastro realizado em fevereiro de 2018, pela Mesa de Diálogo, em Parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC). Apesar dos esforços da coordenação da Mesa de Diálogo, as negociações não avançaram, devido à complexidade dos problemas encontrados. O Juiz da Vara Agrária visitou o local, com o propósito de conhecer a ocupação. Atualmente, existe grande possibilidade de reintegração de posse. atas: ata 82 ata 97 ata 108</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5030523-05.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Despacho solicitando informações sobre o cumprimento da liminar da reintegração de posse em vigor ao Juízo da Carta Precatória nº 0338.17.002.928-8 em 26/06/2018. Conclusos para despacho em 17/10/2018.</p>
70	Município: Itatiaiuçu Fazenda Mega Pântano e Fazenda Cruz da Retirada Bonita	<p>Conflito envolvendo 150 famílias. – Ata nº 47/2017</p> <p>Processo nº 6080320-98.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Imóvel desocupado pacificamente – Conclusos para despacho em 19/09/2018.</p>
71	Município: Januária Comunidades Veredeiras de Poçãozinho e Alegre	<p>O conflito, envolvendo 130 famílias está situado em área de sobreposição do Parque Estadual Serra das Araras. Foi pautado na agenda da Articulação Rosalino, de povos e comunidade tradicionais. As visitas da Mesa de Diálogo geraram um relatório, que foi entregue ao governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Relatório Articulação Rosalino</p> <p>Não possui número de processo nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
72	Município: Januária Comunidade Tradicional Croata.	<p>A coordenação da Mesa de Diálogo articulou uma grande reunião no município de Januária no mês de junho, contando com vários parceiros dentre eles: MPF, DPE, INCRA e Unimontes, para tentar reverter a ordem de reintegração de posse da comunidade tradicional de Croata. A partir desta reunião, outras negociações aconteceram, envolvendo outros órgãos que poderiam contribuir na construção de uma solução pacífica, o que resultou na suspensão do processo - Ata nº 131/2018</p> <p>Processo nº 008590-64.2016.4.01.3807 – 2ª Vara Federal de Montes Claros – Expedição de ofício para a comarca de Januária solicitando suspensão do mandado de reintegração de posse em 12/07/2018 – Juntada de Carta Precatória em 14/09/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
73	Município: Januária / Pedras de Maria da Cruz Fazenda Rodeador	<p>Conflito envolvendo comunidades tradicionais, vazanteiros e pescadores, MST, ex funcionários da antiga fazenda, segundo o movimentos dos trabalhadores sem terra (MST). A matrícula do imóvel se refere a uma área de 2440 ha, mas em medição feita por um topógrafo paraticular do Movimento, a área pode chegar a 10000 ha, sugerindo se tratar de terras devolutas. A Mesa de Diálogo demonstrou interesse em fazer o levantamento da cadeia dominial, mas a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), não dispõe de pessoal para fazer o trabalho técnico. A Mesa de Diálogo marcou reunião dos ocupantes com representantes da Seda, para tratar de assuntos pertinentes à medição da área.</p> <p>– Ata nº 119/2018</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 1795812-77.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos entregues em carga ao Ministério Público em 14/09/2018.</p> <p>Processo nº 5097470-75.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 21/09/2018.</p>
74	Município: Jequitinhonha Fazenda Aurora	<p>O conflito na Fazenda Aurora foi tratado diversas vezes na Mesa de Diálogo, inclusive com Câmaras Setoriais realizadas no município do conflito. A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha participou efetivamente das negociações, que trataram, inclusive, de reunião com o INCRA. Foi enviado Ofício à PMMG, informando que a ocupação estava sendo tratada na Mesa, o que resultou na não reintegração de posse da fazenda. O proprietário se mostrou interessado em negociar a venda da propriedade para o INCRA ou para o Estado. Recentemente, o conflito voltou à Mesa de Diálogo, através do MST, e ficou definido que a Câmara Setorial no município de Jequitinhonha voltaria a ser realizada</p> <p>– Ata nº 115/2018 - Ata nº 61/2016 – possui mais 6 Atas sem Números</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5094033-26.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de Petição de manifestação da Defensoria Pública em 24/09/2018.</p>
75	Município: Joáima Fazenda Relâmpago -	<p>O conflito na Fazenda Relâmpago existe há um ano, e envolve cerca de 50 famílias do MST, que ocupam uma área que, segundo eles estava abandonada há cerca de 20 anos. A mesa de Diálogo fez o levantamento da situação do imóvel, que tem em torno de 1020 ha. – Ata nº 115/2018</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
76	Município: Juatuba Ocupação BR 262 / MG-050	<p>As famílias moram no local há mais de 15 anos. A pauta foi um pedido do Ministério Público, visando a segurança das famílias, tendo em vista que a comunidade encontra-se no entroncamento das BR 262 e MG 050. O DNIT participou da reunião e disse que não sabe de pedido de reintegração de posse. A Prefeitura Municipal de Juatuba se comprometeu a acompanhar as famílias e reafirma que a ocupação está consolidada e que as pessoas já criaram vínculos no local.</p> <p>– Ata nº 102/2017</p> <p>Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>
77	Município: Juiz de Fora Comunidade Cigana Calon	<p>Situada no bairro conhecido como Igrejinha, em Juiz de Fora, a comunidade Tradicional cigana Calon, que possui cerca de 30 famílias, entre adultos, crianças e idosos, vive às margens da BR, faixa de domínio do DNIT. As famílias vivem do modo tradicional cigano, em suas tendas e barracas e produção própria. A Mesa de Diálogo visitou a comunidade, juntamente com o Superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais da SEDPAC. A Prefeitura Municipal de Juiz de Fora participou ativamente dos debates, apresentando propostas para a mediação do conflito. O prazo de permanência dos ciganos foi prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018. Foi criado um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais da SEDPAC, para acompanhar o caso.</p> <p>– Ata nº 145/2018 ata 151</p> <p>Processo nº 5011593-27.2018.8.13.0145 – Comarca de Juiz de Fora – Homologado por sentença a transação firmada entre as partes em 18/09/2018 – Prazo de 06 meses para desocupar o imóvel.</p>
78	Município: Manga Fazenda Marilândia	<p>Conflito envolvendo 84 famílias que ocupam uma área de 2212 ha. Foi pautado diversas vezes na Mesa de Diálogo. Há indícios de terras devolutas na região. O laudo antropológico já está pronto. Os quilombos Brejo, São Caetano e Justa I e II fazem parte do território da fazenda. Apesar de no passado terem sofrido com a reintegração de posse, até o momento não há outro pedido de despejo. A comunidade foi parte das agendas da Articulação Rosalino.</p> <p>- ata 40/2016 ata 62/216 Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Movimento Social: CPT</p> <p>Processo nº 0050579-80.2012.8.13.0393 – Comarca de Manga – Carta Precatória – Baixado – Baixa definitiva em 06/04/2016</p> <p>Não há informações sobre o processo principal.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
79	Município: Matias Cardoso Quilombo de Praia - Acampamento Mãe Romana	<p>A comunidade do Quilombo de Praia é formada por cerca de 150 famílias que vivem no modo tradicional quilombola. A comunidade é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, mas ainda não existe laudo antropológico. Segundo a Companhia Vale do Médio São Francisco (Farevasf), o nome do imóvel, que está situado o conflito é Fazenda Salinas e Retiro. As demandas da comunidade estão sendo tratadas pela Mesa de Diálogo, em parceria com a Articulação Rosalino.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino - ata 39/2016</p> <p>Processo nº 0002141-36.2016.4.01.3825 – 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Janaúba – Despacho indefere o pedido de reintegração de posse deduzido na petição inicial em 06/09/2018 – Autos conclusos para despacho em 08/11/2018.</p>
80	Município: Matias Cardoso Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Légua	<p>A comunidade quilombola (ainda não reconhecida) possui 67 famílias e é localizada em uma região que faz sobreposição ao Parque Estadual da Mata Seca. A Mesa de Diálogo visitou o local, que faz parte das agendas da Articulação Rosalino. O conflito ainda não foi judicializado. - Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Não possui ação de reintegração de posse. Conflito socioambiental.</p>
81	Município: Matias Cardoso Quilombo da Lapinha	<p>O Quilombo da Lapinha é formado por 70 famílias e encontra-se em uma área de sobreposição do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro e com áreas da União. Porém, há, por parte do IEF, uma ordem de reintegração de posse. A justiça determinou a permanência da comunidade em uma área de 22ha, mas os quilombolas pleiteiam um terreno maior, de 7566 ha. O laudo antropológico já está publicado e já passou da fase de contestações. Atualmente, a comunidade teme o despejo. O conflito foi pautado na Mesa de Diálogo, que realizou tratativas com diversos órgãos, na tentativa de solução do conflito.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino - Ata nº 96/2017</p> <p>Movimento Social: CPT, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM e Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas</p> <p>Processo nº 2718291-54.2006.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Despacho solicitando informações sobre o cumprimento dos atos da deprecada em 05/10/2018.</p>
82	Município: Medeiros Fazenda Cravo/Lobeira	<p>A Mesa de Diálogo atuou no conflito que envolvia 30 famílias ocupantes da Fazenda Cravo/Lobeira. Apesar das diversas tratativas, a reintegração de posse foi realizada pacificamente. - ata 59/2016</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5081253-54.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de certidão decurso de prazo em 14/08/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
83	Município: Montes Claros Vila Mauricéia	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais contra Cemig e Prefeitura Municipal de Montes Claros, para solução de ilícito em decorrência de ocupação irregular na área onde estão instaladas as linhas de transmissão da Cemig no bairro Vila Mauricéia e região. Em 2008 foi assinado convênio entre Prefeitura e Cemig para o reassentamento das famílias ocupantes da área. Tal acordo tinha como finalidade a construção de 167 apartamentos, com custo total de R\$3.330.910,81, dos quais a Cemig era responsável pelo repasse de R\$1.000.910,81 e a prefeitura arcaria com o valor de R\$2.330.000,00. A Cemig alega ter repassado à prefeitura 72% do valor acordado e não sabe informar o valor investido pela prefeitura. A prefeitura ficou responsável pela construção das unidades habitacionais, do total foram construídas apenas 48 unidades. Tanto Cemig quanto prefeitura tem interesse na retomada das negociações. Reunião de Mesa de Diálogo agendada para o dia 10/12/2018. Processo nº 5004350-41.2018.8.13.0433 - 1ª Vara Empresarial e de Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros - Audiência de Conciliação realizada em 24/09/2018 - Processo suspenso pelo prazo de 90 dias e nova audiência marcada para o dia 28 de março de 2019, às 14h.
84	Município: Nova Serrana Fazenda Cantagalo	Conflito envolvendo 100 famílias. A Mesa de Diálogo realizou diversas articulações com outros órgãos envolvidos, mas a reintegração de posse foi inevitável. A Sedpac realizou o cadastro das pessoas. A Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável (SEMAD) e a A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac (Sedpac) visitaram o local, para verificar a situação ambiental do terreno. Os ocupantes retornaram à área e por lá permanecem, até o momento. - Ata nº 136/2018 Ata nº 111/2018 Movimento Social: Frente Nacional de Luta - FNL Processo nº 5071556-72.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de petição de manifestação da Defensoria Pública em 29/08/2018.
85	Município: Ouro Preto Ocupação Chico Rei	120 famílias ocupam uma área onde ficava a antiga FEBEM. Em 1994 houve um Termo de Cessão do imóvel do Estado para o município de Ouro Preto. O município tinha responsabilidade de proteger/vigiar, mas foi omisso em várias ocupações e grilagens de terras. Cumprindo com sua obrigação de vigiar somente a partir de 2017, quando pessoas de baixa renda ocuparam o terreno. Existem várias propostas de doação/cessão de partes do terreno para UFOP, Cohab, PMMG, Prefeitura, CVRD. A Câmara Municipal realizou audiência pública, no dia 28/11/2018, para tratar do conflito, casos de violação de direitos humanos contra lideranças; corte de fornecimento de energia elétrica; revisão do Plano diretor e Plano Habitacional de Interesse social; reunião da Ocupação Chico Rei com a Secretaria Municipal de Defesa Social. O Deputado Estadual, Rogério Correia apresentou PL destinando a área para habitação de interesse social para abrigar famílias da ocupação. - Ata nº 120/2018 Processo nº 5001649-23.2018.8.13.0461 - Ação Civil Pública (Proposta pelo Município de Ouro Preto) - 2ª Vara Cível - Comarca de Ouro Preto - Vista ao Ministério público antes de apreciar o pedido liminar, prazo de 10 dias, em 25/10/2018 - Decorrido prazo do Ministério Público em 19/11/2018. Processo nº 5000921-79.2018.8.13.0461 - Oposição (Proposta pelo Estado de Minas Gerais) - 2ª Vara Cível - Comarca de Ouro Preto - Liminar não apreciada em virtude da determinação de desocupar, deixar de ingressar, utilizar, construir, demarcar, parcelar, dividir ou realizar quaisquer atos de ocupação, uso ou gozo da área objeto da ação, até que se tenha decisão definitiva sobre a posse do imóvel proferida na Ação de Reintegração de Posse - Audiência de justificação designada para 20/02/2019, às 14h30 - Juntada Manifestação da AGE em 09/11/2018. Processo nº 5000369-17.2018.8.13.0461 - Ação de Reintegração de Posse (Proposta por terceiros contra a ocupação) - 2ª Vara Cível - Comarca de Ouro Preto - Audiência de justificação designada para 20/02/2019, às 14h30.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
86	Município: Novo Cruzeiro Fazenda Gravatá/Córrego Fundo - Acampamento Nova Vida	O conflito envolve 28 famílias, que encontram-se assentadas e produzindo nas terras. A Mesa de Diálogo visitou o local e atuou no conflito. - Ata s/n 12/05/2015 Movimento Social: MST Processo nº 8190197-90.2002.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado –Arquivado definitivamente em 04/05/2018. Decreto de desapropriação. Decreto NE nº 364, de 25 de setembro de 2015.
87	Município: Patos de Minas Fazenda Córrego Rico	Conflito rural com aproximadamente 35 famílias. Imóvel reintegrado. Processo nº 6138676-86.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Autos arquivados definitivamente em 19/12/2018.
88	Município: Patrocínio Fazenda Serra Negra - Acampamento Cristo Rei	A Mesa de Diálogo, recebeu o conflito em questão ,através da secretaria de direitos humanos , o conflito foi pautado na Mesa de Diálogo, para discutir uma melhor forma de resolver o litígio,a coordenação da Mesa de diálogo esteve em contato com INCRA, que havia produzido um laudo sobre a referida fazenda,mas não havia disponibilidade deste documento no INCRA,o Setor jurídico da Mesa de diálogo conseguiu reaver este documento.e atualmente a ocupação aguarda nova reunião. - Ata nº 143/2018 Processo nº 0139542-75.2010.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Expedição de Carta Precatória para lavratura de Auto Circunstanciado em 03/10/2018.
89	Município: Pedras de Maria da Cruz Comunidade Tradicional Caraíbas	Conflito socioambiental. Não foi informado número de famílias. houve reunião da Mesa mas não foi registrado em ata, a comunidade tradicional de Caraíbas , passa por vários problemas mas a Mesa de Diálogo atuou. Número de Ação de Reintegração de Posse não informado. A SPU concedeu TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável às 30 famílias residentes às margens do Rio São Francisco - Ilhas da Capivara, do Balaieiro e do Coruja - que integram a Associação dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha da Capivara e Caraíbas.
90	Município:Periquito, divisa com Açucena Fazenda Preservar/Bateria - Acampamento	Conflito rural envolvendo 180 famílias tratados pela mesa, informo que após as deliberações e reuniões de articulação com os envolvidos na Reintegração de Posse do imóvel Fazenda Preservar, nos municípios de Periquito e Açucena/MG, ficou definida a data para que a Polícia Militar em apoio aos Oficiais de Justiça proceda a Reintegração de Posse. Caso não ocorra a saída pacífica fica agendado o dia 22 de março de 2018 Imóvel reintegrado. Anexo - Ata nº 112/2018 e Ata nº 54/2018 Processo nº 5114117-48.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de Termo em 19/04/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
91	Município: Periquito Fazenda Pedra Corrida	Conflito rural envolvendo 60 famílias foi tratado na Mesa área de 500 hectares. Parte do imóvel é composta por terras devolutas. O restante o proprietário tem interesse em negociar. Imóvel reintegrado. - Ata nº 66/2016 Movimento Social: MST Processo nº 5146466-07.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de certidão em 31/01/2018.
92	Município: Prata Fazenda Barra - Acampamento Capitão Carlos	Conflito rural não foi informado número de famílias a fazenda possui processo de compra e venda tramitando no Incra, mas não foi dada uma definição. Área reocupada com 6 matrículas e aproximadamente 3 mil hectares Relatório de reunião 17/12/2017 – Imóvel reintegrado. Não há informações sobre o número de Ação de Reintegração de Posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
93	Município: Presidente Kubitschek Comunidade Quilombola de Raiz	A comunidade com 44 famílias, que agora é certificada pela Fundação Cultural Palmares, teve seu modo de vida (sistema de policultivos, criação de animais, coleta de flores sempre-vivas e artesanato de capim dourado) prejudicado pelas monoculturas de eucalipto. A Mesa de Diálogo visitou o local, que faz parte das agendas da Articulação Rosalino. O relatório com as demandas dos quilombolas foi entregue ao governador. - Relatório de visitas Articulação Rosalino Não há Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.
94	Município: Presidente Olegário. Comunidade Indígena Xucuru Kariri - Fazenda Andrequicé	O Conflito está sendo tratado na Mesa, que atuou, inclusive na transferência dos indígenas para uma fazenda em Patos de Minas, até que se conseguisse um local mais adequado para assentamento das famílias. Depois, os índios foram para Presidente Olegário Não há informações sobre o número de Ação de Reintegração de Posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
95	Município: Raul Soares Barragens de Emboque e Granada	Conflito Socioambiental envolvendo 350 famílias pauta do MAB, Movimento dos atingidos por Barragem. Ata nº 85/2017 Relatório do MAB produzido pela Mesa, em anexo. Não há Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.
96	Município: Riacho dos Machados Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Conflito tratado pela Mesa de Diálogo, através das agendas da Articulação Rosalino. Apesar de ser certificada pela Fundação Palmares, o laudo antropológico ainda não foi realizado. relatório Articulação Rosalino Não há Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
97	Município: Ribeirão das Neves Ocupação Tomás Balduino	<p>Conflito Rural, com características de bairro, envolvendo 300 famílias. Foi pautado na Mesa de Diálogo e uma das discussões foi sobre a possibilidade de urbanizar a área e manter as pessoas que já moram no terreno. A Mesa de Diálogo promoveu um intenso debate com a Câmara de Vereadores do município de Ribeirão das Neves e a Prefeitura Municipal. Diversas reuniões da Câmara Setorial da Mesa de Diálogo foram realizadas na cidade. - Ata nº 94/2017 Ata nº 100/2017 ata reunião Câmara e Prefeitura ata câmara setorial 26/10/2017</p> <p>Processo nº 0512523-53.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de manifestação Advogado do autor em 07/11/2018.</p>
98	Município: Rio Pardo de Minas Fazenda Passagem Larga - Comunidade Tradicional Raiz	<p>Conflito envolvendo 40 famílias. A atuação da Mesa de Diálogo neste conflito se deu através de uma reunião que contou com a presença dos proprietários da fazenda Passagem Larga, a REPLASA, que manifestou através de seus advogados interesse em negociar. O pedido da comunidade seria uma parte do terreno, para que pudessem reproduzir o seu modo de vida tradicional. A empresa, juntamente com técnicos da Mesa de Diálogo, SEDA, SEDPAC, e a comunidade, fizeram uma visita ao local e fizeram um laudo que retratou os aspectos técnicos do terreno. Este laudo foi enviado para todas as partes envolvidas no conflito. A empresa fez uma proposta e a comunidade fez uma contraproposta, mas as negociações não avançaram.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino ata 118/2018 memória de reunião</p> <p>Processo nº 1468046-88.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Decorrido prazo de 06 meses de suspensão do processo em 19/09/2018 – Vista às partes em 24/09/2018.</p>
99	Município: Rio Pardo de Minas Comunidade de Santana/Riachinho	<p>Conflito envolvendo 80 famílias. Foi tratado na agenda da Articulação Rosalino.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Processo nº 0181997-21.2011.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Processo julgado extinto sem resolução do mérito ante o abandono de causa pelo autor em 15/12/2018 – Autos arquivados definitivamente em 19/06/2018.</p>
100	Município: Rio Pardo de Minas Família Meneghetti - União de Recursos Naturais Indústria e Comércio	<p>Conflito tratado na Mesa Ata nº 053/2016</p> <p>Processo nº 0019287-73.2012.8.13.0556 – Comarca de Rio Pardo de Minas – Autos conclusos para despacho em 09/11/2018.</p>



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
101	Município: Rio Pardo de Minas Fazenda Capão Muniz - Acampamento Resistência	Conflito rural envolvendo 23 famílias. Segundo o MST, a ocupação já dura mais de sete anos, sem uma real intervenção do Estado. A sugestão foi criar uma Câmara Setorial para estudar a melhor saída para o conflito. Ata nº 93/2017 Movimento Social: MST Processo nº 2052602-73.2010.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 08/08/2018.
102	Município: Rio Pardo de Minas Fazenda Santa Bárbara	Conflito rural envolvendo 15 famílias. Na reunião da Mesa de Diálogo, realizada em 04/07/2017, foi feito o seguinte encaminhamento: Aldenir Viana, da Seda, enviará Inteiro Teor do Imóvel Fazenda Santa Bárbara ao Senhor Élcio Pacheco. – Ata nº 93/2017 Movimento Social: MST Processo nº 5057438-91.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Liminar de reintegração de posse revogada por Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.040.858-7/004 – Autos conclusos para despacho em 22/08/2018.
103	Município: de Rubim Fazenda Uberaba	Apesar das varias tentativas de negociação para evitar o despejo, as 50 famílias foram removidas para outra ocupação. A Mesa de Diálogo forneceu todo apoio, inclusive no transporte das pessoas para outro local. Ata nº 115/2018 Ata nº 123/2018 Ata nº 93/2017 Movimento Social: MST Processo nº 5017369-17.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Informação de cumprimento de liminar de reintegração de posse ratificada por sentença em 24/07/2018.
104	Município: Sabinópolis Comunidade Quilombola do Córrego Mestre	Reconhecida por todos os órgãos envolvidos, a atuação da Mesa de Diálogo neste conflito merece destaque, pois a situação desta comunidade era de isolamento das políticas do estado. A comunidade quilombola de Córrego Mestre ficava isolada, sofria violência e não tinha o direito ao reconhecimento enquanto comunidade quilombola. As ações da Mesa, em conjunto com o MPMG, garantiu à comunidade o acesso a várias políticas públicas, incluindo segurança. A Defensoria Pública também participa do processo de emancipação da comunidade. Ata nº 139/2018 Ata nº 133/2018 Processo nº 0013838-64.2013.8.13.0568 – Comarca de Sabinópolis – Remetidos os autos à Defensoria Pública em 22/10/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
105	Município: Sacramento Fazenda Chapadão do Zagaia	A Mesa de Diálogo realizou intensivas negociações, mas não houve a possibilidade de se chegar a um desfecho favorável aos ocupantes, que tiveram que se retirar pacificamente da fazenda. Entretanto, a Mesa de Diálogo forneceu todo o apoio às famílias, durante a saída delas do terreno. Ata nº 112/2018 Movimento Social: MST Processo nº 5157787-05.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 27/09/2018.
106	Município: Salto da Divisa Fazenda Farpão/Talismã - Acampamento Ouro e Prata	A comunidade quilombola Braço Forte possui 140 famílias é reconhecida pela Fundação Palmares. Eles aguardavam a decisão do conflito de competências, que acabou não saindo conforme planejado. Atualmente, existe grande possibilidade de despejo. Ata nº 115/2018 Ata nº 36/2016 Ata nº 93/2017 Ata nº 135/2018 Movimento Social: MST Processo nº 6091077-54.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Decisão solicitando que determine o cumprimento da Carta Precatória nº 0023823-70.2015.8.13.0347, com a efetivação da ordem de desocupação do imóvel objeto da lide em 01/10/2018.
107	Município: Salto da Divisa Represa de Itapevi	Conflito tratado na Mesa envolve a associação de pescadores artesanais de Salto da Divisa, Movimento Social: Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa Não há Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.
108	Município: São Joaquim de Bicas Fazenda Engenho - Acampamento Pátria Livre	Conflito rural envolvendo 1800 famílias Ata nº 97/2017 Ata nº 108/2017 Ata nº 112/2018 Movimento Social: MST Processo nº 5108916-41.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Despacho deferiu à empresa autora reintegração de posse no imóvel objeto da lide (Medida Liminar) em 26/07/2018 - Juntada de Petição de Petição de comunicação de Agravo de instrumento em 20/08/2018.
109	Município: São José da Lapa Nova Cachoeira	Conflito urbano envolvendo 100 famílias – não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Movimento Social: MLB Processo nº 0051656-11.2013.8.13.0290 – Comarca de Vespasiano – Processo suspenso ou sobrestado por decisão judicial em 05/07/2018 – Audiência de justificação designada para o dia 06/12/2018, em 19/09/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
110	Município: Timóteo Área Pública - Rua Angico/Rua Gameleira, Bairro Recanto Verde; Rua Parque Rio Doce, Bairro Macuco; Rua Canela, Bairro Limoeiro	Conflito urbano tratado pela Mesa – Ata s/n 12/03/2015 – 26/02/2015 – 29/09/2015 Movimento Social: MLB e Brigadas Populares Processo nº 0023035-11.2012.8.13.0687 – Comarca de Timóteo – Remetido os autos ao Tribunal de Justiça em 15/12/2017. Processo nº0031921-96.2012.8.13.0687 – Ação Civil Pública – Comarca de Timóteo - Remetido os autos ao Tribunal de Justiça em 15/12/2017.
111	Município: Tiros Fazenda Santo Antônio - Acampamento Quilombo Dandara	Conflito rural envolvendo 60 famílias não teve reunião da Mesa, mas teve ações da mesa. Movimento Social: MST Não possui Ação de Reintegração de Posse – Área ocupada por oriundos da desocupação da Fazenda Maranhão, município de Campos Altos – Decreto expropriatório Decreto NE nº 449, de 13 de setembro de 2018.
112	Município: Tumiritinga Fazenda Casa Branca	Conflito rural envolvendo 100 famílias Ata s/n 14/07/2015 Movimento Social: MST Não há informações sobre Ação de Reintegração de Posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
113	Município: Tumiritinga Jaqueira /Rancho Miura III	Conflito rural envolvendo 150 Famílias Ata s/n 14/07/2015 Movimento Social: MST Processo nº 2509060-74.2012.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de petição em 30/09/2018.
114	Município: Tupaciguara Fazenda São Domingos	Conflito rural Ata nº 47/2017 Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro Processo nº 2665-65.2017.4.01.3803 – 1ª Vara Cível Federal – Subseção Judiciária de Uberlândia – despacho concedendo dilação de prazo por 20 dias ao INCRA em 01/10/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
115	Município: Ubá Comunidade Quilombola Namastê	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve visita da Mesa Não há informações sobre Ação de Reintegração de Posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
116	Município: Uberaba Fazenda Pão de Queijo/ Fazenda Palmeiras	Conflito Rural envolvendo 280 famílias Ata s/n 20/09/2017 Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro Processo nº 6066192.73.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Sentença julgou procedente o pedido inicial em 06/10/2017 – Juntada de petição de Apelação em 30/01/2018.
117	Município: Uberlândia Anel Viário DER - Contorno Sul BR 455, Km 02	Conflito urbano foi tratado pela Mesa - Ata s/n 08/08/2015 Movimento Social: MLST e MST Processo nº 0424299-84.2011.8.13.0702 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Sentença julgou procedente o pedido inicial em 04/04/2017 – Imóvel já desocupado na data da sentença – Autos arquivados definitivamente em 14/12/2017.
118	Município: Uberlândia Ocupação Fidel Castro	A ocupação teve início em 26 de novembro de 2016. Foi ocupada uma área 200.000m ² , situada às margens da BR 050 que nunca cunpriu com sua função social, estando abandonada há mais de 15 anos. A ocupação se desenvolveu rapidamente, chegando ao número de 700 famílias e, no decorrer de dois anos se tornou um bairro. hoje possui ruas abertas, boa parte das casas são de alvenaria, há diversos pequenos comércios e realização de atividades culturais periódicas, normais da vida cotidiana de um bairro. Conflito chegou à Mesa de diálogo em 12 de novembro de 2018. Reunião ordinária realizada em 26 de novembro de 2018. - Ata 153 dia 26/11/2018 Movimento Social: MTST Processo nº 5021828-02.2016.8.13.0702 – Comarca de Uberlândia – Processo suspenso por força de antecipação de tutela recursal do Agravo de Instrumento nº 1.0000.16.097669-2/001 em 23/01/2017. Agravo de Instrumento nº 1.0000.16.097669-2/001 - 15ª Câmara Cível - Autos conclusos à relatoria em 03/09/2018 - Recurso recebido com efeito suspensivo em 30/12/2016 - Indeferido pedido de reconsideração da decisão que concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento em 10/01/2018 - Liminar de Reintegração de Posse suspensa até julgamento final do recurso.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
119	Município: Unaí Fazenda Santa Clara – Acampamento Andreia dos Santos	Conflito rural envolvendo 280 famílias. Em reunião ordinária da Mesa de Diálogo foi solicitado à SEDA levantamento de cadeia dominial, ficou constatado que o imóvel encontra-se devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Unaí. Em audiência de conciliação na Vara Agrária de Minas Gerais, realizada em 11/07/2017, ficou acordado que as famílias desocupassem o imóvel espontaneamente até 30/09/2017. Ata nº 49/2016 Movimento Social: MST Processo nº 5039521-93.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Processo extinto com resolução de mérito, decorrente de homologação de acordo – Autos arquivados definitivamente em 09/03/2018.
120	Município: Vazante Fazenda Lages/ Biboca - Acampamento José Beraldo	Conflito rural envolvendo 35 famílias que ocupam imóvel de 2 mil hectares. O Estado de Minas Gerais, por meio da AGE, ajuizou Ação Discriminatória da área, visto indícios de devolutibilidade das terras, porém o Estado perdeu a ação em todas as instâncias judiciais, não podendo, dessa maneira, as terras serem consideradas devolutas. Imóvel reintegrado. Movimento Social: MST Processo nº 6080998-16.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 24/05/2018.
121	Município: Vazante Fazenda Conceição de Santa Cruz	Imóvel ocupado em março de 2014, pelo MST. A equipe da Mesa de Diálogo realizou visita técnica ao imóvel ocupado em 19/05/2018 e no relatório da visita constam informações sobre o receio dos ocupantes saírem da área. Segundo informações da PMMG o imóvel foi desocupado pacificamente em 20/06/2018. Não existe nos arquivos da Mesa de Diálogo informações acerca da situação atual do conflito. Ata nº 37/2016 Processo nº 1372425-35.2014.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos vista autor em 25/10/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
122	Município de Verdelândia Fazenda Morro Preto - Comunidade Quilombola das Comunidades Nativas do Arapuim	<p>O Quilombo Nativos do Arapuim é composto pelas Comunidades Limeira, Boavistinha, Boa Sorte e Vista Alegre. Com a chegada dos fazendeiros, os povos foram “empurrados” para as margens do Rio Arapuim. Entre 2007 e 2013 concentraram os esforços para inserir a comunidade no convênio firmado entre o INCRA, o Governo de Minas Gerais e a UNIMONTES com o objetivo de elaborar o Relatório Antropológico. Os representantes da comunidade ocuparam 2 hectares da Fazenda Torta/Morro Preto. Os quilombolas fizeram a retomada de um imóvel com área cerca de 400 hectares, mas foi cumprida a liminar com a ordem de retirada das famílias. A fazenda em questão foi adquirida por outra pessoa. Em 2014, cerca de 50 famílias retornaram à área, mas foram expulsos posteriormente. No mesmo ano os quilombolas fizeram a retomada de um imóvel com área de cerca de 400 hectares de propriedade do espólio Névio Figueiredo. Até a presente data o representante não judicializou a ocupação. Em reunião na Mesa de Diálogo, houve negociação para intermediar acordo entre os quilombolas e o arrendatário da Fazenda Torta. O arrendatário da Fazenda Torta afirma que só destina a área se o Governo Estadual comprar e pagar o imóvel, já o arrendatário João Fábio Dias continua disposto a resolver o conflito, de forma a atenuar a pena em processo criminal que responde na justiça. O Relatório Antropológico está em processo de elaboração pela equipe do Incra.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Movimento Social: Associação Quilombola das Comunidades Nativas do Arapuim</p> <p>Processo nº 1258184-87.2010.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Solicitação de informações sobre a área ocupada em 10/09/2018 – Autos conclusos para despacho em 19/11/2018.</p>



Conflitos / Ocupações encaminhadas à Mesa sem tramitação



CONFLITOS ENCAMINHADOS À MESA SEM A DEVIDA TRAMITAÇÃO		
Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
1	Município: Jaíba Reserva legal RI2 e RI3	Conflito não foi tratado na Mesa Ata nº 66/ Processo nº 6002872-30.2007.8.13.0738
2	Município: Jampruca Fazenda Santa Julieta - Acampamento Janete Teles	Conflito envolvendo 86 famílias – teve ações da Mesa mas não foi realizado reunião Processo nº 0024.14.157.910-2
3	Município: Janaúba Fazenda Muquém	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0351.14.004839-5
4	Município: Januária Fazenda Moradeiras - Quinta das Palmeiras/ Quinta das Mangueiras	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0079380-61.2014.8.13.0352
5	Município: Januária Fazenda Pandeiros	Conflito envolvido 06 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 5028128-7420168130024
6	Área Pública do Estado de Minas Gerais, localizado no município de Joáima Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
7	Fazenda são Felipe, localizado no município de Joáima não foi informado Movimento Social	Conflito envolvido 23 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.06.268036-8
8	Fazenda Itatiaia, localizado no município de João Pinheiro	Conflito envolvendo 70 pessoas não foi tratado na Mesa Processo nº 0363.02.009310-2
9	Altamira, localizado no município de Jordânia não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 45 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0780911-29.2012
10	BR 040, km 77600, próximo a empresa Paraibuna de Papéis - Distrito Industrial, localizado no município Juiz de Fora movimento Social não informado	Conflito envolvido 10 pessoas – não foi tratado na Mesa de Diálogo Processo nº 0145.02.013173-9
11	Condomínio Porto Seguro - rua Romeu Pastoril, s/n, bairro Bom Jardim – Programa “Minha Casa, Minha Vida”	Conflito envolvendo 80 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0331094-18.2014.8.13.0145
12	Residencial Parque das Águas e Residencial Miguel Marinho - rua b, 140 Monte Castelo; rua b, 695 Monte Castelo; rua e, 125 Monte Castelo; rua f, 70 Monte Castelo; rua m, 30 Monte Castelo; rua q, 80	Conflito envolvendo 18 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 6928-88.2013.4.01.3801
13	Área C rua 1, do nº 095 100, São João, Milho Brando; Área C, rua 2, s/n, São João, Milho Branco	Conflito envolvendo 500 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0145.00.006296-1



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
14	Terreno pertencente a Cemig – rua das Urias Gonçalves de Oliveira, 15, bairro Santa Rita	Conflito envolvendo 01 família não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
15	Terreno da Cemig / rua das Missões, 197 bairro Nossa Senhora Aparecida	Conflito envolvendo 01 família não foi tratado na Mesa Processo nº 0145.08.489346-3
16	Comunidade de Nossa Senhora de Aparecida - Fazenda Esplanada/Pau D' Arco, localizado no município de Manga - não foi informado o Movimento Social	Não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
17	Rosário, localizado no município de Mariana Movimento Social não Informado	Conflito envolvendo 100 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0400.06.018935-6
18	Município de Mariana - Santa Rita de Cássia	Conflito envolvendo 30 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0400.08.031869-6
19	Santo Antônio, localizado no município de Mariana - não foi informado nome do Movimento Social	Conflito envolvendo 15 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0400.08.031.833-2
20	Fazenda Matas do Japoré, localizado no município de Marivânia	Conflito envolvendo 47 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.09.566.641-8
21	Fazenda Vila Bela, gleba de Salinas e Retiro, localizado no município de Matias Cardoso - não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado pela Mesa Processo nº 6105218-78.2015.8.13.0024
22	Rua Três, 13, bairro são Miguel, localizado no município Matozinhos - não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado pela Mesa
23	Fazenda Buritizal, localizado no município de Monte Alegre de Minas não foi informado - Movimento Social	Conflito envolvendo 35 pessoas não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.14.156.468-2
24	Empreendimento Minha Casa Minha Vida, localizado no município de Almenara	Conflito envolvendo 500 famílias – mas não foi tratado pela Mesa Processo nº 0000672-16.2015.4.01.3816
25	Fazenda Amaralina, localizado no município de Almenara	Conflito envolvendo 20 famílias – não foi tratado pela Mesa Processo nº 0874551-57.2010
26	Fazenda Córrego de Areia, localizado no município de Almenara	Conflito envolvendo 2 Famílias - não foi tratado pela Mesa Processo nº 0024.09.476628-4



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
27	Fazenda Chapadão, localizado no município de Bambuí	Conflito envolvido 200 famílias – não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
28	Fazenda Ponte Nova, localizado no município de Bambuí	Conflito envolvido 300 famílias - não foi tratado na Mesa Processo nº 0876750-81.2012.8.13.0024
29	Fazenda Velha, localizado o município de Bambuí – Movimento Social MST	Conflito envolvido 220 famílias - não foi tratado na Mesa Processo nº 0051.04.010700-8
30	Vila São Bento, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 30 famílias – não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
31	Vila Paraíso - Bairro Palmeiras - terreno da Empresa Cowan - área de servidão da Cemig, localizado n município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 100 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.12.2824527
32	Imóvel da Senhor Geralda Solange Rabelo Coelho - rua 06, 03, bairro Vista Alegre III, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvido 8 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0024.12.197022-2
33	Bairro Califórnia - rua Clemente Nascimento Pires, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 30 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 6020565-46.2015.8.13.0024
34	Edifício Padre Paraíso - rua Padre Paraíso, 139, bairro Carlos Prates, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 18 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 2683588-58.2010.8.13.0024
35	Capelinha - rua Caratinga, localizado no município de Betim	Conflito envolvendo 70 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0115723-32.2012.8.13.0027
36	Nova Campinho, localizado no município de Betim	Conflito envolvido 20 pessoas – Não foi tratado pela Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
37	Fazenda Barro Preto (Área de cerrado Frutal), localizado no município de Frutal	Conflito envolvendo 7 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0024.14.042.666-9
38	Fazenda Guapeva (antiga Cachoeira de Baixo e Bebedouro da Moeda)	Conflito envolvendo 80 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 6112128-24.2015.8.13.0024



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
39	Bairro Santa EDWIRGES - Rua Luiz Ferreira Melo, bairro Santa EDWIRGES (Dez Casas Sendo Nº 02, 03, 04, 06, 07, 08 E 09, de mais sem numeração), rua Alzira de Oliveira Dornas, bairro Santa Edwiges sete, localizado no município de Itaúna	Conflito envolvido 30 famílias - Não foi tratada pela Mesa Processo nº 0082189-37.2012.8.13.0338
40	Acampamento Águas - fazenda Águas Cristalinas, localizada no município de Itanhomi Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Conflito não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
41	Terreno da Vale - quilometro 457 mais 420 (linha férrea), localizado no município de Antônio Dias	Não foi discutido na Mesa Processo nº 019407000069-1
42	Acampamento Irmã Dorothy, localizado no município de Araguari – Movimento Social MST	Conflito envolvendo 30 famílias não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
43	Vila Acaba Mundo, localizado no município de Belo Horizonte Movimento Social Favela da década 40, iniciou-se com a instalação da Mineradora Lagoa Seca, encontra-se hoje em expansão	Não foi tratado na Mesa Processo nº 6136304-67.2015.8.13.0024
44	Fazenda Carneiros, localizado no município de Baldim	Conflito envolvido 50 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 47743-04.2011.4.01.3800
45	Rua Cristiano de Almeida, 260, localizado no município de Belo Horizonte	Não foi tratado pela Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
46	Fazenda São Judas Tadeu, localizado no município de Itacarambi	Conflito envolvendo 100 famílias Indígena – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0066223-55.2013.8.13.0352
47	Ocupação Irmã Dorothy, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 350 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0056753-19.2010.8.13.0024
48	Fazenda Faroeste - área no bairro Pousada Del REY, localizado o município de Ibirité	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0080846-15.2015.8.13.0301
49	Fazenda Manchúria, localizado no município Ibiá	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 5001260-59.2016.8.13.0024
50	Fazenda Córrego de Área, localizado no município de Governador Valadares Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra	Conflito envolvendo 60 famílias – Não está na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
51	Fazenda Garça, localizado no município de fronteira - Movimento Social Luta pela Terra	Conflito envolvendo 35 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.13.374.659-4
52	Fazenda Cipó/Mandacaru/acampamento João Pinheiro, localizado no Francisco Dumont Movimento Social / líder: Movimento dos Sem Terra – MST /Comissão Pastoral da Terra - CTT Contato: não informado	Conflito envolvido 35 famílias - Não foi tratado pela Mesa Processo nº 5001708-32.2016.8.13.0024
53	Sítio Vale Encantado - Avenida um, 10, Vale do Bom Jesus 18.000 m ² , localizada no município de Esmeralda - Movimento Social / líder: MST	Conflito não está na Mesa Processo nº 0047721-76.2014.8.13.0241
54	Fazenda Boa Vista, localizado no município de Estrela do Sul	Conflito não está na Mesa Processo nº 6100433-73.2015.8.13.0024
55	Fazenda Monte Carmelo, localizado no município de Estrela do Sul	Conflito não está na Mesa Processo nº 6146417-80.2015.8.13.0024
56	Imóvel Público, localizado no município no Dionísio	Conflito envolve 25 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0002364-96.2015.8.13.0610
57	Bairro Jardim Copacabana, localizado Divinópolis	Conflito envolvendo 4 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0212671-93.2013.8.13.0223
58	Bairro Niterói, localizado no município de Divinópolis	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0206434-43.2013.8.13.0223
59	Casa Avenida 2, 125, Parque Industrial Novo Reno, localizado no município de Coronel Fabriciano	Conflito não foi tratado pela Mesa Processo nº 0194.13.006118-8
60	Quintas coloniais, localizado no município de Contagem	Conflito envolvendo 5 famílias- Não está na Mesa Processo nº 0048901-36.2011.8.13.0079
61	Fazenda Beira Rio, localizado no município de Coromandel	Conflito envolvendo 07 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0024.15.008.891-2
62	Conjunto Habitacional Marcos Otavio, bairro Paulo Vi, no lado direito da rua Maninha Junqueira, localizado no município de Conselheiro Lafaiete	Não foi tratado na Mesa Inquérito Civil nº 0183.13.000067-6
63	Estância Imperial - rua Servidão 5, 122, bairro Estância Imperial da Madeira, localizado no município Contagem	Conflito envolvendo 26 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0327303-16.2012.8.13.0079
63	Imóvel ocupado: Ageu Rodrigues Martins, localizado no município de Caratinga	Não foi tratado na Mesa Processo nº 0134.13.014861-9



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
64	Terreno particular - propriedade de Flávio pena - Portelinha, bairro esperança em Caratinga	Conflito envolvendo 90 famílias- Não foi tratado na Mesa Processo nº 0134.12.011903-4
65	Fazenda Estrela localizado Carmo da Mata	Conflito envolvendo 7 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 001450583.2007.8.13.0140
66	Clube dos Cavaleiros campo Florídeas - avenida Juscelino Kubitschek, 35, localizado no Campo Florido	Conflito envolvendo 15 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0078015-55.2015.8.13.0772
67	Fazenda São José da Boa Vista, localizado no município de Campina Verde	Não foi tratado na Mesa Processo nº 6048675-55.2015.8.13.0024
68	MGT 262, Estrada Sabará, localizado no município de Caeté	Conflito não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
69	Fazenda MORRO DOIS - 01 Hectare, localizado no município Botumirim	Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0002544-90.2005.8.13.0278
	Camilo torres I e II (complexo industrial Vale do Jatobá)	Conflito envolvendo 900 famílias - Não foi tratado pela Mesa, mas tem histórico. Processo nº 2359506-07.2008.8.13.0024
70	Ocupação Chico Xavier – Bairro Xodó Marise, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
71	Ocupação da Fetaemg – acampamento Pedro Marcelo Santo, localizado no município de Bocaiuva - Movimento Social MST	Não foi tratado pela Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
72	Fazenda indaiá, localizado no município de Bonito de Minas	Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0095337-05.2014.8.13.0352
73	Itapeva III, IV, VI E VII, localizado no município de Grão Mogol	Conflito envolvendo 120 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 2241912-30.2012.8.13.0024
74	Comunidade Barrinha, localizado no município de Itacarambi Movimento Social CBT -	Conflito envolvendo 13 famílias comunidade Tradicional Vazanteiros – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0635691-33.2016.8.13.0000
75	Fazenda Buriti 1.487,73 hectares, localizado no município de Montes Claros não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 70 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0169474-11.2011.8.13.0433
76	Ocupação Juntos Venceremos, localizado no município de Montes Claros - Movimento Social / Líder: MTD – Movimento dos Trabalhadores por Direitos	Conflito envolvendo 230 famílias não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
77	Alameda Galo Novo, localizado no município de Nova Lima não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 1 família não foi tratado na Mesa Processo nº 0002034-41.2014.08.13.0188



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
78	Imóvel urbano no bairro Nova Suíça (rua Luiz Seabra sobrinho, 383), localizado no município de Nova Lima não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 14 famílias não foi informado Movimento Social Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
79	Ocupação Jardim Canadá, localizado no município de Nova Lima não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0188.12.003340-5
80	Distrito Industrial José Silva Almeida, localizado no município de Nova Serrana não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0009585.90.2013. 8. 13.0452
81	Acampamento João Pedro Teixeira - fazenda Ribeirão de Áreia, localizado no município de Olhos D'Água	Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
82	Avenida Maurette José dos Santos, nº 208 e 210, bairro Manacás	Não foi tratado pela Mesa Inquérito Civil MPMG 0024.13.011134-7
83	Fazenda da Fucam, localizado no município de Buritizeiro Movimento Social Sindicado dos Trabalhadores Rural	Conflito envolvendo 28 famílias - foi tratado pela Mesa visita Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
84	Edifício Padre Paraíso - rua Padre Paraíso, 139, bairro - Carlos Prates - Movimento Social Brigadas Populares e MST	Conflito envolvendo 1200 famílias – houve intervenção da Mesa Processo nº 2683588-58.2010.8.13.0024
85	Fazenda Cochá e Flexeiras – Estância lagoa da Pedra, localizado no município de Bonito de Minas	Conflito envolvendo 150 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0035242-09.2014.8.13.0352
86	Fazenda Rodeio (queixada 1), localizado no município de Ouro Verde de Minas - Movimento Social/ Líder: não informado	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.13.313.748-9
87	Olhos D'Água, localizado no município de Pará de Minas - Movimento Social / Líder não informado	Conflito não deve reunião da Mesa de Diálogo mas foi feito algumas ações da Mesa Processo nº 70650-65.2014.4.01.3800 –12ª Vara Federal Seção Judiciária de Minas Gerais. Processo nº 0471.14.017566-5 - 1ª Vara Cível de Pará de Minas.
88	Fazenda Lavras, localizado no município de Paracatu - Movimento Social / Líder: não informado	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.14.014.214-9
89	Fazenda Paiol e Buriti do Bernardo, localizado no município de Paracatu - Movimento Social / Líder: não informado	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.12.203.203.0
90	Acampamento Ismene Mendes - fazenda Boa Sara, localizado no município de Patos de Minas - Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Conflito Rural com aproximadamente 22 famílias, segundo histórico da Mesa não teve reunião, mas ações na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
91	Conjunto habitacional Jardim Esperança IV, localizado no município de Patos de Minas - Movimento Social / Líder: Movimento dos Sem Terra- MST	Conflito Urbano não foi informado número de Famílias, segundo o histórico da Mesa não foi realizado reunião da Mesa, mas teve ação na Mesa. Processo nº 0162232-15.2015.8.13.0480
92	Fazenda Cantagalo, localizado no município de Pedras de Maria da Cruz – não foi informado Movimento Social	Conflito rural envolvendo 31 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.14.332.479-6
93	Fazenda Palmeirinha, localizado no município de Pedras de Maria da Cruz – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi informado número de família – não foi tratado na Mesa Processo nº 009780-07.2001.8.12.0352
94	Fazenda Pedras de São João Agropecuária, localizado no município de Pedras de Maria da Cruz	Conflito rural não foi informado número de famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0064491-39.2013.8.13.0352
95	Bairro Teotônio Batista de Freitas, localizado no município de Pedro Leopoldo – não foi informado Movimento Social	Conflito urbano não foi informado Movimento Social – não foi tratado na Mesa Processo nº 003493-02.2016.8.13.0210
96	Fazenda Mulugunzinho, localizado no município de Porteirinha – não foi informado Movimento Social	Conflito rural envolvendo 30 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.10.127.898-4
97	Fazenda Moenda, localizado no município de Prata - Movimento Social / Líder: Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST	Conflito rural envolvendo 75 famílias – não foi tratado na mesa, mas teve algumas ações na Mesa Processo nº 6076925-98.2015.8.13.0024
98	Fazenda Rio das Pedras, localizado no município de Prata - Movimento Social / Líder: Fetraf - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras	Conflito envolvendo 110 famílias – não foi tratado na mesa mas, teve algumas ações na Mesa Processo nº 0276880-21.2015.8.13.0702
99	RDS Tamanduá, no município de Riacho dos Machados – não foi informado Movimento Social	Não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.
100	Fazenda Nossa Senhora de Santana em areias (comarca de ribeirão das neves), rua Gardênia, 119, margaridas, no município de Ribeirão das Neves – não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 150 famílias - não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.15.051.252-3
101	Ocupação Granjas Primavera, localizado no município de Ribeirão das Neves – não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 25 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 500226781.2015.8.13.0231
102	Imóveis da Prefeitura - rua Treze, nº 0 - bairro Vila Duarte, localizado no município de Rio Acima – não foi informado Movimento Social	Conflito urbano envolvendo 100 pessoas – não foi tratada na Mesa Processo nº 0188.15.003.666-6



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
103	Rua Cel Antônio Marques da Costa, nº 82, casa 07, bairro Morgan, localizado no município de Rio Acima – não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 3 pessoas – não foi tratado na Mesa Processo nº 0188.14.010.004-4
104	Chácara Princesa do Sertão, localizado no município de Uberaba – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
105	Fazenda Capão Limpo - av Maria Rodrigues da Cunha Rezende, - Vila Ozanam - Uberaba	Conflito urbano envolvendo 30 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0701.08.233.066-6
106	Fazenda Pasto Grande ou Cachoeirinha, localizado no município de Uberaba – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado pela mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
107	Fazenda São José do Rio Peixe, localizado no município de Uberaba – não foi informado Movimento Social	Conflito não tratado na Mesa Processo nº 6038315-61.2015.8.13.0024
108	Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 76682-28.2010.4.01.3800 - Justiça Federal
109	Bairro Jardim Vitória – BR 050 km 41 (ao lado do bairro Seringueiras), localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: Pastoral da Terra	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 0749910 24.2015.8.13.0702
110	Bairro Shopping Park, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito reintegrado Processo nº 0563730-02.2012.8.13.0702
111	Chácara Beira Rio, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 0270971-03.03.2012.8.13.0702
112	Chácara Rancho Alegre - bairro Canaã, localizado no município de Uberlândia	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 0702088-10.2013.8.13.0702
113	Fazenda Buriti, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 0702.12.073678-1
114	Fazenda Cabaça - 3ª ocupação, localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro	Conflito rural tratado na Mesa Ata nº 47/2017 Processo nº 0139562-64.2013.8.13.0702
115	Fazenda Capim Branco Sítio João de Oliveira, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 5015718-81.2016.8.13.0024



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
116	Fazenda Carinhosa S/A, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.09.538.307-1
117	Fazenda Duas Estrelas, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
118	Fazenda Estância Califórnia, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
119	Fazenda Estância Paraíso - Br 455 km 35 (estrada da harmonia), localizado no município de Uberlândia não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 4288265-60.2013.8.13.0024
120	Fazenda Estivinha Veio d'Água, localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: Movimento Social de Luta Pela Terra e Reforma Agrária	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.13.232.371-8
121	Fazenda Experimental do Glória, localizado no município de Uberlândia – Movimento Social / Líder: MSTB – pastoral da Terra e Movimento Sem Teto do Brasil	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 6590-45.2012.4.01.3803
122	Fazenda Ferro Velho - Adj. bairro Morada localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0485385-51.2014.8.13.0702
123	Fazenda Formosa, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 2729213-47.2012.8.13.0024
124	Fazenda Glória / Campo Alegre / Letreiro, localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.12.204.1619
125	Fazenda Lago Azul – Empreendimentos Imobiliários Ltda. Localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 1728345-18.2014.8.13.0024
126	Assentamento Maringá / Monte Castelo – lote 06, localizado no município de Uberlândia – não foi informado social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 6590-45.2012.4.01.3803
127	Fazenda Nossa Senhora das Perdizes, localizado no município – não foi informado social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.14.046.479-3
128	Fazenda Pederneira, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito tratado na Mesa Relatório de Reunião 17/10/2017 Processo nº 5017118-02.2017.8.13.0702



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
129	Fazenda Praia Rica BR 452 km 162, localizado no município de Uberlândia, não foi informado Movimento Social	Conflito rural não teve reunião, mas teve ações da Mesa de Diálogo Processo nº 5006692-28.2017.8.13.0702
130	Fazenda Rio das Pedras /Douradinho/ Bom Jardim Empreendimentos, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0807430-73.2014.8.13.0702
131	Fazenda Santa Maria /Dona Olívia, localizado no município Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.13.2013878-5
132	Fazenda São Bento/Chácara Eldorado III, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0727853-80.2013.8.13.0702
133	Fazenda Sobradinho, localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Conflito rural envolvendo 85 famílias Ata nº 37/2016 Ata s/n 23/06/2016 Processo nº 0702.15.018.060-3
134	Fazenda Sobradinho (denominado Congonhal), localizado no município de Uberlândia- Movimento Social / Líder: MST	Conflito rural não foi tratado na Mesa Ofício nº 106/2017 Mesadediálogo/SEPLAG Processo nº6124485-36.2015.8.13.0024
135	Fazenda Tenda (próximo a Cemig), localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi tratado na Mesa Processo nº 0237590-04.2012.8.13.0702
136	Fazenda Tenda – Morumbi km 12 estrada Pau Furado, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi tratado na Mesa Processo nº 0702.13.082093-0
137	Fazenda Tenda do Mauro, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.14.193490-1
138	Fazenda Três Corações, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi tratado na Mesa Processo nº 0406423-14.2014.8.13.0702
139	Ocupação Fidel Castro, localizado no município Uberlândia – Movimento Social MTST	Conflito envolvendo 700 famílias entrou na Mesa 12/11/2018. A primeira reunião da Mesa de Diálogo aconteceu dia 26/11/2018. <u>Ata 153 dia 26/11/2018</u> Processo nº 5021828-02.2016.8.13.0702 – 7ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia – Juntada de Petição de renuncia de mandato. Processo nº 5024014-95.2016.8.13.0702 – 1ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia – Extinto o processo por desistência em 08/04/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
140	Ocupação Zaire Rezende - rua João Costa Azevedo, bairro: Prosperidade – não foi informado Movimento Social	Conflito foi tratado pela Mesa - reintegrado Processo nº 0660182.69.2015.8.13.0702
141	Parte remanescente 2 área verde - rua São Sebastião, 1240, bairro Morumbi	Conflito urbano envolvendo 30 famílias, não foi tratado pela Mesa Processo nº 0702.13.042540-9
142	Rua: Joaquim Justino de Faria, em frente ao cemitério de Martinésia, localizado no município de Uberlândia – Não foi informado Movimento Social	Conflito urbano envolvendo 05 famílias, não foi tratado pela Mesa Processo nº 0419365-44.2015.8.13.0702
143	Sítio das Laranjeiras, localizado no município Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não tratada na Mesa Processo nº 0735791-63.2012.8.13.0702
144	Fazenda Cural do Fogo, localizado no município de Unaí - Movimento Social / Líder: Movimento dos Sem Terra- MST	Conflito rural envolvendo 80 famílias, não foi tratado na Mesa Processo nº 0495239-37.2012.8.13.0024
145	Fazenda Gramado, localizado no município de Varzelândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural, não foi tratado na Mesa Processo nº 1822688-64.2012.8.13.0024
146	Fazenda Serra d'Água (antiga fazenda Arapuá), localizado no município de Varzelândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural, não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
147	Fazenda Guarda-mor, comarca de Vazante, localizado no município de Vazante – não foi informado Movimento Social	Conflito rural - não foi tratado na Mesa Reintegração de Posse cumprida em 08/04/2016. Processo nº 1094439-91.2011.8.13.0024.
148	Fazenda Lavado, localizado no município de Vazante – não foi informado Movimento Social	Conflito rural - não foi tratado na Mesa Processo nº 8126012.38.2005.8.13.0024
149	Fazenda São Severino, localizado no município de Vazante – não foi informado Movimento Social	Conflito rural - não foi tratado na Mesa Processo nº 5089291-55.2016.8.13.0024
150	Fazenda Salobo, localizado no município de Vazante - Movimento Social / Líder: MLTJ – Movimento de Luta pela Terra e Justiça	Conflito tratado pela Mesa, Reintegrada Processo nº 6073548-22.2015.8.13.0024
151	Fazenda Ipiranga 1.140 hectares, localizado no município de Verdelândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural envolvido 150 famílias - não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.02.818980-1
152	Alameda Bela Vista, localizado no município de Vespasiano – não foi informado Movimento Social	Conflito urbano - não foi tratado na Mesa.
153	Município: Bambuí Fazenda Boa Esperança	A Fazenda Boa Esperança/NS Administração e participação Ltda estava ocupada por integrantes do Movimento dos Sem Terra- MST, mas houve a saída pacífica. Caso resolvido.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
154	Município: Belo Horizonte Ocupação Vila Bandeirantes	ata sem número 16/06/2015 Não há nos arquivos da Mesa de Diálogo informações consistentes sobre o referido conflito. Movimento Social: Brigadas Populares Não possui numero de Ação de Reintegração de Posse.
155	Município: Belo Horizonte Ocupação Santana do Cafezal	Ocupação urbana localizada na região central de belo Horizonte envolvendo 120,passou por reunião da mesa conforme consta em ata atualmente não há informações mais consistente em nossos arquivos.Conflito. ata nº 16/06/2015 Não há registro do número de Ação de reintegração de posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
156	Município: Divinópolis Bairro Santo André	Conflito envolvendo 2 famílias. Não teve reunião da Mesa de Diálogo Processo nº 0023753-71.2014.8.13.0223 – 3ª Vara Cível – Comarca de Divinópolis – Autos conclusos para despacho em 05/11/2018.
157	Município: Araguari Fazenda Quilombo - Acampamento Irmão Naves	Conflito envolvendo 28 famílias. Chegou à Mesa de Diálogo pelo Movimento Social Fórum de Luta pela Terra. Não há nos arquivos da Mesa de Diálogo informações consistentes sobre o conflito. Ata nº 47/2017 Não possui numero de Ação de Reintegração de Posse.
158	Município: Belo Horizonte Imóvel urbano localizado no Bairro Santa Rita - Complexo Industrial Vale do Jatobá – Barreiro - Eliana Silva III	Conflito envolvendo 800 famílias.(favor retirar da planilha, pois nao ha movimentação atual da Mesa) Anexo – Processo nº 2531908-55.2012.8.13.0024 – 3ª Vara de Fazenda Municipal – Comarca de Belo Horizonte – Autos conclusos para despacho em 22/06/2018.
159	Município: Campo Florido Chácara 3 Irmãos - Acampamento Vitória	Conflito envolvendo 250 famílias. Anexo - ata nº 008/2015 Processo nº 0098260-87.2015.8.13.0701- 2ª Vara Cível – Comarca de Uberaba – Expedição de Edital 05/04/2018.
160	Município: Itacarambi Fazenda Maria Preta/ Ouro Verde	Conflito envolvendo 160 famílias. Anexo – Ata nº 23/2015 Processo nº 0021374-61.2014.8.13.0352 – Comarca de Januária - Baixado – Baixa Definitiva em 19/08/2015.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
161	Ocupação Vila Bela Vista - via Expressa, localizado no município de Belo Horizonte Av. Tereza Cristina/Via Expressa e Rua Humaitá – Padre Eustáquio	Conflito envolvendo 06 famílias - Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0290010-80.2012.8.13.0024
162	Fazenda Bom Sucesso, localizado no município de Vazante – não foi informado Movimento Social	Conflito reintegrado Processo nº 6073584-22.2015.8.13.0024
163	Município: Várzea da Palma Fazenda dos Evangelistas	Conflito urbano envolvendo 120 famílias, tratado pela Mesa - Ata nº 28/2015 Não houve encaminhamentos da Mesa de Diálogo desde novembro de 2015. Movimento Social: MST Processo nº 0025995-66.2015.8.13.0708 – Comarca de Várzea da Palma – Homologada transação em 09/05/2018 – Juntada de petição em 06/11/2018.
164	Município: Vespasiano Vila Santa Maria	Conflito urbano foi tratado pela Mesa Ata s/n 14/07/2015 Movimento Social: Brigadas Populares Não há informações sobre o número de Ação de Reintegração de Posse.
165	Município: Araguari Fazenda Patrona/ Bálsamo/ Santo Antônio	Conflito envolvendo 150 famílias, foi tratado pela Mesa de Diálogo, mas não houve avanço nas negociações Ata sem número 22/11/2015 Processo nº 0149715-23.2013.8.13.0035 – Comarca de Araguari – Carta Precatória – Baixado – Baixa definitiva em 28/12/2015 – Não há dados do processo principal.
166	Município: Belo Horizonte Ocupação Paulo Freire - Região do Barreiro	Conflito urbano envolvendo 300 famílias. Não há registro de atuação recente da Mesa de Diálogo. A última reunião da Mesa foi em 2015. Movimento Social: Movimento de Luta pelos Bairros (MLB) Ata sem número 02/06/2015 Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
167	Município: Betim Ocupação SHEKINAH	O conflito urbano já foi pautado na Mesa de diálogo antes mesmo da institucionalização da Mesa de Diálogo. Foi recebido e feito acordo com a Prefeitura de Betim, para pagamento de aluguel social para as famílias oriundas da ocupação, até ser entregue o imóvel do programa “Minha casa minha vida entidades”. Não há informações recentes sobre o conflito. atas: reunião 02/06/15 reunião 12/05/15 reunião 30/06/15 Não há registro do número de Ação de reintegração de posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
168	Município: Conceição do Mato Dentro Mineradora Anglo América X moradores da área rural	Conflito teve reunião da Mesa envolvendo agricultores familiares, comunidades tradicionais, outros moradores e a empresa Anglo American no Município de Conceição do Mato Dentro em fase da realização do empreendimento Minas-Rio, que compreende a construção de mineroduto e exploração de minério de ferro Anexo – atas: 02/06/15 06/07/15 11/06/15 22/05/15 26/05/15 28/04/15 14/07/15 05/05/15 14/04/15 12/05/15 Movimento Social: Brigadas Populares / Movimento Reaja Processo nº 0175.12.000916-2 – Secretaria do Juízo – Comarca de Conceição do Mato Dentro – Proferida Sentença – Pedido julgado procedente em 29/10/2018.
169	Município: Igarapé Alimenta Avícola	Conflito não foi pautado em reunião, mas teve intervenção da Mesa de Diálogo. Não possui número de processo nos arquivos da Mesa de Diálogo.
170	Município: Iguatama Fazenda Faroeste	Conflitos envolvendo 120 famílias. Anexo – Ata nº 38/2016 Movimento Social: MDC Processo nº 0460699-55.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Autos arquivados definitivamente em 27/06/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
171	Município: Ituiutaba Fazenda Córrego da Porteira e Fazenda Lourenço - Ocupação Mega Sena	Não foi informado o número de famílias. Foi solicitado à SEDA o levantamento de Cadeia Dominial. Imóvel reintegrado. - Ata nº 69/2017 Processo nº 5055646.05.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de petição de manifestação da Defensoria Pública em 20/06/2018.
172	Município: Jequitaiá Ferro Ligas Belgominas	Conflito envolvendo 50 famílias. - ata do dia 23/07/15 ata 29/04/15 ata 14/04/15 ata 05/05/15 ata 12/05/15 Movimento Social: MST Processo nº 5829941-50.2009.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos vista ao Autor para saber se pretende dar continuidade no feito em 13/09/2018.
173	Município: Jequitinhonha Comunidade Chapadinha	Conflito envolvendo 20 famílias. – Ata sem número 02/06/2015 Número de Ação de Reintegração de Posse não encontrado.
174	Município: Mathias Lobato Fazenda Bom Jardim - Acampamento Maria da Penha	O conflito, envolvendo 20 famílias, não foi pautado em reunião mas contou com a atuação da Mesa de Diálogo. Movimento Social: MST Não há informações acerca de número de Ação de Reintegração de Posse.
175	Município: Montes Claros Chácara Vila Castelo Branco	Não informado o número de famílias. Conflito não foi pautado em reunião, mas teve intervenção da Mesa de Diálogo. Processo nº 5009338-42.2017.8.13.0433 – Comarca de Montes Claros – Autos conclusos para despacho em 30/10/2018.
176	Município: Nova Lima Che Guevara	Não foi informado número de famílias. - Ata sem número 19/03/2015 Não há informação acerca do número de Ação de Reintegração de Posse.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
177	Município: Patos de Minas Ex-ocupação do terreno da EPAMIG	Conflito rural com aproximadamente 23 famílias deslocamento das famílias que saíram da Fazenda da EPAMIG e se dirigiram para a área urbana, ocupando casas em construção do Programa Minha Casa Minha Vida, de responsabilidade do município. Foi citado na reunião, por representante do MST. 15/04/2016 – Extraoficialmente, a PMMG informou que as 23 famílias se retiraram pacificamente das casas inacabadas indo para local ignorado. Movimento Social: MST Não há informação acerca do número de Ação de Reintegração de Posse.
178	Município: Patos de Minas Fazenda EPAMIG/ Experimental Sertãozinho	Conflito rural com aproximadamente 23 famílias. Imóvel reintegrado. - Ata n/s 30/06/2015 Movimento Social: MST Processo nº 0501404-32.2014.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado - Processo transitado em julgado em 14/12/2017 – Baixa definitiva em 14/12//2018.
179	Município: Pirapora Fazenda da Prata	Conflito rural envolvendo 180 famílias tratado pela Mesa - Ata s/n 16/10/2015 Processo nº 2468119-82.2012.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos transitado em julgado em 25/09/2018.
180	Município: Sacramento Fazenda Chapadão dos Borges - Acampamento Jaime Cardoso	Conflito rural envolvendo 250 não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Movimento Social: MST Não há informações sobre Ação de Reintegração de Posse.
181	Município: Salto da Divisa Manga do Gustavo	Conflito rural rural envolvendo 85 famílias Ata s/n 20/10/2015 Movimento Social: MST Processo nº 1983359-81.2006.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Autos arquivados por falta de manifestação da parte autora em 25/07/2018.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
182	Município: Santa Luzia Fazenda Cachimbeiro	Conflito não teve reunião na Mesa mas teve ações da Mesa. Processo nº 5002544-84.2017.8.13.0245 – 3ª Vara Cível – Comarca de Santa Luzia - Redistribuído por prevenção em razão de incompetência da 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Luzia em 1206/2018.
18	Município: Juiz de Fora Novo Triunfo II	Conflito envolvendo 39 famílias. - Ata nº 21/2016 Ata 12/01/16 ata 17/12/15 Processo nº 0006854-63.2015.4.01.3801 - 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora – Baixado – Autos transitados em julgado em 01/08/2018 – Processo Baixado em 01/08/2018.
3	Município: Olhos D'água Fazenda Estrela - Acampamento Estrela	Conflito envolvendo 22 famílias. - Ata nº 113/2018 Movimento Social: MST Não há informação acerca do número de Ação de Reintegração de Posse.
184	Município: Januária Fazenda Moradeiras - Quinta das Palmeiras e Quinta das Mangueiras	Conflito envolvendo 28 famílias. O Sr Ten Cel PM Nocelli, Chefe da PM/3, comunica que, conforme documento anexo, foi expedida decisão judicial da Juíza de Direito da Comarca de Januária/MG que determinou a suspensão por noventa dias, a partir de 24 de agosto de 2015, do mandado judicial para a reintegração de posse da Fazenda Moradeiras / Quinta das Palmeiras, localizada no município de Januária/MG. Ressalta-se que a decisão é decorrente de petição do próprio município de Januária, autor da ação. Determinada a Reintegração de Posse. - Ata sem número 23/06/2015 Processo nº 0079380-61.2014.8.13.0352 – Comarca de Januária – Autos entregues em carga ao advogado do autor em 04/10/2018.
184	Município: Mariana Rompimento da Barragem da Samarco - Movimento Social MAB	Em meados de 2015, a Mesa de Diálogo realizou algumas reuniões entre os atingidos por barragens. O conflito envolvendo a Barragem de Fundão, em Mariana, é o mais complexo. Atualmente, foi criada uma comissão, envolvendo governo e outros órgãos para tratar do assunto. - Atas de reuniões Movimento Social: MAB Não possui ação de reintegração de posse. Conflito socioambiental.



Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
186	Município: Monte Alegre de Minas Acampamento Roseli Nunes 3	<p>Conflito envolvendo 30 famílias. Na reunião da Mesa de Diálogo, realizada em 02/10/2017, foram feitos os seguintes encaminhamentos: O Fórum enviará toda a documentação sobre as ocupações para a Mesa de Diálogo (estudo feito pela universidade, o relatório e outros) A Seda fará uma análise preliminar das áreas (situação jurídica) e, por meio do Aldenir, marcará conversa com a equipe da Mesa de Diálogo e da Seda quando da posse de toda a documentação A Sedpac fará o cadastramento das famílias dos conflitos em pauta. Atualmente não há atuação da Mesa de Diálogo.</p> <p>- Ata nº 47/2017</p> <p>Não há informação acerca do número de Ação de Reintegração de Posse.</p>
187	Município: Santa Vitória Ocupação Córrego do Tatu BR 365	<p>Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa</p> <p>Processo nº 0011422-24.2012.4.01.3803 – 1ª Vara Cível Federal – Subseção Judiciária de Ituiutaba – Sentença julgou procedente a ação de reintegração de posse em 26/09/2018.</p>

Avanços e Desafios

Iniciativa inédita, a experiência do trabalho da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos sócio fundiários se tornou uma das mais importantes iniciativas políticas do governador Fernando Pimentel, sendo amplamente reconhecida.

Um dos fatores positivos da Mesa é a tentativa de encontrar soluções para os conflitos por meio de conciliação e entendimento evitando processos judiciais de reintegração de posse. A Mesa, quando não encontrou solução negociada para os conflitos, levou em consideração os princípios humanitários da ONU para despejos e remoções. Nos conflitos com reintegração de posse, sempre colocou em pauta a necessidade de discutir a destinação dos ocupantes despejados; a negociação de prazo para os ocupantes garantirem a colheita dos produtos plantados (quando fosse o caso); o cuidado no tratamento das crianças e idosos com direitos assegurados em legislação específica (garantia de vagas escolares nos deslocamentos/destinos, etc.); correto manuseio, cuidado e catalogação dos pertences dos despejados de forma respeitosa; etc.

A composição da Mesa de Diálogo, tanto pela representação governamental, quanto de órgãos públicos externos, bem como da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, possibilitou um amplo espectro de opiniões e entendimento das melhores alternativas na solução dos conflitos em análises. Ao mesmo tempo essa composição permitiu aos agentes públicos estaduais uma maior compreensão da gama de diferentes problemas e necessidades que envolviam as famílias nos conflitos.

Ao acolher e tratar dos conflitos envolvendo as questões fundiárias urbanas e rurais, o uso das terras públicas, em sua maioria, sem uma destinação claramente definida, possibilitou a aplicação da garantia constitucional da função social da propriedade.

A participação dos vários e diversificados agentes públicos e sociais ampliou a percepção de que os problemas fundiários existentes, em sua maioria, vêm de longa data e são passíveis de solução quando há determinação política para tal. Vale ressaltar que a instituição desse instrumento, não criou nova estrutura administrativa visto que os agentes do Estado compunham uma representação de órgãos e secretarias, exercendo as atividades na Mesa de Diálogo como algo vinculado à estrutura que pertenciam. Somente se constituiu uma secretaria executiva com 05 (cinco) trabalhadores para que fosse viabilizada toda a parte de secretaria que envolve registros documentais, ata de reuniões e trabalho de apoio as atividades da Mesa.



Em que pese o ineditismo, a disposição e compromisso de seus componentes no trabalho cotidiano a Mesa de Diálogo enfrentou algumas dificuldades que são importantes de serem destacadas:

- A precariedade de agentes para o levantamento vinculado a cadeia dominial, georeferenciamentos, bem como falha no processo de gestão de terras públicas (caducidade de contratos por parte das terras arrendadas ao Estado, descumprimento de obrigações contratuais, dívidas fiscais pendentes, etc.), levou a acirramento de conflitos e ao mesmo tempo, impedimento de solução em vários casos.
- A crise política e econômica na esfera federal trouxe corte de recursos ao INCRA, o que impediu o processo de aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária no Estado. Somado a isso, a crise estadual trouxe dificuldades na disponibilidade de recursos visando facilitar procedimentos relativos a solução de conflitos.

Diante do trabalho da Mesa aqui apresentado, temos certeza do acerto da iniciativa e do dever cumprido por todos aqueles que se dispuseram a construir esse importante espaço de mediação e diálogo.



ANEXOS

Relatórios destacados: Povos de Comunidades Tradicionais / Articulação Rosalino

A Mesa de Diálogo de Conflitos Urbanos e Rurais realizou, no período de 06 a 11 de novembro de 2017 uma intensa agenda de reuniões e visitas aos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais. Tal atividade se deu em face dos inúmeros conflitos existentes nesse território. Como envolviam diferentes segmentos dos povos e comunidades tradicionais, a Mesa entendeu ser mais adequado reunir “*in loco*” para melhor compreender os problemas.

Durante a agenda, foram visitados os municípios de Maga, Matias Cardoso, Buritizeiro, Rio Pardo de Minas, Fruta de Leite, Riacho dos Machados e São João do Paraíso. Foram ouvidas aproximadamente 30 comunidades de seis grupos: quilombolas, geraizeiros, indígenas, vazanteiros, veredeiro e catingueiros.

O resultado destas reuniões e visitas encontra-se no presente relatório. Desdobramentos para vários conflitos estão na planilha de balanço.





INTRODUÇÃO

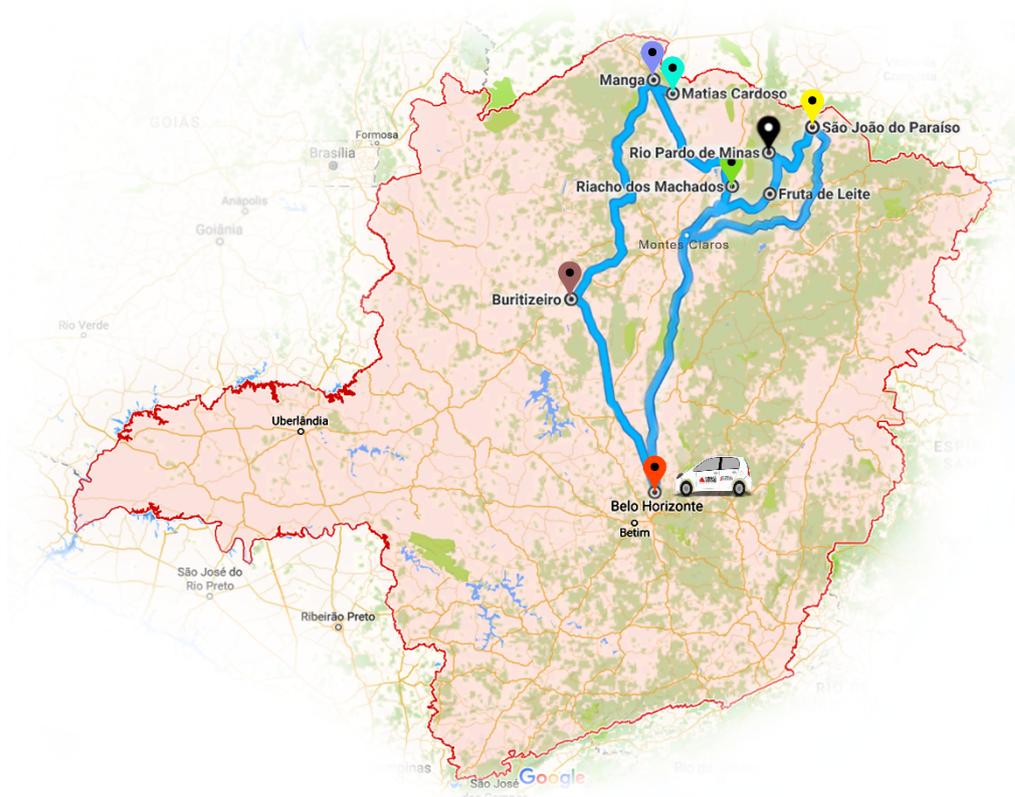
A Mesa de Diálogo Conflitos Urbanos e Rurais realizou reuniões com a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais, Comissão Pastoral da Terra – CPT São Francisco, Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da UNIMONTES, Conselho Indigenista Missionário e Movimento Geraizeiro e Vazanteiros em Movimento.

A agenda ocorreu no período de 06 a 11 de novembro nos municípios de Manga, Matias Cardoso, Buritizeiro, Rio Pardo de Minas, Fruta de Leite, Riacho dos Machados e São João do Paraíso. Foram ouvidas aproximadamente 30 comunidades de 06 grupos: quilombolas, geraizeiros, indígenas, vazanteiros, veredeiros e caatingueiros.

As principais reivindicações apresentadas pelas comunidades são: regularização fundiária (22), reconhecimento do território tradicional e do modo de vida dos moradores (15), levantamento fundiário com identificação de terras públicas e destinação às comunidades tradicionais (06), permuta de área (06), acesso a água potável (04) e fornecimento de energia elétrica (04).

Participaram da agenda pela Mesa de Diálogo a SEPLAG, SEDPAC, MPMG, EMATER e SEMAD/IEF.

MAPA DAS COMUNIDADES VISITADAS PELA MESA DE DIÁLOGO



-  **Belo Horizonte:** Local de partida (06/11/17) 
-  **Buritizeiro:** Terra Indígena Tuxá
-  **Manga:** Fazenda Marilândia e Comunidade Quilombola de Pau Preto
-  **Matias Cardoso:** Comunidade Vazanteira de Ilha de Páu de Léguas e Comunidade Quilombola de Lapinha
-  **Riacho dos Machados:** Comunidade Peixe Bravo
-  **Fruta de Leite**
-  **Rio Pardo de Minas:** Comunidades de Prata, Vale das Cancelas, Martinópolis, Laginha, Cutica, Riachinho II, Jacu, Ribeiro, Vereda Funda, Santana II, Caxãozinho, Córrego do Vale, Rocinha, Córregos, Pindaíba, Novaurora, Aurora, Espírito Santo, Batalha, Moreira, Barra do Córrego, Baixa Grande, Sobrado, Passagem das Éguas, Santa Maria, Curral Novo, Santa Bárbara Monte Alegre, Bonito, Riacho de Areia, Raiz, Água Boa II, Bonfim, Curral de Pedra, Fazenda Teu, Fazenda Imbiruçu, Fazenda Quinçamar, Cedro I, Curralinho, Beira Rio e Atoleiro
-  **São João do Paraíso:** Comunidades Muquém, Duas Barras, Buracos e Baixa do Chicão
-  **Belo Horizonte:** Local de chegada (12/11/17) 

SOLICITAÇÃO DE AGENDA – ARTICULAÇÃO ROSALINO

Montes Claros, 01 de junho de 2017

Excelentíssimo Sr.

Governador do Estado de Minas Gerais

FERNANDO PIMENTEL

Prezado Governador,

Nós, Geraizeiros, Vazanteiros, Quilombolas, Indígenas, Catingueiros, Verezeiros e Apanhadores de Flores, reunidos entorno da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais para ações conjuntas na luta por direitos e solidariedade entre os povos, viemos novamente solicitar uma reunião com V.Sa. a ser marcada o mais urgente possível. Como deve estar lembrado, no dia 27 de Agosto de 2015, juntamente com o movimento sindical, colocamos 5 mil pessoas no **Encontro dos Povos dos Gerais**, evento realizado em Montes Claros e que contou com a presença do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de V.Sa. Lutávamos, como continuamos lutando até hoje, pela democracia brasileira e para que os votos dos mineiros sejam respeitados e que não haja retrocessos no nosso estado. Na ocasião V.Sa. comprometeu em nos receber em uma audiência onde debateríamos nossa pauta, apresentada naquela época. Esta reunião até hoje não aconteceu.

Representamos 6.800 famílias distribuídas em 170 comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Habitamos aqui há milhares de anos, convivendo com as serras, planaltos, várzeas e planícies do Norte de Minas e Alto Jequitinhonha. Ao longo da história vimos nossos territórios, as águas e a natureza, serem destruídas pela ação do “desenvolvimento”. Mesmo assim, mantemos e atualizamos os nossos modos de vida, as nossas tradições e a nossa cultura.

Apesar dos avanços democráticos em Minas Gerais, os povos e comunidades tradicionais não tem sido devidamente consultados nem envolvidos na construção e execução de programas e políticas públicas voltadas para os povos do campo. SOLICITAMOS uma agenda de trabalho, para debatermos a pauta atualizada, que segue em anexo.

Certos de contar com o compromisso de V. Sa, despedimo-nos.

Atenciosamente,


Braulino Caetano dos Santos

Geraizeiros, pela Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais



PAUTA DA ARTICULAÇÃO ROSALINO PARA DISCUSSÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS²:

- Dar destinação constitucional às terras devolutas do Estado de Minas Gerais para fins de reforma agrária, criação de unidades de conservação de uso sustentável e titulação de territórios tradicionais dos Geraizeiros, Vazanteiros, Veredeiros, Apanhadores de Flores, Indígenas e Quilombolas, conforme previsto na legislação federal e estadual;
- Garantir recursos humanos e financeiros para fortalecimento da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário, sobretudo a Subsecretaria de Acesso a Terra e Regularização Fundiária e a Diretoria de Povos e Comunidades Tradicionais, com objetivo de realizar os processos de regularização fundiários dos diversos territórios tradicionais e de implementar políticas públicas correlatas;
- Publicar, com o respaldo da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, o decreto que ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO, DELIMITAÇÃO, ARRECADAÇÃO E TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONALMENTE OCUPADOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
- Construção participativa, com controle social, de Políticas Públicas Estaduais para o Desenvolvimento Territorial Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais, em particular as relacionadas com Segurança Alimentar e Nutricional e as de Convivência como Semiárido Mineiro;
- Que a consulta prévia-informada aos Povos e Comunidades Tradicionais conforme prevista na OIT 169 sejam cumpridas por todos os órgãos do Estado;
- Que o IEF incorpore a pauta socioambiental, historicamente negada por este órgão do Estado de Minas Gerais, e substitua o atual diretor de áreas protegidas Henri Collet. Que envie à Assembleia Legislativa de Minas Gerais o projeto de lei está pronto visando a recategorização: de uma parcela do Parque Estadual Verde Grande e da Mata Seca juntamente com a regularização do Território Vazanteiro de Pau Preto e Pau de Léguas envolvendo o INCRA MG e SPU. Que abra imediata negociação visando a recategorização parcial dos Parques Estaduais Lagoa do Cajueiro (para o Quilombo da Lapinha) e Grão Mogol (Geraizeiros de Vale das Cancelas atingidos pelo parque);
- Que o Governo de Minas Gerais atenda a demanda do Povo Tuxá de Minas Gerais para que seja homologado como Terra Indígena Tuxá uma área de 6.525

² Apresentada no dia 27 de agosto de 2015 e atualizada na presente data.



hectares localizada na antiga fazenda Santo Antônio e que foi repassada para a EPAMIG;

- Garantir recursos para que a SEDA possa estabelecer convênio com as instituições de pesquisa que atuam na região (INSTITUTO GUARÁ, UNIMONTES, UFVJM, UFMG), no sentido de aprimorar ainda a metodologia de destinação de terras públicas para as comunidades geraizeiras, veredeiras e quilombolas do Norte de Minas;
- Incluir nos estudos e relatórios de demarcação o perfil antropológico e/ou socioambiental das comunidades tradicionais beneficiadas com o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS);
- Demarcação do território das Comunidades Tradicionais, com prioridade para o caso de grupos ameaçados pela mineração e por grandes empresas do complexo siderúrgico de Minas Gerais, como ocorrem no território tradicional das comunidades geraizeiras da região do Alto Rio Pardo, Grão Mogol (Vale das Cancelas), Riacho dos Machados, Rubelita, Fruta de Leite e Novo Horizonte;
- Verificar e dar os devidos encaminhamentos jurídicos ao processo de grilagem de terras em território geraizeiro, nos municípios de Indaiabira e São João do Paraíso;
- Agilidade nos processos de desapropriação visando a desintrusão de fazendeiros nos territórios quilombolas, como no caso do Quilombo de Gurutuba (MG), e demarcação dos territórios quilombolas de Vargem do Inhaí e Mata dos Crioulos em Diamantina – MG;
- Acelerar o processo de negociação visando a destinação aos Veredeiros de Alegre, Poções e São Joaquim de terras griladas pela PLANTAR no município de Januária e que está sendo intermediado pelo CIMOS.
- Acelerar a titulação do território quilombola Nativos do Arapuim, município de Verdelandia-MG, que sofreu uma tentativa de chacina em 19 de janeiro de 2014;
- Acelerar a demanda de realização do laudo antropológico das comunidades Quilombolas: de Praia, no município de Matias Cardoso; Buriti do Meio em São Francisco; Campos e Brutá em Serranópolis de Minas; e Peixe Bravo em Riacho dos Machados;
- Manutenção da paralisação da Barragem do Berizal até que seja executado um Plano Nacional de Revitalização da Bacia do Rio Pardo, nos estados de Minas Gerais e Bahia, garantindo a recuperação das áreas de recarga, nascentes e

Basso



ribeirões que formam este importante rio brasileiro nos municípios da região do Alto Rio Pardo;

- Que sejam punidos com rigor os assassinos e agentes agressores dos Povos e Comunidades Tradicionais, que continuam impunes e ameaçando constantemente lideranças e seus apoiadores.



NÚCLEO TERRITORIAL SÃO FRANCISCO

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAPINHA

O conflito é tratado pela Mesa de Diálogo

Dados Gerais

Município: Matias Cardoso

Número de famílias: aproximadamente 70

Nº da Ação de Reintegração de Posse: 00033359.2010.8.13.0393

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Instituto Estadual de Florestas – IEF/ FAREVASF – Fazendas Reunidas Vale do São Francisco

Nome do imóvel: Fazenda Casa Grande/Parque Estadual Lagoa do Cajueiro

Entenda o conflito¹

No dia 30/09/2006 a Fazenda Casa Grande, de propriedade da FAREVASF, foi ocupada por aproximadamente 70 famílias. O acordo firmado em Audiência de Justificação determinou a permanência das famílias em uma área de 22 hectares até o final do litígio. Em 2008, o Instituto Estadual de Florestas – IEF adquiriu a fazenda alegando interesse em incorporar sua área à do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro. Após a aprovação e publicação no Diário Oficial da União das conclusões do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTDI, elaborado pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, a Superintendência do INCRA em Minas Gerais publicou Portaria que aprovou preliminarmente as conclusões do relatório supracitado. A empresa FAREVASF peticionou ao Juiz Agrário requerendo a desocupação das famílias, alegando que esta ação é condição para que o IEF libere a última parcela referente à desapropriação. Os moradores reivindicam a suspensão da liminar de despejo e a regularização fundiária para que a Fazenda Casa Grande componha o Território Tradicional do Quilombo de Lapinha.

Estágio da regularização

Território pleiteado com área de 7.566,1612 hectares e 126 famílias cadastradas pelo INCRA. Tem sobreposição com o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro e com áreas da União. O RTID foi publicado em dezembro/2015, sendo que as notificações foram concluídas em 16/12/2016, com publicação de edital no Diário Oficial da União – DOU. Prazo para contestação encerrou-se em 16/03/2017. Foram apresentadas 10 contestações já analisadas pela equipe técnica e pela procuradoria jurídica. Processos em fase de julgamento pelo CDR².

¹ Dados fornecidos pelo movimento

² Dados fornecidos pelo Incra

Ações em andamento

Na reunião do dia 10/08/2017, ficou pactuado que a Mesa de Diálogo marcaria uma reunião com o Instituto Estadual de Florestas – IEF, a Advocacia Geral do Estado – AGE e o Centro de Agricultura Alternativa – CAA para estudarem juntos uma saída jurídica para resolver o conflito.

A Superintendência do Patrimônio da União – SPU informou que foi elaborado estudo técnico do Quilombo da Lapinha. Contudo, por ser uma área, como todo o Rio São Francisco, de geomorfologia bastante peculiar, o órgão regional estava validando a metodologia aplicada junto ao órgão Central em Brasília. Estão sendo realizados estudos visando melhorar a metodologia aplicada neste trecho de forma a trazer maior segurança às demarcações. Desta forma, retomarão os ritos demarcatórios em trechos muito maiores, sem tratar especificamente de comunidade, e sim dos terrenos marginais da União, sendo mais eficientes e imparciais.

Está agendada uma reunião no dia 1º de dezembro de 2017, no MPMG, com todos os atores envolvidos nesse processo. O objetivo é a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que possa solucionar pacificamente o conflito.



Reunião da Mesa de Diálogo na Comunidade Quilombola de Lapinha – Matias Cardoso – 08/11/2017



Visita ao curso d'água do Rio São Francisco na Comunidade Quilombola de Lapinha – Matias Cardoso – 08/11/2017



Visita ao curso d'água do Rio São Francisco na Comunidade Quilombola de Lapinha – Matias Cardoso – 08/11/2017

COMUNIDADE VAZANTEIRA DA ILHA DE PAU DE LÉGUA

Dados Gerais

Município: Matias Cardoso

Número de famílias: 67 cadastradas

Nº da Ação de Reintegração de Posse: o conflito ainda não foi judicializado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Instituto Estadual de Florestas – IEF

Nome do imóvel: Parque Estadual da Mata Seca

Entenda o conflito³

A ocupação é oriunda de antigos moradores que viviam nas beiras da Lagoa da Lavagem e Imbari do São Francisco, que sofreram despejo em 1973. Segundo relatos, em 2004, o Instituto Estadual de Florestas – IEF adquiriu as terras para criação de Unidade de Preservação: Parque Estadual da Mata Seca.

Estágio da regularização

O território tradicional não está reconhecido.



Reunião da Mesa de Diálogo na Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas – Matias Cardoso – 08/11/2017

³ Dados fornecidos pelo movimento



Visita da Mesa de Diálogo à casa de morador da Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Légua – Matias Cardoso – 08/11/2017



Visita da Mesa de Diálogo à Lagoa da Prata (Lagoa da Lavagem) na Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Légua – Matias Cardoso – 08/11/2017



Visita da Mesa de Diálogo à Lagoa da Prata (Lagoa da Lavagem) na Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas
– Matias Cardoso – 08/11/2017



Visita da Mesa de Diálogo à Lagoa da Prata (Lagoa da Lavagem) na Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas
– Matias Cardoso – 08/11/2017



COMUNIDADE VAZANTEIRA DE PAU PRETO

Dados Gerais

Município: Matias Cardoso

Número de famílias: 64 cadastradas

Nº da Ação de Reintegração de Posse: 0024.11.268856-9

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Instituto Estadual de Florestas – IEF/
Agropecuária Catelda S/A

Nome do imóvel: Fazenda Catelda/Parque Estadual do Rio Verde Grande

Entenda o conflito⁴

A partir dos anos 2000, o Governo do Estado de Minas Gerais criou o Parque Estadual Verde Grande com desapropriação de uma área de cerca de 25.700 hectares, na confluência do Rio Verde Grande com o Rio São Francisco. Os vazanteiros retomaram, em 2011, a Fazenda Catelda com área de 5.800 hectares, e seus proprietários, posteriormente, ajuizaram Ação de Reintegração de Posse contra a comunidade. A referida fazenda havia sido desapropriada pelo IEF para composição do Parque Estadual Verde Grande. Mais tarde, ações foram promovidas em desfavor da Agropecuária Catelda S/A e do IEF sob acusação de terem se utilizado da propriedade e de cargos públicos para causar danos ao erário mineiro. Em 2014 construiu-se um acordo entre a SEMAD, CIMOS, SPU e INCRA com uma proposta de transformação de 5.286,12 hectares do parque em Espaço Territorial Especialmente Protegido (ETEP) para manutenção sustentável da comunidade que já residia na área antes da criação do referido parque. As famílias permanecem na área denominada Fazenda Catelda, que corresponde ao seu território tradicional. Até a presente data não existe ordem judicial de desocupação do imóvel.

Estágio da regularização

O território tradicional não está reconhecido.

Ações em andamento

Ficou previsto que a Superintendência do Patrimônio da União – SPU finalizaria o levantamento das terras da União para serem disponibilizadas ao INCRA para o processo de regularização fundiária.

⁴ Dados fornecidos pelo movimento

Este projeto não foi formalizado. No entanto, ficou um acordo de que ao serem concluídos os estudos pela UNIMONTES, a SPU receberia o produto final, que é a identificação do território da comunidade tradicional ou quilombo. A SPU está trabalhando no trecho de Pirapora a Manga visando a identificação das áreas indubitáveis. Esta identificação é parte fundamental para que este órgão e demais atuem de forma mais célere quando questionado acerca de interesse da União em diversas ações como reintegração de posse, usucapião e retificações de áreas. Este estudo, por si só, não garante a regularização das comunidades na área da União e não deve ser confundido como aval da SPU para ocupações ou retomadas, uma vez que a destinação de bens da União segue critérios bastante rigorosos e particulares de cada caso.



Reunião da Mesa de Diálogo na Comunidade Quilombola de Pau Preto – Manga – 07/11/2017



COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PRAIA

O conflito é tratado pela Mesa de Diálogo

Dados Gerais

Município: Matias Cardoso

Número de famílias: aproximadamente 150

Nº da Ação de Reintegração de Posse: 0024.15.180486-1

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Companhia Vale do Médio São Francisco Ltda – FAREVASF

Nome do imóvel: Fazendas Salinas e Retiro

Entenda o conflito⁵

Com a chegada dos fazendeiros à região, portadores dos títulos cedidos pelo Estado de Minas Gerais por meio da RURALMINAS, os direitos das famílias foram confrontados. Em 2015, os membros da comunidade ocuparam as Fazendas Salinas e Retiro, tidas como propriedade da empresa Companhia Vale do Médio São Francisco Ltda – FAREVASF.

Estágio da regularização

Trabalhos de regularização fundiária ainda não iniciados pelo INCRA/MG⁶.

A comunidade é autorreconhecida como comunidade remanescente de quilombo, reconhecida e certificada pelo Ministério da Cultura – Fundação Cultural Palmares.

Está inserida no projeto “Dinâmicas socioambientais na bacia média do Rio São Francisco mineiro”, mas o Relatório Antropológico ainda não foi elaborado.

Ações em andamento

Na reunião do dia 18/02/2016 ficou pactuado que a Advocacia Geral do Estado – AGE e a RURALMINAS fariam o levantamento completo da documentação no período em que teria ocorrido a suposta distribuição irregular de terras pelo Estado.

A SEDPAC informou, em janeiro de 2017, que a Superintendência de Povos e Comunidades Tradicionais faria uma consulta junto à Secretaria de Estado de Educação – SEEMG para verificar o andamento da solicitação feita pelos quilombolas para reativação da escola.

Na reunião do dia 18/04/2016, ficou acordado que a SEDPAC dialogaria com a SEDESE sobre a possibilidade de apoio a organização da coleta seletiva no município.

⁵ Dados fornecidos pelo movimento

⁶ Dados fornecidos pelo Incra



FAZENDA MARILÂNDIA (MACHADO/MANGA JAPURÉ)

O conflito é tratado pela Mesa de Diálogo

Dados Gerais

Município: Manga

Número de famílias: aproximadamente 84

Nº da Ação de Reintegração de Posse: 002403982125-1

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: empresário Walter Santana Arantes – proprietário da rede Supermercados BH

Nome do imóvel: Fazenda Marilândia/ área denominada Baixa Funda

Entenda o conflito⁷

A Fazenda Marilândia, de 2.212 hectares, foi adquirida pelo empresário Walter Santana Arantes. O imóvel é conhecido como parte de terra de ausentes e desconhecidos, com indícios de terra devoluta, ainda continua em nome do antigo proprietário Talhes Dias Chaves. Em 1988, cerca de 60 famílias ocuparam a área denominada Baixa Funda, dentro do imóvel. Foram 12 despejos sofridos desde a primeira ocupação. Atualmente existem dois grupos de famílias acampados. A última desocupação, por força de determinação judicial, ocorreu no ano de 2016. Após a desocupação, as famílias retornaram à área e reconstruíram suas moradias. Apesar da reocupação, até a presente data, o suposto proprietário não requereu novo mandado de reintegração e posse.

Estágio da regularização

Em 2012, foi realizado o Laudo Antropológico dos quilombos de Brejo São Caitano, Bebedouro, Justa I e II, cerca de 80% dessas terras faz parte desses territórios.

Ações em andamento

Na reunião do dia 29/11/2016 ficou acordado que seriam feitas as discussões necessárias pela Mesa de Diálogo visando dar andamento aos assuntos referentes ao levantamento da Cadeia Dominial do imóvel pela SEDA. Apuração de alternativas para a solução do conflito por meio da compra de parte da área pelo INCRA, em caso de manifesto interesse do proprietário. Compromisso dos moradores de não permitir a expansão da área ocupada. Compromisso dos proprietários em permitir a permanência pacífica da ocupação. Solicitação à POLÍCIA MILITAR de levantamento de ações do órgão na área e apuração. A Mesa de Diálogo ficou responsável por verificar eventuais áreas a serem adjudicadas pelo Estado no município de Manga. Disponibilização do

⁷ Dados fornecidos pelo movimento

Processo Administrativo de Compra da Área (já baixado) pelo INCRA à Mesa de Diálogo.



Reunião da Mesa de Diálogo na Fazenda Marilândia – Manga – 07/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo na Fazenda Marilândia – Manga – 07/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo na Fazenda Marilândia – Manga – 07/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo na Fazenda Marilândia – Manga – 07/11/2017



COMUNIDADES VEREDEIRAS DE POÇÃOZINHO E ALEGRE

Dados Gerais

Município: Januária

Número de famílias: aproximadamente 130

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: MEI Empreendimentos Imobiliários Ltda – Empresa do Grupo Plantar

Nome do imóvel: Parque Estadual Serra das Araras

Entenda o conflito⁸

Em 2014, cerca de 130 famílias deram início à retomada do território, de 12 mil hectares, expropriados durante a década de 1980 por duas empresas do setor siderúrgico florestal de Minas Gerais: Rima e Plantar. A empresa do Grupo Plantar, após ser denunciada por crimes ambientais, foi chamada para celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC junto ao Ministério Público, com o objetivo de criar uma Unidade de Conservação – UC, visto que a empresa deveria fornecer compensação aos danos constatados, especialmente erosão e assoreamento de veredas localizadas em áreas de antigos projetos florestais. A área deve ser destinada à ampliação do Parque Estadual Serra das Araras.

Estágio da regularização

Não informado.

⁸ Dados fornecidos pelo movimento



COMUNIDADE QUILOMBOLA NATIVOS DO ARAPUIM

O conflito é tratado pela Mesa de Diálogo

Dados gerais

Município: Verdelândia

Número de famílias: aproximadamente 300

Nº da Ação de Reintegração de Posse: 0024.10.125818-4

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Fazenda Morro Preto Ltda

Nome do imóvel: Fazenda Dinizlândia/Morro Preto

Entenda o conflito⁹

O Quilombo Nativos do Arapuim é composto pelas Comunidades Limeira, Boavistinha, Boa Sorte e Vista Alegre. Com a chegada dos fazendeiros, os povos foram “empurrados” para as margens do Rio Arapuim. Entre 2007 e 2013 concentraram os esforços para inserir a comunidade no convênio firmado entre o INCRA, o Governo de Minas Gerais e a UNIMONTES com o objetivo de elaborar o Relatório Antropológico. Os representantes da comunidade ocuparam 2 hectares da Fazenda Torta/Morro Preto. Os quilombolas fizeram a retomada de um imóvel com área cerca de 400 hectares, mas foi cumprida a liminar com a ordem de retirada das famílias. A fazenda em questão foi adquirida por outra pessoa. Em 2014, cerca de 50 famílias retornaram à área, mas foram expulsos posteriormente. No mesmo ano os quilombolas fizeram a retomada de um imóvel com área de cerca de 400 hectares de propriedade do espólio Névio Figueiredo. Até a presente data o representante não judicializou a ocupação. Em reunião na Mesa de Diálogo, houve negociação para intermediar acordo entre os quilombolas e o arrendatário da Fazenda Torta. O arrendatário da Fazenda Torta afirma que só destina a área se o Governo Estadual comprar e pagar o imóvel, já o arrendatário João Fábio Dias continua disposto a resolver o conflito, de forma a atenuar a pena em processo criminal que responde na justiça.

Estágio da regularização

Relatório Antropológico em elaboração pela equipe do INCRA¹⁰.

Ações em andamento

Na reunião do dia 17/08/2016 ficou acordado que o advogado atual do proprietário entrará em contato com os antigos proprietários para juntamente com o advogado da Associação Quilombola das Comunidades Nativas do Arapuim, construir um Termo de Acordo. Foi estabelecido o prazo de até o dia 02/09/2016 para que a minuta fosse apresentada em reunião da Mesa de Diálogo.

⁹ Dados fornecidos pelo movimento

¹⁰ Dados fornecidos pelo Incra

NÚCLEO TERRITORIAL PLANALTO

TERRA INDÍGENA TUXÁ – ALDEIA SETOR BRAGAGA

O conflito é tratado pela Mesa de Diálogo

Dados Gerais

Município: Buritizeiro

Número de famílias: aproximadamente 60

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais

Nome do imóvel: Fazenda Santo Antônio

Entenda o conflito¹¹

Em 23 de novembro de 2015, o povo indígena Tuxá ocupou a fazenda Santo Antônio (área total de 6.525,26 hectares) no Município de Buritizeiro MG, imóvel adquirido pelo Estado de Minas Gerais, por meio de adjudicação judicial em processo de execução fiscal, no ano de 2007. A fazenda foi cedida pela SEPLAG em 2008 para a EPAMIG com interveniência da SEAPA com a proposta de instalação de um campo de pesquisa agropecuário que não teve êxito. Moradores próximos nos relataram (em visita *in loco*) que no ano de 2015 antes da ocupação do Povo Indígena Tuxá, era realizada a exploração das áreas de pastagem através de arrendamento para terceiros, bem como a exploração ilegal de madeira e o plantio de eucalipto.

Estágio da regularização

Estudos antropológicos realizados pela FUNAI.

Ações em andamento

Na reunião do dia 01/1/2015 as lideranças do Povo Indígena Tuxá foram recebidas na Cidade Administrativa (Mesa de Diálogo) onde puderam expor a situação do grupo que foi atingido pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica desde meados da década de 60. Expropriados do seu território migraram para Pirapora MG vivendo em um contexto urbano onde sempre foram perseguidos por realizarem os seus rituais sagrados. Orientados pelo sagrado, o grupo retomou a área em voga. (Termo retomada utilizado a fim de externalizar a relação que o grupo tem com a terra no plano espiritual).

¹¹ Dados fornecidos pelo movimento

Foi realizado desde então um processo de negociação com o Povo indígena Tuxá em parceria com a FUNAI que disponibilizou técnicos para realização de levantamento de dados (etnográficos) antropológicos do grupo na referida ocupação com o propósito de subsidiar as negociações seguintes.

Na reunião do dia 13/09/2016 a FUNAI se comprometeu a negociar com os indígenas a desintrusão da área pelos não índios no prazo de 18/10/2016, bem como a oferta, pelo Governo de Minas, de uma área de 500 hectares, menor que a reivindicada pelos ocupantes da fazenda. A Advocacia Geral do Estado ficou incumbida de buscar judicialmente a reintegração de posse, caso a FUNAI não consiga a desintrusão no prazo estabelecido ou a não aceitação da proposta.

Em 31/01/2017 a Mesa de Diálogo pactuou com a comunidade que apresentaria alternativas para solução do conflito, e solicitou ao Povo Indígena Tuxá, na pessoa de cacique Anália, uma proposta para ser discutida juntamente com a proposta da Mesa de Diálogo.

A proposta dos indígenas é de regularização fundiária da área pelo Estado, garantindo a reprodução social do Povo Tuxá Setsor Bragaga na fazenda Santo Antônio, sua sobrevivência e sua luta pela preservação do cerrado, pela manutenção da sua cultura e suas tradições.



Visita da Mesa de Diálogo à Terra Indígena Tuxá – Manga – 06/11/2017

CORAÇÃO DE JESUS – CONTRA A CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO PACUÍ

Dados Gerais

Município: Montes Claros

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não se aplica

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: COPASA

Nome do imóvel: bacia do Rio Verde Grande e bacia do Rio Pacuí/ Rio do Juramento

Entenda o conflito¹²

A implantação de grandes monoculturas de eucalipto nas nascentes dos córregos que formam o Rio do Juramento, onde está a barragem da COPASA, associado com outorgas comprometeu significativamente a capacidade de recarga dos aquíferos e a vazão média nos períodos de seca do Rio do Juramento, comprometendo o armazenamento de água da barragem que abastece a cidade de Montes Claros. Por outro lado, o Rio Pacuí vem sofrendo dos mesmos impactos e a COPASA elaborou um projeto de captação de água na calha do Rio Pacuí exatamente no local que ainda o rio mantém uma lâmina d'água mínima no período da seca. Em andamento uma grande mobilização dos moradores da bacia do Pacuí para que a COPASA suspenda a obra que está em fase de projeto.

Ações em andamento

A COPASA informou que foi implementado o Programa Pró Mananciais. O programa visa ações de proteção e preservação ambiental com o objetivo de recuperar os recursos naturais do Rio Pacuí que estão sendo utilizados para abastecimento de moradores da cidade de Montes Claros. Dentre as ações desenvolvidas é possível destacar: cercamento de nascentes, cercamento e plantio de mudas nativas em Mata Ciliar e bacias de contenção de enxurradas (bolsões).

¹² Dados fornecidos pelo movimento

NÚCLEO TERRITORIAL ALTO RIO PARDO

COMUNIDADE GERAIZEIRA DE VEREDA FUNDA – ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: aproximadamente 65

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não se aplica

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: não se aplica

Nome do imóvel: Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Veredas Vivas

Entenda o conflito¹³

Antes mesmo da implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Veredas Vivas, a comunidade Vereda Funda iniciou a ocupação e gestão do território tradicional organizando a ocupação das áreas de chapada com moradias e atividades de beneficiamento de frutas, padaria e de café de “chacra”, além de um centro de formação. Atualmente está sendo implantando o assentamento agroextrativista, mas o INCRA cortou o convênio de assessoria técnica por meio do Centro de Agricultura Alternativa – CAA em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas. Existem diversas experiências e iniciativas inovadoras de gestão ambiental, produtiva e econômica que contam com o apoio da Rede Sociotécnica do Alto Rio Pardo onde participam organizações de ensino, pesquisa e extensão com a UFMG, Embrapa Cerrados, Cenargen, IFN Salinas, CAA, STRs, etc.

Estágio da regularização

A área já está regularizada pelo Incra.

Observações importantes

A comunidade Vereda Funda tem como propósito demonstrar uma proposta concreta de reconversão agroextrativista, bem como correta destinação de terras públicas.

Reunião da Mesa de Diálogo no Centro de Formação Veredas Vivas com as Comunidades de Riachinho, Aurora, Batalha, Santana, Vereda Funda, entre outras – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017

¹³ Dados fornecidos pelo movimento



Visita da Mesa de Diálogo à cooperativa de mulheres, no Assentamento Agroextrativista – PAE Veredas Vivas – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017



Visita da Mesa de Diálogo à cooperativa de mulheres, no Assentamento Agroextrativista – PAE Veredas Vivas – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017



Visita da Mesa de Diálogo à cooperativa de mulheres, no Assentamento Agroextrativista – PAE Veredas Vivas – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo no Centro de Formação Veredas Vivas com as Comunidades de Riachinho, Aurora, Batalha, Santana, Vereda Funda, entre outras – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017

COMUNIDADE DA BARRA DE SANTA MARIA

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: aproximadamente 65 famílias

Nº da Ação de Reintegração de Posse: 0018929-79.2010.8.13.0556

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: COOSARP – Cooperativa de Silvicultura e Agropecuária do Alto Rio Pardo Ltda

Nome do imóvel: Fazenda Aurora

Entenda o conflito¹⁴

Na década de 80, parte do território da comunidade tradicional geraizeiras de Barra de Santa Maria (Fazenda Aurora com área de 4.108 hectares), situada no município de Rio Pardo de Minas foi repassado à empresa Gerdau Aços Longos, através de celebração de Contrato de Arrendamento de Terras Devolutas. Quando findou o prazo do referido contrato, no ano de 2007, o mesmo imóvel foi repassado a uma cooperativa de silvicultores, através de novo contrato de arrendamento de terras públicas. Em 2010, foi ajuizada Ação Popular para anular o referido contrato, visto que tanto a Constituição Federal como a Constituição do Estado de Minas Gerais não mais permitem a destinação de terras públicas a outros fins senão ao Plano Nacional de Reforma Agrária e criação de unidades de conservação. Em decisão liminar foi determinado o bloqueio dos bens de todos os que participaram do contrato ilegal e a proibição de desenvolvimento de qualquer atividade no imóvel. Em data recente a COOSARP decidiu devolver cerca de 3.000 hectares ao Estado de Minas Gerais, comprometendo-se a devolver o restante da área em um prazo de 18 meses. A proposta aguarda manifestação da Advocacia Geral do Estado – AGE.

Estágio da regularização

Não informado.

¹⁴ Dados fornecidos pelo movimento

COMUNIDADE DE SANTANA/RIACHINHO

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: aproximadamente 80 famílias

Nº da Ação de Reintegração de Posse: 0181997-21.2011.8.13.0024

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Rio Dourado Empreendimentos Rurais Ltda

Nome do imóvel: Fazenda Santana

Entenda o conflito¹⁵

Na década de 80, parte do território da comunidade tradicional geraizeira de Santana/Riachinho (Fazenda Santana com área de cerca de 1.400 ha), situada no município de Rio Pardo de Minas foi repassado à empresa Rio Dourado Empreendimentos Rurais Ltda, através de celebração de Contrato de Arrendamento de Terras Devolutas. Quando findou o prazo do referido contrato, no ano de 2008. As comunidades tradicionais geraizeiras Santana e Riachinho, ao tomar conhecimento da expiração do contrato, fizeram a retomada do seu território tradicional. A Rio Dourado, por sua vez, ajuizou ação possessória em face da comunidade. A referida ação encontra-se tramitando perante o Juízo da Vara Agrária e, recentemente, a empresa foi intimada a manifestar sobre a pretensão no prosseguimento do feito.

Estágio da regularização

Não informado.

¹⁵ Dados fornecidos pelo movimento



COMUNIDADE DE RAIZ

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: aproximadamente 40

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Replasa Reflorestadora

Nome do imóvel: Cabeceiras da Caiçara e do Nogueira

Entenda o conflito¹⁶

Os territórios das comunidades tradicionais geraizeiras de Raiz, situada no município de Rio Pardo de Minas e diversas comunidades tradicionais geraizeiras dos municípios de Fruta de Leite, Novo Horizonte e Salinas foram objeto de processos de grilagem, por meio de celebração de contratos possivelmente ilegais de arrendamento de terras devolutas e retificação da área. Tais processos de grilagem foram judicializados e encontram-se em fase avançada de construção de acordos entre as partes para a solução dos conflitos.

Estágio da regularização

Não informado.

¹⁶ Dados fornecidos pelo movimento

COMUNIDADE DE SOBRADO

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: não informado

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito¹⁷

O conflito teve início no ano 2000 quando pessoas de fora iniciaram atividades de desmatamento e produção de carvão de cerrado, em uma área conhecida pelos geraizeiros do Sobrado como Cabeceiras da Caiçara e do Nogueira, bem como atividades de gradagem e plantio de pasto. As águas escassearam por consequência dos desmatamentos. As propostas de luta nas arenas municipais podem, em médio prazo, incidir em leis como mais uma ferramenta de luta a ser mobilizada pelas comunidades tradicionais pela reapropriação das terras devolutas ou terras públicas inseridas em seus territórios.

Estágio da regularização

Não informado.



Reunião da Mesa de Diálogo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo com as Comunidades de Moreira, Baixa Grande, Sobrado, Santa Maria, Santa Bárbara, Bonito, Raiz, Água Boa II, entre outras – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017

¹⁷ Dados fornecidos pelo movimento



Reunião da Mesa de Diálogo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo com as Comunidades de Moreira, Baixa Grande, Sobrado, Santa Maria, Santa Bárbara, Bonito, Raiz, Água Boa II, entre outras – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo com as Comunidades de Moreira, Baixa Grande, Sobrado, Santa Maria, Santa Bárbara, Bonito, Raiz, Água Boa II, entre outras – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo com as Comunidades de Moreira, Baixa Grande, Sobrado, Santa Maria, Santa Bárbara, Bonito, Raiz, Água Boa II, entre outras – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo com as Comunidades de Moreira, Baixa Grande, Sobrado, Santa Maria, Santa Bárbara, Bonito, Raiz, Água Boa II, entre outras – Rio Pardo de Minas – 10/11/2017



COMUNIDADE DE BOM JESUS

Dados Gerais

Município: São João do Paraíso

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: não informado

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito¹⁸

As empresas reflorestadoras de terras arrendadas pelo Governo de Minas Gerais, cujos contratos estavam vencendo, fizeram propostas de reativação da monocultura de eucalipto tendo como principal argumento o risco de apagão florestal frente à demanda por madeira, lenha, celulose e carvão. Por outro lado, o desrespeito com as comunidades tradicionais que passaram a viver encurraladas nas grotas e impedidas de retirar o sustento nas áreas de chapadas e carrasco, com a promoção de devastações ambientais das áreas de cerrado. As famílias que lutam pela proteção do território sofrem pressões.

Estágio da regularização

Não informado.

¹⁸ Dados fornecidos pelo movimento



PROCESSO DE GRILAGEM DE TERRAS EM TERRITÓRIO GERAIZEIRO

Dados Gerais

Município: São João do Paraíso e Indaiabira

Número de famílias: aproximadamente 200

Nº da Ação de Reintegração de Posse: 0008354-22.2012.8.13.0627

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Replasa Reflorestadora S/A

Nome do imóvel: Fazendas Mato dos Macacos; Paus Pretos, Brejo Grande, Tombador; Belém; Mariquita; Chapada das Bananeiras e Cabeceira

Entenda o conflito¹⁹

Em 2012, alguns trabalhadores do município de São João do Paraíso propuseram Ação Popular contra a empresa Replasa Reflorestadora S/A com o objetivo de anular Termo Aditivo a um Contrato de Arrendamento de Terras Devolutas que havia expirado e foi renovado por mais de 15 anos. A comunidade foi encurralada nos vales e grotas, cercada pela monocultura do eucalipto, causando processo erosivo naquelas terras e assoreamento das fontes e cursos d'água e secamento de diversas nascentes e córregos. O procedimento aberto junto à Coordenadoria Regional das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público/MPMG e da ordem Econômica e Tributária visa a devolução das terras. No bojo do procedimento foi apresentado um projeto denominado “Proposta para o governo mineiro de destinação de terras públicas às comunidades tradicionais em Indaiabira e São João do Paraíso”, que tem como objetivo construir proposta de destinação de áreas públicas nos municípios de Indaiabira e São João do Paraíso para comunidades tradicionais de seu entorno, considerando a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade ambiental. A Replasa Reflorestadora S/A arcará com os custos da execução do projeto, que depende da atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA.

Estágio da regularização

Não informado.

¹⁹ Dados fornecidos pelo movimento

COMUNIDADES MENINO DEUS E JACU

Dados Gerais

Município: Rubelita

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Florestaminas

Nome do imóvel: Fazendas reunidas dos Gerais

Entenda o conflito²⁰

As comunidades Menino Deus e Jacu foram expropriadas de seu território (embora não existam estudos técnicos mais aprofundados de caracterização da identidade étnica e nem a delimitação de seu território) por conta da implantação do monocultivo de eucalipto. O imóvel denominado “Fazendas Reunidas dos Gerais” tem área aproximada de 5 mil hectares e é objeto de Contrato de Arrendamento de Terras Devolutas (processo 141/84E) celebrado entre a empresa Florestaminas e a RURALMINAS. Apesar de o referido contrato já ter expirado em setembro de 2007, há forte indícios de que a totalidade da área foi grilada por meio de procedimento de retificação de área.

Estágio da regularização

Ainda não foram realizados estudos de caracterização da identidade étnica da comunidade nem a delimitação de seu território tradicional.

²⁰ Dados fornecidos pelo movimento



COMUNIDADE DE BATALHA

Dados Gerais

Município: Grão Mogol

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Rio Rancho Agropecuária

Nome do imóvel: Território Tradicional de Lamarão

Entenda o conflito²¹

As empresas reflorestadoras de terras arrendadas pelo Governo de Minas Gerais, cujos contratos estavam vencendo, fizeram propostas de reativação da monocultura de eucalipto tendo como principal argumento o risco de apagão florestal frente à demanda por madeira, lenha, celulose e carvão. Por outro lado, o desrespeito com as comunidades tradicionais que passaram a viver encurraladas nas grotas e impedidas de retirar o sustento nas áreas de chapadas e carrasco, com a promoção de devastações ambientais das áreas de cerrado.

Estágio da regularização

Não informado.

²¹ Dados fornecidos pelo movimento

COMUNIDADE MOREIRA

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: aproximadamente 32

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Gerdau S.A

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito²²

Grande parte dos territórios geraizeiros, as chapadas da comunidade Moreira foram invadidas pela monocultura do eucalipto. O Estado de Minas Gerais arrendou uma área de aproximadamente 1500 hectares, o que segundo os moradores afetou as Comunidades vizinhas de Vereda da Onça, São Camilo, Brejinho, Matão e Ilha das Cabras. Estas chapadas eram até então utilizadas por todas as comunidades. Com as áreas privatizadas, com o crescimento das famílias, em poucos anos as águas começaram a diminuir, comprometendo a vitalidade dos sistemas produtivos tradicionais e a permanência das famílias na comunidade.

Estágio da regularização

Não informado.

²² Dados fornecidos pelo movimento

COMUNIDADE DE BONITO

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: aproximadamente 150

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Cooperminas

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito²³

Na década de 70, a RURALMINAS arrendou as terras comunais das cabeceiras dos córregos da comunidade rural do Bonito. Toda a micro bacia do Bonito ficou comprometida. Uma parte da área foi devolvida para o estado em uma troca com a GERDAU, em 2005. Em seguida, o ITER/MG, arrendou à Cooperminas, uma cooperativa de empresários silvicultores. Após o conflito com a comunidade, a área permaneceu arrendada, mas sem uso até os dias atuais. As cabeceiras secas estão cercadas pelo cultivo de eucalipto, já a área que a Cooperminas não realizou replantio está abastecendo, por meio de rede comunitária de água, cerca de 150 famílias em duas comunidades diferentes.

Estágio da regularização

Não informado.

²³ Dados fornecidos pelo movimento



COMUNIDADE ÁGUA BOA II

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Rio Dourado

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito²⁴

Os moradores reclamam da destruição das nascentes e áreas de extrativismo em terras públicas. As empresas reflorestadoras de terras arrendadas pelo Governo de Minas Gerais, cujos contratos estavam vencendo, fizeram propostas de reativação da monocultura de eucalipto tendo como principal argumento o risco de apagão florestal frente à demanda por madeira, lenha, celulose e carvão. Por outro lado, o desrespeito com as comunidades tradicionais que passaram a viver encurraladas nas grotas e impedidas de retirar o sustento nas áreas de chapadas e carrasco, com a promoção de devastações ambientais das áreas de cerrado.

Estágio da regularização

Não informado.

²⁴ Dados fornecidos pelo movimento

COMUNIDADE BAIXA GRANDE

Dados Gerais

Município: Rio Pardo de Minas

Número de famílias: aproximadamente 46

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Ernandes Coelho Rocha (particular)

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito²⁵

Os moradores reclamam da monocultura em área de recarga. As empresas reflorestadoras de terras arrendadas pelo Governo de Minas Gerais, cujos contratos estavam vencendo, fizeram propostas de reativação da monocultura de eucalipto tendo como principal argumento o risco de apagão florestal frente à demanda por madeira, lenha, celulose e carvão. Por outro lado, o desrespeito com as comunidades tradicionais que passaram a viver encurraladas nas grotas e impedidas de retirar o sustento nas áreas de chapadas e carrasco, com a promoção de devastações ambientais das áreas de cerrado.

Estágio da regularização

Não informado.

²⁵ Dados fornecidos pelo movimento

COMUNIDADE DE MUQUÉM

Dados Gerais

Município: São João do Paraíso

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: Bibom Mineração, Meneghetti e Florestaminas

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito²⁶

As empresas reflorestadoras de terras arrendadas pelo Governo de Minas Gerais, cujos contratos estavam vencendo, fizeram propostas de reativação da monocultura de eucalipto tendo como principal argumento o risco de apagão florestal frente à demanda por madeira, lenha, celulose e carvão. Por outro lado, o desrespeito com as comunidades tradicionais que passaram a viver encurraladas nas grotas e impedidas de retirar o sustento nas áreas de chapadas e carrasco, com a promoção de devastações ambientais das áreas de cerrado. A atuação da empresa de mineração na região significa a descontinuidade dos cursos d'água.

Estágio da regularização

Não informado.

²⁶ Dados fornecidos pelo movimento



Reunião da Mesa de Diálogo com as Comunidades de Muquém, Duas Barras, Buracos, Baixa do Chicão, entre outras
– São João do Paraíso – 11/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo com as Comunidades de Muquém, Duas Barras, Buracos, Baixa do Chicão, entre outras
– São João do Paraíso – 11/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo com as Comunidades de Muquém, Duas Barras, Buracos, Baixa do Chicão, entre outras
– São João do Paraíso – 11/11/2017



Reunião da Mesa de Diálogo com as Comunidades de Muquém, Duas Barras, Buracos, Baixa do Chicão, entre outras
– São João do Paraíso – 11/11/2017

NÚCLEO TERRITORIAL GERAIS DA SERRA

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEIXE BRAVO

Dados Gerais

Município: Riacho dos Machados

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: não informado

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito²⁷

O território está sendo impactado pelo avanço do monocultivo do eucalipto que ameaça as nascentes que abastecem os Rios Vacarias e Peixe Bravo. Recentemente, grande parte do território foi alvo de grilagem por parte de empresas mineradoras.

Estágio da regularização

Trabalhos de regularização fundiária ainda não iniciados pelo INCRA/MG²⁸.

A comunidade se autorreconheceu como remanescente de quilombo, certificada pela Fundação Cultural Palmares.



Reunião da Mesa de Diálogo com a Comunidade de Peixe Bravo – Riacho dos Machados – 09/11/2017

²⁷ Dados fornecidos pelo movimento

²⁸ Dados fornecidos pelo Incra

RDS TAMANDUÁ

Dados Gerais

Município: Riacho dos Machados

Número de famílias: não informado

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: não informado

Nome do imóvel: Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Tamanduá Poções/
Fazenda Tapera

Entenda o conflito²⁹

Os estudos fundiários realizados em 2002 apontaram que a maior parte dos terrenos destinados à criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Tamanduá Poções são terras devolutas/públicas cujos títulos, quando os têm, apresentam indícios de grilagem. Em 2007, o ICMBIO realizou avaliação ambiental e socioeconômica sobre as possibilidades de criação de Unidades de Conservação federais de uso sustentável. Tanto o relatório econômico quanto o ambiental se posicionaram a favor da criação de uma Reserva Extrativista – Resex. Outro relatório, elaborado em 2012, propôs também a ampliação e a transformação da proposta original de criação de uma Resex por uma RDS. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, juntamente com a Associação do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras – Fazenda Tapera vem fazendo enormes esforços para evitar as degradações ambientais.

Estágio da regularização

Não informado.

²⁹ Dados fornecidos pelo movimento



NÚCLEO TERRITORIAL SERRA

COMUNIDADE QUILOMBOLA MATA DOS CRIoulos

O conflito é tratado pela Mesa de Diálogo

Dados Gerais

Município: Diamantina

Número de famílias: aproximadamente 100

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: não informado

Nome do imóvel: Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé

Entenda o conflito³⁰

Em novembro de 2010, foi realizado um estudo pelo IEF, no qual é proposta a extensão dos Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé. Este processo foi paralisado pelo Ministério Público – MPMG após a emissão da Certidão de Autodefinição da comunidade como Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura. Muitas pessoas migram sazonalmente a procura de serviços que possam complementar a renda familiar, uma vez que não têm acesso às áreas onde tradicionalmente realizavam a coleta de flores sempre-vivas para comercialização, principal fonte de renda.

Estágio da regularização

Relatório Antropológico concluído, restando a elaboração das demais peças técnicas do RTID. O território pleiteado pela comunidade apresenta sobreposição com os Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé³¹.

Obtida a Certidão de Autodefinição da comunidade como Remanescente de Quilombo.

Ações em andamento

Na reunião do dia 07/07/2017 – ficou pactuado que a Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas/CODECEX faria o levantamento das demandas dos moradores da Comunidade Mata dos Crioulos em relação à utilização das áreas consideradas pertencentes a seu território ancestral. A Advocacia-Geral do Estado – AGE faria reuniões com o Instituto Estadual de Florestas – IEF para análise da legislação quanto a possibilidade de liberação do uso das áreas protegidas para a Comunidade Mata dos Crioulos. A Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC, a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE e a

³⁰ Dados fornecidos pelo movimento

³¹ Dados fornecidos pelo Incra

Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social – CIMUS do Ministério Público Estadual de Minas Gerais fariam um levantamento de todas as políticas públicas atinentes à questão dos povos e comunidades tradicionais visando sua aplicabilidade neste conflito. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SEDA prestaria apoio ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no que se refere ao levantamento fundiário das áreas inseridas dentro do território apontado pelo Relatório Antropológico do INCRA como pertencentes à Comunidade Mata dos Crioulos visando sua regularização. Ficou na responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC a convocação de representantes da Fundação Cultural Palmares e do órgão federal responsável pela promoção da igualdade racial, antiga SEPIR, para participar da próxima reunião desta Câmara. O Ministério Público Federal – MPF faria a formalização do pedido de arquivamento definitivo do antigo projeto de expansão dos parques junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF. A Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo e Negociação, buscaria o modelo de gestão de unidade de conservação no Estado de Tocantins, citado na reunião, onde é feita a coleta da espécie Capim Dourado, de forma apaziguada e enviar cópia desta ata às Secretarias de Estado da Saúde – SESMG e da Educação – SEEMG.

Na reunião do dia 23/08/2016 ficou acordado a construção de um Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Águas das Veredas pelo IEF – Instituto Estadual de Florestas, com a participação de representantes da comunidade, CODECEX, Universidades, Ministérios Públicos Estadual e Federal – MPF e MPMG observando as questões legais e técnicas do território tradicionalmente ocupado. O Plano poderia prever a celebração de Termo de Compromisso junto às comunidades tradicionais. Realizar o levantamento e análise das terras devolutas estaduais visando sua regularização junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SEDA, Ministérios Públicos Estadual e Federal – MPF e MPMG, Comissão dos Direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX e lideranças comunitárias. Realizar o levantamento de dados para implementação de medidas visando a efetivação dos direitos básicos da comunidade, como educação, energia elétrica, tratamento de água, saúde e situação cadastral das famílias junto aos municípios, a ser realizado em conjunto pela Secretaria de Direitos Humanos e Participação Social e Cidadania – SEDPAC, Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, Ministério Público Federal – MPF e órgãos públicos dos municípios envolvidos na questão.

Na reunião do dia 28/03/2017 as comunidades e a CODECEX justificaram ausência, o que resultou no cancelamento dos trabalhos. Anteriormente, a Mesa de Diálogo havia feito várias tentativas de agendar a reunião em Diamantina. Diante das evidentes ações e dificuldades impostas pelas lideranças das organizações que representam as comunidades quilombolas, a Mesa de Diálogo retirou o conflito da pauta.

COMUNIDADE QUILOMBOLA VARGEM DO INHAÍ

O conflito é tratado pela Mesa de Diálogo

Dados Gerais

Município: Diamantina

Número de famílias: aproximadamente 27

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: não informado

Nome do imóvel: Parque Nacional das Sempre-vivas

Entenda o conflito³²

O território da comunidade situa-se na margem esquerda do Rio Jequitinhonha e está inserido dentro e na zona de amortecimento do Parque Nacional das Sempre-vivas. A comunidade foi fortemente influenciada pelo ciclo mais recente de extração de diamante do leito do Rio Jequitinhonha por meio de dragas pertencentes às grandes empresas mineradoras. Atualmente, a comunidade de Vargem do Inhaí está vivenciando uma situação de tensão por dois motivos principais: a implantação do Parque Nacional das Sempre-vivas e o cercamento de áreas por pessoas externas à comunidade. A lentidão no processo de regularização territorial tem trazido insegurança à comunidade.

Estágio da regularização

Relatório Antropológico concluído, restando a elaboração das demais peças técnicas do RTID. O território pleiteado pela comunidade apresenta sobreposição com o PARNA Sempre Vivas - ICMBIO³³.

Obtida a Certidão de Autodefinição da comunidade como Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura.

³² Dados fornecidos pelo movimento

³³ Dados fornecidos pelo Incra



COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RAIZ

Dados Gerais

Município: Presidente Kubitscheck

Número de famílias: aproximadamente 44

Nº da Ação de Reintegração de Posse: não informado

Empresa(s) envolvida(s) no conflito: não informado

Nome do imóvel: não informado

Entenda o conflito³⁴

A comunidade pratica a agricultura em sistema de policultivos, criação de animais, coleta de flores sempre-vivas e artesanato de capim dourado. O uso comum e instalação de monoculturas de eucalipto e de pastagem comprometeu a principal fonte de renda da comunidade: coleta de flores sempre-vivas – especialmente o capim dourado ou “sedinha”. Os moradores de Raiz relatam graves impactos derivados do uso elevado de agrotóxicos utilizados nos monocultivos que, em ambientes de solo arenosos contaminam os lençóis freáticos e cursos d’água restantes que são utilizados pelas famílias para dessedentação humana e animal.

Estágio da regularização

Trabalhos de Regularização Fundiária ainda não iniciados pelo INCRA/MG³⁵.

A comunidade quilombola é certificada pela Fundação Cultural Palmares.

³⁴ Dados fornecidos pelo movimento

³⁵ Dados fornecidos pelo Incra

**PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES**

REIVINDICAÇÕES	COMUNIDADE	MUNICÍPIO
Suspensão de ordem judicial de reintegração de posse	Comunidade Quilombola de Lapinha	Matias Cardoso
Regularização fundiária	Comunidade Quilombola de Lapinha	Matias Cardoso
	Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Légua	Matias Cardoso
	Comunidades Veredeiras de Poçozinho e Alegre	Januária
	Povo Indígena Tuxá	Buritizeiro
	Comunidade de Barra de Santa Maria	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Santana/Riachinho	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Sobrado	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Batalha	Grão Mogol
	Comunidade de Bom Jesus	São João do Paraíso
	Comunidades Menino de Deus e Jacu	Rubelita
	Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Riacho dos Machados
	Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos	Diamantina
	Comunidade Quilombola Vargem do Inhaí	Diamantina
	Comunidade Quilombola de Raiz	Presidente Kubitscheck
	Quilombo Nativos do Arapuim	Verdelândia
	Comunidade Barra de Santa Maria	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Raiz	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Moreira	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Bonito	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Água Boa II	Rio Pardo de Minas
Comunidade Baixa Grande	Rio Pardo de Minas	
Comunidade de Muquém	São João do Paraíso	
Elaboração do Relatório Antropológico	Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Riacho dos Machados
	Comunidade Quilombola de Praia	Matias Cardoso
Construção de área de lazer	Comunidade Quilombola de Lapinha	Matias Cardoso

Reivindicações	Comunidade	Município
Reconhecimento do território tradicional e do modo de vida dos moradores	Comunidade Quilombola de Lapinha	Matias Cardoso
	Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua	Matias Cardoso
	Comunidade Barra de Santa Maria	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Santana/Riachinho	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Sobrado	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Raiz	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Bom Jesus	São João do Paraíso
	Comunidade de Batalha	Grão Mogol
	Comunidade de Moreira	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Bonito	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Água Boa II	Rio Pardo de Minas
	Povo Indígena Tuxá	Buritizeiro
	Comunidade Baixa Grande	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Muquém	São João do Paraíso
Comunidade Vazanteira de Pau Preto	Matias Cardoso	
Acesso à água potável	Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua	Matias Cardoso
	Comunidade Quilombola de Praia	Matias Cardoso
	Fazenda Marilândia	Manga
	Quilombo Nativos do Arapuim	Verdelândia
Disponibilização de energia elétrica	Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua	Matias Cardoso
	Comunidade Vazanteira de Pau Preto	Matias Cardoso
	Comunidade Quilombola de Praia	Matias Cardoso
	Comunidade de Batalha	Grão Mogol
Disponibilização de serviços de saúde	Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua	Matias Cardoso
	Comunidade Quilombola de Praia	Matias Cardoso
Abertura de estradas vicinais	Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua	Matias Cardoso
Disponibilização de água para irrigação de lavouras	Comunidade Vazanteira de Pau Preto	Matias Cardoso
	Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Riacho dos Machados
Criação do PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista	Comunidade Vazanteira de Pau Preto	Matias Cardoso
Melhoria da qualidade de transporte escolar	Comunidade Vazanteira de Pau Preto	Matias Cardoso

Reivindicações	Comunidade	Município
Levantamento fundiário com identificação de terras públicas e destinação às comunidades tradicionais	Comunidade Quilombola de Praia	Matias Cardoso
	Fazenda Marilândia	Manga
	Processo de grilagem de terras em território geraizeiro	Indaiabira
	Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Riacho dos Machados
	Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos	Diamantina
	Comunidade Quilombola Vargem do Inhá	Diamantina
Acionar ações de proteção dos defensores dos direitos humanos no sentido de evitar violência contra as famílias de lideranças do quilombo	Comunidade Quilombola de Praia	Matias Cardoso
Reativação de escola	Comunidade Quilombola de Praia	Matias Cardoso
Aquisição da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP	Fazenda Marilândia	Manga
Construção de pequenas barragens nas cabeceiras e manutenção das já existentes	Comunidade Geraizeira de Vereda Funda – PAE	Rio Pardo de Minas
Fiscalização para impedir o cárcere de animais na região	Comunidade Geraizeira de Vereda Funda – PAE	Rio Pardo de Minas
O estado, através do responsável pela questão ambiental (SISEMA) e do órgão responsável pela questão fundiária (SEDA), com participação das comunidades, operar permuta de área	Comunidade Barra de Santa Maria	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Raiz	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Sobrado	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Moreira	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Bonito	Rio Pardo de Minas
	Comunidade de Água Boa II	Rio Pardo de Minas
Criação (ou andamento) de RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas	Matias Cardoso
	Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Riacho dos Machados
	RDS Tamanduá	Riacho dos Machados
	Coração de Jesus	Montes Claros

Reivindicações	Comunidade	Município
Reavaliação (redução ou supressão) da taxa de esgoto cobrada pela Copasa, tendo em vista a baixa renda da população	Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Riacho dos Machados
Reavaliação dos critérios para acesso à Garantia Safra (bens móveis e imóveis)	Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Riacho dos Machados
Investigação do desaparecimento do valor de 91 mil reais que seriam destinados a compra de um trator para a comunidade	Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Riacho dos Machados
Suspensão imediata do projeto de captação de água pela Copasa no Rio Pacuí	Coração de Jesus	Montes Claros
Suspensão das outorgas de água dos rios que formam Rio Juramento	Coração de Jesus	Montes Claros
Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTDI	Comunidade Quilombola de Raiz	Presidente Kubitscheck

REFERÊNCIAS

- Levantamento de conflitos ocorridos em território de povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Agosto de 2017
- Atas Mesa de Diálogo Conflitos Urbanos e Rurais
- Of/ SEDPAC/SUBIR/SPCT Nº 001/2017
- Nota Técnica de Avaliação da Ocupação da Terra Indígena Tuxá – a Conquista da Terra dos Encantos
- Apresentação etapas regularização fundiária maio 2017 – Incra

Relatórios destacados: Movimento dos

Atingidos por Barragens

Relatório de visitas com o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Durante os meses de abril, maio e junho de 2017, a Mesa de Diálogo cumpriu calendário de visitas e reuniões com o MAB nos municípios de Indaiabira, Diogo de Vasconcelos, Raul Soares, Chapada do Norte e Araçuaí, atendendo 07 conflitos socioambientais. Com base nas tratativas realizadas, foi elaborado um relatório (com as principais demandas existentes nos conflitos) que foi apresentado ao Governador de Minas Gerais. No obstante, a Mesa de Diálogo tem atuado em conjunto com as secretarias e órgãos parceiros de modo a resolver as demandas emergenciais como acesso à água e energia elétrica.



BARRAGEM DE BERIZAL (MUNICÍPIO DE INDAIABIRA)

Dados Gerais

Nome do empreendimento: Barragem de Berizal

Localização: Indaiabira

Data do empreendimento: início da construção em 1997

Municípios envolvidos: Berizal, Ninheira, São João do Paraíso, Indaiabira e Taiobeiras

Empresa responsável: DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Rio: Rio Pardo

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

Entenda o conflito

Em 1997, a União começou a executar a obra sem as licenças prévia e de instalação, mas dois anos depois os trabalhos foram interrompidos por falta de verba. A construção da Barragem de Berizal foi paralisada por determinação do Ministério Público, em atendimento à solicitação de embargo por parte da FEAM (Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais), que considerou insuficientes os estudos ambientais elaborados pelo DNOCS.

O raio-x do projeto da Barragem de Berizal previa a desapropriação de 421 famílias. O reservatório tem uma extensão de 42 km² com capacidade para 300 milhões de m³ de água.

Reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Elaboração de projeto de recuperação do Rio Pardo	SEAPA	A secretaria possui uma ação orçamentária, dentro do Programa 3 A- Alimento, Água e Ambiente, denominada “Manejo Integrado de Sub Bacias Hidrográficas” com a finalidade de aumentar a quantidade e qualidade de água e a conservação do solo, por meio de infraestruturas com foco nas bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, revitalizando as sub-bacias e permitindo o abastecimento e uso racional desses recursos (água e solo) pelos agricultores e usuários da região, com a difusão tecnológica da prática de agricultura mais sustentável. A ação, em execução, é oriunda de um convênio com a CODEVASF com plano de trabalho focado nas subbacias do Rio São Francisco. Nesse sentido, caso alocado recurso, a secretaria está apta a executar projeto semelhante para a recuperação do Rio Pardo.
Implementar coleta de lixo na comunidade de Lagoa da Pedra, uma vez que é descartado de forma inadequada, causando doenças e agravamento da crise de água	SEDESE	Aproveitar a metodologia implementada por meio do projeto “Minas Reciclando Atitudes, Repensando o Futuro”
Perfuração de poços artesianos suficientes para abastecer aproximadamente 200 famílias na comunidade de Lagoa da Pedra	SEMAD	Demanda já encaminhada para posicionamento do IGAM (cabe destacar que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.913/2013 já prevê, para núcleo populacional rural – com população inferior ou igual a 600 habitantes – a dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos e sujeito apenas ao cadastramento no órgão ambiental).
Disponibilização de água para os agricultores usarem na irrigação das pequenas lavouras nos mesmos moldes que os grandes agricultores	SEMAD	Demanda já encaminhada para posicionamento do IGAM (cabe destacar que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.913/2013 já prevê, para núcleo populacional rural – com população inferior ou igual a 600 habitantes – a dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos e sujeito apenas ao cadastramento no órgão ambiental).
Disponibilização de água potável para a comunidade Lagoa da Pedra (depende da concessão da prefeitura)		

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Fornecimento gratuito de ligação de energia elétrica para seis famílias em Lagoa da Pedra, pois o preço cobrado é de R\$ 12 mil, segundo os moradores, que não tem condições de arcar com os custos		
Perfuração de 5 poços artesianos já previstos no programa Água para Todos	SEMAD	Demanda já encaminhada para posicionamento do IGAM (cabe destacar que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.913/2013 já prevê, para núcleo populacional rural – com população inferior ou igual a 600 habitantes – a dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos e sujeito apenas ao cadastramento no órgão ambiental).
Equipar com encanamento o poço artesiano perfurado em Curral Velho, por meio do programa Água para Todos		
Definição de qual município a comunidade Areia pertence (Indaiabira ou Rio Pardo), pois a falta de demarcação implica em dificuldades na regularização da terra		
Contratação de agente de saúde para atender a comunidade		
Disponibilizar transporte escolar de qualidade para os alunos residentes na Fazenda Tapera e substituir as porteiras por mata-burros, pois atualmente as crianças têm que descer do ônibus para abri-las ao longo do trecho, inclusive no período chuvoso. O transporte escolar apresenta defeitos freqüentes		

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Disponibilização de caminhões-pipa suficientes para abastecer 100 famílias que não têm acesso a outro meio de receber água potável na Fazenda Tapera e Muzelo		
Ações para preservação da mina e da gruta (tradição religiosa) que ficam ao lado do local demarcado pela Copasa para construção de uma barragem na comunidade Lagoa da Pedra	SEMAD	Será verificada, para aplicação das medidas cabíveis no âmbito da regularização ambiental, a situação do barramento da Copasa.
Fornecimento gratuito da ligação de energia elétrica para cerca de 60 famílias na comunidade Areia		
Reavaliação dos valores exorbitantes das contas de energia elétrica das famílias com o mínimo de eletrodomésticos na residência		
Restauração das nascentes do rio na comunidade Muzelo	SEAPA	A ação orçamentária, dentro do Programa 3 A- Alimento, Água e Ambiente, denominada “ Manejo Integrado de Sub Bacias Hidrográficas” prevê, dentre outras pequenas intervenções, o cercamento de nascentes, o que poderia atender também a demanda de “restauração das nascentes”.
	SEMAD	O IEF pode apoiar as comunidades dentro de seus programas de fomento de recuperação. As ações voltadas ao CAR – Cadastro Ambiental Rural e ao PRA – Programa de Recuperação Ambiental também podem ser priorizadas, aumentando a escala de recuperação.

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Construção de cerca para impedir o acesso dos animais à mina na comunidade Muzelo	SEAPA	A ação orçamentária, dentro do Programa 3 A- Alimento, Água e Ambiente, denominada “ Manejo Integrado de Sub Bacias Hidrográficas” prevê, dentre outras pequenas intervenções, o cercamento de nascentes, o que poderia atender também a demanda de “restauração das nascentes”.
Passarela mais segura para passagem de Indaiabira para Taiobeiras, já que a atual oferece risco à população devido a sua precariedade		
Regularização da taxa de iluminação pública cobrada pela Cemig		
Diminuição dos níveis de agrotóxicos no Rio Salinas liberados pelas empresas Rio Dourado e Natalício	SEAPA	A Seapa se compromete a oficializar o Instituto Mineiro de Agropecuária- IMA para intensificar as ações de fiscalização de uso de agrotóxicos na região, inclusive nas empresas mencionadas.
Oferecer segurança nos eventos da região, já que na comunidade são realizados vários eventos onde são enviados ofícios para a Polícia Militar, sem retorno		

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Casa Civil	Apoio ao relacionamento institucional em âmbito nacional e internacional.
	Atuação em encaminhamento de demandas que envolvam empresas estatais e autarquias, tais como COPASA e CEMIG.
	Possibilidade de interface da Assessoria de Relações Internacionais – ARI, na tentativa de captação de recurso junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.
	Busca de suporte teórico em entidades internacionais que tratem de assuntos relacionados.
	Encaminhamento para incluir na pauta do Projeto Minas em Diálogo, o qual é uma realização do Núcleo Multifacetário do Estado de Minas (NUMEM), parceria entre a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da SUPRAM Norte de Minas.
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental, realizou ação de fiscalização no ano de 2014, com foco em recursos hídricos. Na operação foram fiscalizados 40 pontos de intervenção em recursos hídricos. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	A partir de um projeto maior, o IEF, o IGAM, a academia, o Comitê de Bacias e os demais órgãos envolvidos na recuperação, o IEF poderá atuar no fomento de recuperação das áreas identificadas como críticas para o processo de recuperação do Rio Pardo e Rio Jequitinhonha. Ações ligadas ao Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa de Recuperação Ambiental – PRA das propriedades delimitadas pela bacia do Rio Pardo e Jequitinhonha, também poderão ser prioritárias nas ações desenvolvidas pelo IEF.
	IGAM – Planos Diretores de recursos hídricos Programa de Investimentos do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia dos Afluentes Mineiros do Rio Pardo – PA1 – Ação programática F: Desenvolvimento da agricultura irrigada empresarial

Informações da reunião

A Mesa de Diálogo se reuniu com os moradores da região, no município de Indaiabira, no dia 25/04/2017, no período da manhã, acompanhada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A reunião foi realizada no Salão Comunitário de Lagoa da Pedra (zona rural de Indaiabira). Estavam presentes no evento aproximadamente 82 pessoas. O MAB solicitou a agenda com o objetivo de disponibilizar o acesso à água para consumo humano e produção para os agricultores familiares e comunidades tradicionais.



Reunião da mesa de diálogo no município de Lagoa da Pedra



Reunião da mesa de diálogo no município de Lagoa da Pedra



Desdobramentos decorrentes da reunião

A Mesa de Diálogo oficiará a Copasa para que seja feita reunião com a comunidade de Lagoa da Pedra na segunda semana de maio.

Fica agendada reunião da Prefeitura de Indaiabira com comissão do MAB para discutir pauta apresentada em março. Pré-agendada para o dia 03 de maio.

Passar para o MAB informações sobre a disponibilização do material para os poços artesianos que está sendo tratada pelo Idene.

A Cemig se compromete a tratar as questões particulares referentes aos altos valores da conta de energia elétrica.

Encaminhamentos da reunião

Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo

Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

Ações em andamento

A Mesa de Diálogo enviou ofício à Copasa no dia 27/04/17 solicitando agendamento de reunião com a comunidade Lagoa da Pedra/Indaiabira, conforme acordado em reunião.

A Prefeitura de Indaiabira se reuniu com a comissão do MAB para discutir pauta apresentada em março, no dia 03 de maio.



BARRAGEM DA FUMAÇA (MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS)

Dados Gerais

Nome do empreendimento: PCH Fumaça

Localização: Mariana/Diogo de Vasconcelos

Data do empreendimento: início da operação em 2003

Municípios do entorno: Mariana/Diogo de Vasconcelos

Empresa responsável: Maynart Energética LTDA/CEI – Companhia Energética Integrada

Rio: Gualaxo do Sul – Bacia do Rio Doce

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

Entenda o conflito

A PCH Fumaça foi construída pela Alcan Alumínios do Brasil entre os municípios de Diogo de Vasconcelos (30%) e Mariana (70%). Depois, a propriedade passou para o controle da Novelis e, atualmente, está com a Maynart Energética LTDA/Companhia Energética Integrada – CEI. A hidrelétrica começou a funcionar em abril de 2003 com potência de 10,0 MV. O reservatório atingiu 211 hectares de terra.

Segundo os moradores, não há possibilidade de produzir o artesanato na região, pois não possuem matéria-prima, a pedra-sabão, que ficou submersa com o alagamento da represa. Contestam, ainda, que a empresa ofereceu diversos cursos, mas não viabilizou as formas de colocar em prática os ensinamentos, assim como não apresentou projeto para inserção dos artesãos no mercado de trabalho.



Reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Sinalização e proteção ao redor do lago da PCH Fumaça para evitar acidentes e mortes humanas e de animais que são recorrentes		
Recapeamento das ruas estragadas pelas máquinas durante a construção da barragem		
Regularização da titulação de terras para viabilizar participação em programas e projetos sociais e formalizar o Contrato de Comodato já assinado pelos atingidos até que a situação seja resolvida.		
Oferecer terra agricultável aos reassentados, pois não há espaço suficiente para plantação nos quintais das casas construídas		
Reavaliação dos valores das indenizações. Há famílias que receberam apenas R\$ 238,00 de reparação		
Construção de área de lazer para a comunidade Emboque, pois a quadra construída em Diogo de Vasconcelos não atende a comunidade		
Reconhecimento da condição de atingido e reparação a essas famílias não reconhecidas (Reassentamento de famílias)		
Ações para implantação de área de preservação às margens da PCH Fumaça		

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Resolver as depressões que estão em evidência no rio seco, onde caem animais frequentemente		
Possibilidade de retirar areia do rio, uma vez que a proibição foi feita pela polícia ambiental		
Atenção à saúde (o posto de saúde na comunidade Emboque está em construção)		
Projetos de geração de emprego e renda para os atingidos pela PCH Fumaça	SEDESE	Levantar ativos sobre a economia popular solidária no município
Reativação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE de Miguel Rodrigues	SEMAD	Considerando o tempo de instalação da ETE, o primeiro passo é identificar se elas foram assumidas pelo Poder Público Municipal, por concessionárias ou se ela pertence a barragem mencionada. Está sendo realizado levantamento para identificar os responsáveis para que as medidas cabíveis sejam tomadas, inclusive sanções administrativas previstas na legislação.
Construção de um cemitério na região, pois o que existia foi submerso pelas águas da represa		



OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da respectiva SUPRAM Central Metropolitana.
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – UPGRH DO1. Plano de ações: inventário de locais de barramentos de contenção ou laminação concluído. Análise de viabilidade de obras de contenção ou laminação concluída. Ação importante: Projeto Restrição de uso das áreas de entorno de aproveitamento hidrelétrico.

Informações da visita e da reunião

A Mesa de Diálogo visitou o município de Diogo de Vasconcelos, no dia 09/05/2017, no período da manhã, acompanhada pelos representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. À tarde, a reunião foi realizada na Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes na comunidade do Emboque (zona rural de Diogo de Vasconcelos). Estavam presentes no evento aproximadamente 53 pessoas. O MAB solicitou a agenda com as seguintes pautas: reconhecimento das famílias atingidas pela barragem e que não são consideradas pela empresa por não serem proprietárias de terras no polígono do lago, acesso à terra agricultável para as famílias, projeto de piscicultura em tanque escavado, qualidade e segurança das estradas, regularização de documentação dos reassentamentos e das casas isoladas feitas pela empresa, saneamento em torno do lago da barragem, especialmente manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Miguel Rodrigues, compra das terras no entorno do lago para garantir a faixa exigida pelo Código Florestal e investimento em segurança nas margens.

Na comunidade de Barro Branco foi realizada uma visita à casa do Senhor Toninho, artesão. O morador atingido informou que não está produzindo, pois não possui matéria-prima (pedra-sabão), que ficou submersa com o alagamento da represa. Na comunidade do Emboque, a visita foi na casa de Senhora Teresinha. A moradora conta que era meeira, mas que a fazenda em que trabalhava se tornou reassentamento. Segundo a atingida, eram duas fazendas que geravam renda para a região. Segundo ela, não há documentos das terras em que ela mora com a família.



MORADOR ARTESÃO EM PEDRA-SABÃO PREJUDICADO PELO ALAGAMENTO DA MATÉRIA-PRIMA



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE INOPERANTE



MORADORA REASSENTADA QUE DIVIDE UMA ÁREA COM APROXIMADAMENTE OITO FAMÍLIAS. NÃO HÁ ESPAÇO PARA FAZER PLANTIOS



Encaminhamentos da reunião

Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo

Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

Ações em andamento

Até o momento não há ações em andamento.

Observações importantes

A Coordenadora da Mesa de Diálogo solicitou a inclusão do Sebrae na Câmara Setorial MAB

A empresa CEI – Companhia Energética Integrada, solicitou que os próximos convites para as reuniões sejam enviados à Maynart Energética LTDA.



BARRAGENS DE EMBOQUE E GRANADA (MUNICÍPIOS DE RAUL SOARES e ABRE CAMPO)

Dados Gerais

Nome do empreendimento: Barragem de Emboque (João Camilo Pena)

Localização: Raul Soares/Abre Campo

Data do empreendimento: início da operação em 1998

Municípios do entorno: Raul Soares/Abre Campo

Empresa responsável: Brookfield

Rio: Matipó (afluente do Rio Doce)

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

Nome do empreendimento: Barragem de Granada (Túlio Cordeiro de Melo)

Localização: Abre Campo

Data do empreendimento: início da operação em 2003

Municípios do entorno: Abre Campo

Empresa responsável: Brookfield

Rio: Matipó (afluente do Rio Doce)

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

Entenda o conflito

As hidrelétricas foram construídas pela empresa Cataguases – Leopoldina Força e Luz. Depois foram compradas pela Energisa, depois pela Brascan e hoje pertencem a Brookfield, uma empresa canadense. De 2012 a 2014 foi feito um diagnóstico participativo executado pela associação local dos atingidos que contratou uma equipe de profissionais ligados a Universidade Federal de Viçosa.

Foram entrevistadas pela equipe 149 famílias. 101 famílias foram procuradas, mas não foram encontradas para a realização das entrevistas ou não quiseram ser entrevistadas.



Reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Reconhecimento da condição de atingido e reparação a essas famílias		
Ampliação de terreno das famílias reassentadas para criação de hortas		
Reativação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE de Bicuíba e Granada. Muitas vezes o esgoto da referida estação volta para dentro das casas e da escola	SEMAD	Considerando o tempo de instalação da ETE, o primeiro passo é identificar se elas foram assumidas pelo Poder Público Municipal, por concessionárias ou se ela pertence a barragem mencionada. Está sendo realizado levantamento para identificar os responsáveis para que as medidas cabíveis sejam tomadas, inclusive sanções administrativas previstas na legislação.
Construção de centro comunitário para uso em reuniões e eventos da comunidade de Bicuíba		
Reforma da área de lazer para a comunidade Granada, pois a existente está sendo usada como pontos para usuários de drogas		
Reforma das casas dos reassentados que apresentaram rachaduras		
Reavaliação dos valores das indenizações. Os valores pagos foram insuficientes e inadequados, tendo em vista a falta de isonomia dos critérios adotados		
Reestruturação das estradas de terra e pavimentação de ruas que dificultam o acesso ao município de Raul Soares e comunidades vizinhas		



REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Regularização da titulação de terras para viabilizar participação em programas e projetos sociais		
Ações de melhoria na qualidade da saúde ofertada às comunidades		
Resguardar o direito das famílias que não foram encontradas para responder ao questionário que gerou o diagnóstico		
Reconhecimento do diagnóstico pela empresa Brookfield, para dar seguimento às tratativas		
Ações para recuperação e preservação das margens, nascentes, áreas permanentes e reflorestamento		
Cessar o pagamento de impostos territoriais, que vem sendo pagos pelos atingidos, mesmo com seus terrenos alagados pela barragem		



OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da SUPRAM Zona da Mata.
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – UPGRH DO1. Plano de ações: inventário de locais de barramentos de contenção ou laminação concluído. Análise de viabilidade de obras de contenção ou laminação concluída. Ação importante: projeto restrição de uso das áreas de entorno de aproveitamento hidrelétrico.

Informações da visita e da reunião

A Mesa de Diálogo visitou o município Raul Soares, no dia 16/05/2017, no período da manhã, acompanhada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. À tarde, a reunião foi realizada no Clube de Lazer Bicuibense, na rua Aníbal de Oliveira Mais, S/N, comunidade de Bicuíba (zona rural de Raul Soares). Estavam presentes no evento aproximadamente 102 pessoas. O MAB solicitou a agenda com o objetivo de reivindicar a quantificação e mediação de ações necessárias à solução dos passivos.



RIO POLUÍDO, MARGENS SUJAS - RIO MATIPÓ



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE



Desdobramentos decorrentes da reunião

Reunião da Mesa de Diálogo, Ministério Público, a Brookfield, o cartório do município e o MAB para ver a questão do diagnóstico, em junho.

Realizar as tratativas necessárias para levar o assunto para Belo Horizonte

Centralizar as discussões na Mesa de Diálogo. No momento, o conflito é tratado em vários lugares, o que dificulta a ação da empresa

Encaminhamentos da reunião

Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo

Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

Ações em andamento

Até o momento não há ações em andamento.



USINA DE IRAPÉ (MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL)

Dados Gerais

Nome do empreendimento: Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitscheck

Localização: município de Grão Mogol

Data do empreendimento: início da operação em 2006

Municípios do entorno: Grão Mogol, Cristália, Botumirim, José Gonçalves de Minas, Berilo, Leme do Prado e Turmalina

Empresa responsável: Cemig

Rio: Rio Jequitinhonha

Nº de atingidos: aproximadamente 5.000 pessoas de 151 comunidades, num total de 1.151 famílias³⁶

Entenda o conflito

A construção da usina de Irapé foi iniciada em 2002 e concluída em junho de 2006, pela Cemig. A UHE tem potência instalada de 399MW, extensão de 500m, uma área alagada de 137,16 km², é a barragem mais alta do Brasil e a segunda maior da América Latina, com 208 metros. A energia elétrica gerada não foi e não é destinada necessariamente ao Vale do Jequitinhonha.

Com base nos estudos feitos pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambiental –GESTA, em 2013, algumas violações ambientais e sociais ficaram em evidência, tais como: má qualidade da água (danos irreversíveis), ambiente propício para proliferação de insetos, serpentes e limitação no acesso ao rio (crescimento da vegetação), diminuição da atividade produtiva (perda de terras férteis), diminuição ou eliminação na criação de animais.

³⁶ Informações passadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens



Reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Projeto de descontaminação da água do Rio Jequitinhonha (análise da qualidade da água que atinge a qualidade dos peixes)		
Reconhecimento da condição de atingido e reparação a essas famílias não reconhecidas		
Melhoria das condições de trabalho dos pescadores que foram atingidos com a extinção de peixes como o camarão. A espécie colocada no rio, a pirambeba, é uma espécie de piranha que come outros peixes		
Regularizar a situação da bomba e do encanamento que quebram frequentemente		
Projeto para tratar a acidez do solo que será usado para plantio (necessidade de calcário), assim como disponibilização de água para irrigação de pequenas plantações	EMATER	Realizar Dia de Campo na comunidade; inclusão da comunidade na Estratégia de Enfrentamento da Pobreza no Campo – Sementes Presente.
Projetos sociais para que se possa explorar mais o Lago de Irapé		
Ampliação da escola, visando melhor acomodação dos alunos		
Reavaliação dos valores exorbitantes das contas de energia elétrica das famílias com o mínimo de eletrodomésticos na residência		
Ações para preservação e proteção no entorno das nascentes	SEMAD	O IEF pode apoiar as comunidades dentro de seus programas de fomento de recuperação. As ações voltadas ao CAR – Cadastro Ambiental Rural e ao PRA – Programa de Recuperação Ambiental também podem ser priorizadas, aumentando a escala de recuperação.
	EMATER	Realizar visita técnica na comunidade e elaborar projeto para cercamento das nascentes.
Regularização da titulação de terras para viabilizar participação em programas e projetos sociais	CEMIG	A partir do levantamento feito pela empresa, foi possível constatar que aproximadamente 825 famílias deveriam receber o documento, 700 já têm a situação regularizada, e 125 títulos estão pendentes de regularização, pois precisam de ajuda até mesmo da população para finalizar o processo.



OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da SUPRAM Norte de Minas.
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	A partir de um projeto maior, o IEF, o IGAM, a academia, o Comitê de Bacias e os demais órgãos envolvidos na recuperação, o IEF poderá atuar no fomento de recuperação das áreas identificadas como críticas para o processo de recuperação do Rio Pardo e Rio Jequitinhonha. Ações ligadas ao Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa de Recuperação Ambiental – PRA das propriedades delimitadas pela bacia do Rio Pardo e Jequitinhonha, também poderão ser prioritárias nas ações desenvolvidas pelo IEF.
IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Jequitinhonha – JQ1 Nos cenários futuros são previstos investimentos importantes em infraestrutura hídrica na bacia do alto Jequitinhonha, além da Barragem de Irapé, um deles é a implantação da Barragem Vice-Presidente José Alencar, no Ribeirão Congonhas (que localizará entre os municípios de Grão Mogol e Itacambira), a partir da qual está prevista uma transposição de 2,18 m ³ /s, para abastecimento humano na Bacia do Rio verde Grande, onde serão beneficiadas a população dos municípios de Montes Claros, Juramento, Francisco Sá, Janaúba, Capitão Enéas, entre outros da região.	
SEDESE	Presença da secretaria com o projeto “Sementes Presentes, Estratégia de Enfrentamento a Pobreza no Campo”

Informações da reunião

A Mesa de Diálogo realizou reunião no dia 30/05/2017, no Centro Diocesano, Rua Goiás, 339, Alto Santuário, na cidade de Araçuaí-MG com os atingidos pela barragem. Estavam presentes na reunião aproximadamente 70 pessoas. O MAB solicitou a agenda com o objetivo de reivindicar a quantificação e mediação de ações necessárias à solução dos passivos.



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO, EM ARAÇUAÍ, NO DIA 30/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO, EM ARAÇUAÍ, NO DIA 30/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO, EM ARAÇUAÍ, NO DIA 30/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO, EM ARAÇUAÍ, NO DIA 30/05/2017

Desdobramentos decorrentes da reunião

Realizar novas agendas com os atingidos no segundo semestre de 2017 (agosto/setembro).

Encaminhamentos da reunião

Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo

Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

Ações em andamento

Até o momento não há ações em andamento.



BARRAGEM SETÚBAL (MUNICÍPIOS DE JENIPAPO DE MINAS/CHAPADA DO NORTE)

Dados Gerais

Nome do empreendimento: Barragem de Setúbal

Localização: Jenipapo de Minas – Vale do Jequitinhonha

Data do empreendimento: início da operação em 2010

Municípios envolvidos: Jenipapo de Minas e Chapada do Norte

Empresa responsável: Ruralminas

Rio: Rio Setúbal

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

Entenda o conflito

O projeto da Barragem de Setúbal teve início em 1989, pelo governo do Estado, por meio da Cemig, para geração de energia elétrica. Em julho de 2006, com a liberação da Licença de Instalação, a Ruralminas começou a executar as obras de finalização, com o assentamento das famílias e a redefinição de uso da barragem.

A Barragem de Setúbal foi inaugurada no dia 19 de janeiro de 2010 e foi construída com o objetivo de regularizar a vazão de cursos d'água na região e garantir o abastecimento humano e a execução de projetos de desenvolvimento propostos para a região. O projeto previa atender cerca de 30 mil pessoas de dois municípios da região – Chapada do Norte e Jenipapo de Minas. O reservatório de 790 hectares permite a acumulação de 130 milhões de m³ de água.

O processo de desapropriação e indenização envolveu 235 famílias. A Ruralminas construiu uma agrovila em cada município.



Principais reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Projetos de geração de emprego e renda para os atingidos pela Barragem Setúbal, inclusive desenvolvimento de alternativas de trabalho (piscicultura, por exemplo)	EMATER	Realizar visita técnica na comunidade para diagnosticar seu perfil.
Construção de área de lazer para as comunidades		
Projeto para desenvolvimento de hortas	SEAPA	Programa 062 – Infraestrutura Rural. Ação: Serviço de Engenharia e Motomecanização: ampliar e fortalecer os serviços de infraestrutura rural, pesquisa, assistência técnica, extensão rural e defesa agropecuária. Intervenção estadual através de ações de recuperação de subbacias, de serviços de engenharia e de motomecanização.
	EMATER	Realizar Dia de Campo na comunidade. Incluir a comunidade na Estratégia de Enfrentamento a Pobreza Rural – Sementes Presente.
Ações para combate à desnutrição na região		
Conserto do caminhão-pipa que se encontra inoperante por falta de pneus	SEDA	A secretaria fornecerá 02 pneus (pendentes de liberação de envio).
	Prefeitura de Chapada do Norte	A prefeitura fornecerá 02 pneus.
Disponibilização de água para matar a sede dos animais	SEAPA	Programa 064 – Barragens de Minas. Ação Regularização, Operação e Manutenção de Barragens: melhorar as condições de vida da população por meio da disponibilização de água para usos múltiplos, tais como abastecimento humano, irrigação, controle de cheias, pesca, aquicultura e perenização dos rios.
	SEMAD	Demanda já encaminhada para posicionamento do IGAM (cabe destacar que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.913/2013 já prevê, para núcleo populacional rural – com população inferior ou igual a 600 habitantes – a dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos e sujeito apenas ao cadastramento no órgão ambiental).

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Reativação das Estações de Tratamento de Água – ETAs das Agrovilas I e II, construídas em 2009 (abandonadas, pois tiveram período de funcionamento de 6 meses), e ativação da distribuição de água por meio do encanamento já feito (hidrômetros já instalados)	SEMAD	Considerando o tempo de instalação das ETAs, o primeiro passo é identificar se elas foram assumidas pelo Poder Público Municipal, por concessionárias ou se elas pertencem as barragens mencionadas. Está sendo realizado levantamento para identificar os responsáveis para que as medidas cabíveis sejam tomadas, inclusive sanções administrativas previstas na legislação.
Conserto das bombas em tempo hábil. As bombas quebram frequentemente		
Reforma de 7 a 8 pontes que atualmente estão quebradas, sendo necessária intervenção da comunidade para reparação		
Reestruturação das estradas de terra (esburacadas, sem sinalização e com pouco cascalho) que dificulta o acesso às Agrovilas e comunidades vizinhas	SEAPA	Programa 061 – Estradas Vicinais de Minas. Ações: 1 - Conservação de Estradas Vicinais; 2 - Readequação de Estradas Vicinais com Enfoque Ambiental: recuperar, readequar, conservar e preservar as estradas vicinais para melhorar as condições de transportes das pessoas, da produção agrícola, dos insumos e outras mercadorias; melhorar a integração inter-regional. Diminuir os custos do transporte; despertar a consciência ecológica e a noção de responsabilidade da comunidade na manutenção das estradas que lhe servem através da divulgação das práticas conservacionistas e capacitação dos técnicos das administrações municipais e membros da sociedade organizada na tecnologia da conservação das estradas.
	EMATER	Realizar visita técnica na comunidade e elaborar projeto técnico.
Reforma/reconstrução de casas (15) com grandes rachaduras, que trazem riscos aos moradores		
Projeto para tratar o solo que será usado para plantio		
Regularização da titulação de terras para viabilizar participação em programas e projetos sociais		

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Disponibilização de água na escola da Agrovila II. A escola funciona de 12h às 14h por falta de abastecimento		
Ativação dos centros de saúde das Agrovilas I e II. As construções estão terminadas, mas não estão em funcionamento, o que causa deterioração do patrimônio		

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da respectiva SUPRAM Jequitinhonha.
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	A partir de um projeto maior, o IEF, o IGAM, a academia, o Comitê de Bacias e os demais órgãos envolvidos na recuperação, o IEF poderá atuar no fomento de recuperação das áreas identificadas como críticas para o processo de recuperação do Rio Pardo e Rio Jequitinhonha. Ações ligadas ao Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa de Recuperação Ambiental – PRA das propriedades delimitadas pela bacia do Rio Pardo e Jequitinhonha, também poderão ser prioritárias nas ações desenvolvidas pelo IEF.
	IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – UPGRH JQ2 O Plano Diretor apresenta em seu relatório Final, Volume III, pág. 80, a Ação Programática 10 – Desenvolvimento da agricultura irrigada como projeto estruturante do desenvolvimento sustentável da bacia prevendo como uma de suas metas avaliar no curto prazo (02 anos) as possibilidades de aproveitamento das barragens do Calhauzinho e Setúbal para desenvolvimento da agricultura irrigada na bacia.



Informações da visita e da reunião

A Mesa de Diálogo visitou o município de Chapada do Norte, no dia 28/05/2017, no período da manhã, acompanhada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A reunião foi realizada no dia 31/05/2017, no Salão comunitário da Agrovila II, ao lado da Escola Municipal Francisca Reis. Estavam presentes no evento aproximadamente 150 pessoas. O MAB solicitou a agenda com as seguintes reivindicações para a Agrovila I: construção de cinco moradias para as famílias não reassentadas, reforma de 15 moradias de famílias reassentadas (casas com rachaduras), falta de água para o consumo humano e para irrigação, colocar a Estação de Tratamento de Água em funcionamento (Copanor), local adequado para plantio, energia elétrica para seis famílias, titulação de terra para 84 famílias, melhorias das estrada de acesso a outros municípios, reforma de sete pontes e cestas básicas para as famílias. Reivindicações para a Agrovila II: reforma das casas (com rachadura) para 30 famílias, água para consumo humano (ativar a Estação de Tratamento de Água) e para irrigação, energia elétrica para 10 famílias, titulação de terras, construção de pontes, manutenção das estradas, construção de igreja, assentamento de mata-burros e disponibilização de cesta básica para as famílias.

Aline, do MAB, informou que as pontes foram construídas em 2009 pela Ruralminas. As construções sobre o Córrego Tamanduá e sobre Córrego Araçá não estão em funcionamento, sendo necessário usar um desvio que passa dentro dos córregos secos. A ponte sobre o Ribeirão do Granjas foi reformada pelos moradores.

A população reivindica, ainda, o funcionamento da Estação de Tratamento de Água, uma vez que as casas já possuem os hidrômetros instalados. Com relação à água retirada das barragens, a população tem acesso a um sachê para tratar a água em casa, mas nem todos utilizam o benefício. Solicitam que o caminhão-pipa volte a funcionar, mas para isso é necessário a troca de pneus.



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA AGROVILA I COBERTA POR MATO



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA. MATERIAL DETERIORANDO



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO DIA 28/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO DIA 28/05/2017



Desdobramentos decorrentes da reunião

Realizar novas agendas com os atingidos no segundo semestre de 2017 (agosto/setembro).

Encaminhamentos da reunião

Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo

Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

Ações em andamento

Até o momento não existem ações em andamento.



UHE ITAPEBI (MUNICÍPIO DE SALTO DA DIVISA)

Dados Gerais

Nome do empreendimento: UHE Itapebi

Localização: Salto da Divisa

Data do empreendimento: Década de 90

Municípios envolvidos: Itapebi, Itagimirim e Itarantim, no estado da Bahia e Salto da Divisa, no estado de Minas Gerais.

Empresa responsável: Itapebi Geração de Energia

Rio: Jequitinhonha

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

Entenda o conflito

Em dezembro de 1998 foi realizada licitação pela ANEEL para exploração do aproveitamento hidrelétrico da região de Itapebi. Em julho de 1999, a prefeitura de Salto da Divisa se posiciona formalmente favorável à implantação do empreendimento, em setembro do mesmo ano o IBAMA concede Licença de Instalação para a UHE de Itapebi.

Entre a Licença de Instalação e a Licença de Operação, o Consórcio responsável pelo empreendimento, como medida compensatória, reassenta as famílias desalojadas de suas terras em um bairro criado para este fim, denominado Vila União. As casas, porém, foram construídas em lotes individuais com tamanho reduzido, não permitindo a plantação de hortas e outros produtos aos quais os moradores estavam habituados a cultivar. O local do bairro também apresenta topografia com alta declividade e solo pedregoso.

O IBAMA concede Licença de Operação para a UHE de Itapebi, em dezembro de 2002. A partir daí dá-se início à criação de diversas associações de categorias de trabalhadores da região.



Principais reivindicações

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Realizar a construção de novas casas devido às rachaduras ocasionadas pela infiltração desde a elevação do Rio Jequitinhonha com o advento da construção da barragem		
Reformar a lavanderia construída para as lavadeiras não atende a realidade do grupo de 80 mulheres que exerciam a atividade nas lajes do rio. A lavanderia está apresentando enormes rachaduras		
Desassoreamento do Rio Jequitinhonha. O assoreamento foi causado pela construção da UHE Itapebi.		
Ações de proteção à mata ciliar	SEMAD	O IEF pode apoiar as comunidades dentro de seus programas de fomento de recuperação. As ações voltadas ao CAR – Cadastro Ambiental Rural e ao PRA – Programa de Recuperação Ambiental também podem ser priorizadas, aumentando a escala de recuperação.
	EMATER	Realizar visita técnica na comunidade e incluí-la no Projeto SAF's da Seda.
Monitoramento dos níveis de água do lençol freático nas proximidades do Rio Jequitinhonha		
Controle de plantas aquáticas (Macrófitas) no reservatório ocasionado pela UHE Itapebi		
Ativação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE construída pela empresa		



REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Melhoria dos projetos de geração de renda que atualmente não se aplicam a realidade da comunidade atingida. A grande maioria dos atingidos tem mais de 60 anos de idade	SEDESE	Levantar ativos sobre a economia popular solidária no município. Projeto “Sementes presentes”
Revisão do processo de licenciamento ambiental precisa, pois cumpre de forma parcial as condicionantes e medidas compensatórias/mitigatórias		
Necessidade de fiscalização do IBAMA no que se refere ao cumprimento das medidas		
Julgamento de cerca de 200 processos de reparação dos danos, tramitando na Comarca de Jacinto MG e na Subseção da Justiça Federal em Teófilo Otoni/MG		

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
SEMAD	O IBAMA é responsável pela regularização ambiental da UHE Itapebi. Portanto, as questões quanto ao assoreamento do Rio Jequitinhonha, se causado pela construção da UHE Itapebi, deverão ser avaliadas por este órgão.
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Médio e Baixo Jequitinhonha – JQ3. O plano de ações terá os seguintes objetivos: propor as intervenções necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável; propor um Modelo de Gestão dos Recursos Hídricos; Desenvolver uma Estrutura Organizacional para implementar o Planos de Ações e criar a capacitação técnica e da sociedade necessária para que o Sistema Estadual de Recursos Hídricos possa funcionar de acordo com a estrutura e o modelo de gestão especificado pela política Estadual de recursos Hídricos, de acordo com a lei Estadual nº 13.199/99.

Informações da visita e da reunião

Em visita técnica realizada de 01 a 03 de março de 2016 foi possível verificar a migração de alguns saltenses para a luta pela reforma agrária, com a ocupação da Fazenda Talismã pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST. Foram identificadas cerca de 50 pessoas que, sem perspectiva de geração de renda no meio urbano, estão acampadas às margens do Rio Jequitinhonha - cerca de 10 km da sede do município (Salto da Divisa) – lutando por um pedaço de terra para sobreviver. Algumas casas estavam literalmente caindo e o esgoto da cidade despejado sem nenhum tratamento adequado. O conjunto paisagístico da Cachoeira Tombo da Fumaça, atualmente alagado, foi também abordado pelos moradores: os relatos revelaram a importância cultural da cachoeira, que era um atrativo turístico e também um local importante para a preservação de espécies de peixes da região.

A Estação de Tratamento de Esgoto na parte alta da cidade não funciona. A moradora visitada está com sua casa caindo, em virtude de estar cerca de 80 metros de distância do lago, e estando ao lado do esgoto do hospital, que é despejado no lago sem nenhum tratamento.

Os relatos dos moradores em síntese, revelaram situações de migração de saltenses para os grandes centros urbanos em busca de emprego, residências apresentando enormes rachaduras, doenças relacionadas ao esgoto doenças psicológicas relacionadas à interrupção da geração de renda dos pescadores, das lavadeiras, dos extratores de pedra e de areia, bem como acentuado nível de plantas aquáticas (macrófitas) no lago.



VISITA TÉCNICA - 29/02 A 04/03/2016



VISITA TÉCNICA - 29/02 A 04/03/2016



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DA DIVISA NO DIA 28/06/2016

Histórico

2002 – Com o funcionamento da usina, as casas construídas no Bairro Vila União começam a apresentar problemas de rachaduras e outros defeitos estruturais (janelas, canos, etc). De acordo com os moradores, provavelmente, esses problemas ocorreram devido às constantes explosões realizadas para formação do reservatório hídrico. Várias moradias estão visivelmente em situação de risco iminente de desabamento. Além desse problema, após a criação do reservatório, a comunidade perdeu um importante recurso que é a água, que antes se apresentava corrente e com grande utilização pela comunidade e que se tornou imprópria tanto para consumo humano, quanto animal. Não é mais possível continuarem as atividades de pesca, lavagem de roupa, extração mineral e dessedentação animal. Também há relatos de aumento de casos de doenças de pele e verminoses.

2011 - São realizadas audiências públicas em Jacinto para discussão da situação das casas danificadas, porém sem resolver a questão.



O juiz federal de Governador Valadares nomeia um perito ambiental para averiguar as denúncias das associações da região.

09/2014 - Foi realizada audiência pública em Salto da Divisa para tratar sobre violações de direitos humanos decorrentes dos impactos referentes à implantação do empreendimento da Usina Hidrelétrica em Itapebi, porém sem a participação da empresa, que não compareceu. O relatório da audiência pública foi enviado à FEAM, ao COPAM, à SEMAD, ao Governo de Minas Gerais, à Presidência da República, ao Conselho Estadual de Assistência Social e à empresa. Também foi encaminhado requerimento à justiça solicitando rapidez no julgamento das ações, de acordo com o GESTA UFMG.

Em março de 2016, técnicos da SEPLAG e SEDPAC, auxiliares da Mesa de Diálogo e Negociação, visitaram a área para averiguação da situação dos atingidos pela implantação da Barragem de Itapebi em 2002, cujos impactos ainda são sofridos pela comunidade. Reunião na câmara Municipal de Salto da Divisa para tratar de questões sociais e econômicas envolvendo os atingidos pela construção da barragem, cujas atividades de pesca, lavagem de roupa e extração de pedra e areia foram prejudicadas. No mesmo mês de março de 2016, foi realizada nova reunião para tratar dos problemas apresentados pelas moradias ofertadas pelo grupo que administra a Usina Hidrelétrica de Itapebi à comunidade atingida de Salto da Divisa, bem como discutir as propostas de programas sociais a serem desenvolvidos pela empresa em benefício da comunidade.

04/2016 - O movimento Mobilização Social de Salto da Divisa encaminha ofício à Secretaria Executiva da Mesa, solicitando uma reunião no âmbito da Mesa de Diálogo e Negociação, a ser realizada em Salto da Divisa, para tratar das questões conflituosas referentes à Barragem de Itapebi.

28/06/2016 – Foi realizada reunião da Mesa de Diálogo na Câmara Municipal de Salto da Divisa com o objetivo de propor alternativas e mediar o conflito. Foram relatados todos os fatos ocorridos desde a construção de barragem em 2002 e tirados encaminhamentos.

13/07/2016 e 28/08/2016 – foram realizadas reuniões nas dependências do IBAMA em Brasília/DF, para tratar as consequências pertinentes à instalação da Usina Hidrelétrica na população local.



Desdobramentos decorrentes da reunião

A Mesa de Diálogo oficiará o IBAMA e o Governo da Bahia que a referida estrutura do Governo de Minas Gerais iniciou as tratativas com o condão de solucionar os passivos relacionados à Itapebi

A Mesa de Diálogo instituirá uma Câmara Setorial para definir a agenda de trabalho e o retorno dos encaminhamentos

A AGE se reunirá com a Defensoria Pública e o Ministério Público de Minas Gerais para traçar as estratégias na busca da solução para o conflito

O IBAMA, por meio de seu representante (José Alex Portes) marcará a data para a segunda visita do órgão ao Município de Salto da Divisa, mediante convocação dos representantes da Mesa de Diálogo, município e atingidos, e trará as respostas sobre questões técnicas que não foram respondidas, tal como sobre a responsabilidade de revisão do limite de 100 metros estabelecido pela UNB em 2013

Encaminhamentos da reunião

Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo

Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

Ações em andamento

Até o momento não existem ações em andamento.



VALE DAS CANCELAS (MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL)

Dados gerais

Município: Grão Mogol

Nome da ocupação: Fazenda Cancela/Fazenda Rio Rancho – Vale das Cancelas

Movimento(s) social (is): Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento Geraizeiros; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Via Campesina; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA; Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicional, Grupo de Estudos em Temáticas Ambiental – GESTA/UFMG e Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

Números famílias: 380 (Fazendas do Grupo Newton Cardoso) 1.805 (Região dos Geraizeiros)

Ano da ocupação: 1983

Data de entrada na reunião da Mesa: 22/12/2015

Possui Ação de Reintegração de Posse? Não

Entenda o conflito

Em novembro de 2016, 120 famílias atingidas das comunidades geraizeiras de Buriti, Tingui, Córrego do Engenho, São Lourenço e Bonfim Estreito ocuparam uma área da Fazenda Buriti Pequeno, próxima à cabeceira do Córrego São Lourenço, às margens da estrada municipal que liga o Distrito de Vale das Cancelas à sede do município de Grão Mogol (MG) e no entroncamento que dá acesso à barragem da Usina Hidrelétrica de Irapé, como forma de reivindicar a demarcação do seu território tradicional, contra a criminalização das lideranças das comunidades que vivem nesta área e pelos direitos dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé. O acampamento recebeu o nome de Alvimar Ribeiro. A ação, construída pelas famílias, organizadas no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e apoiada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, faz parte da Jornada de Lutas pela regularização do Território Tradicional Geraizeiro de Vale das Cancelas. A área engloba terras devolutas do Estado de Minas Gerais, nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho e está em conflito entre as comunidades geraizeiras e as empresas de monocultura de eucalipto.

**Principais reivindicações**

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Realizar o cadastramento das famílias		
Contratação de assistentes sociais para atender a comunidade		
Ações para recuperação e preservação das nascentes		
Unificação dos processos judiciais		
Pagamento de indenização pela devastação ambiental causada em toda a área, sobretudo com o assoreamento da barragem do Córrego da Forquilha		

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
SEMAD	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Jequitinhonha – JQ1 Nos cenários futuros são previstos investimentos importantes em infraestrutura hídrica na bacia do alto Jequitinhonha, além da Barragem de Irapé, um deles é a implantação da barragem Vice-Presidente José Alencar, no Ribeirão Congonhas (que localizará entre os municípios de Grão Mogol e Itacambira), a partir da qual está prevista uma transposição de 2,18 m ³ /s, para abastecimento humano na Bacia do Rio verde Grande, onde serão beneficiadas a população dos municípios de Montes Claros, Juramento, Francisco Sá, Janaúba, Capitão Enéas, entre outros da região.



Histórico

08/2012 – Realização do Oficina Direitos Territoriais, em Matias Cardoso, promovida pela Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais onde foram denunciadas tensões relacionadas aos conflitos territoriais. (Relatório CAA);

02/2012 – 01/2013 – Realização de estudos promovidos pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais/GESTA da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG nos municípios de Grão Mogol, Rio dos Machados, Padre Carvalho e Rio Pardo de Minas para apuração da situação das comunidades geraizeiros. (Relatório CAA)

22/11/2015 – Autodeclaração de demarcação do Território Geraizeiro de Vale das Cancelas, com elaboração de relatório sobre as Oficinas de Autodemarcação do Território Tradicional de Vale das Cancelas, realizadas em 18 de julho de 15 e 23 de agosto/2015. (Relatório CAA)

14/12/2015 – Reunião entre os representantes dos geraizeiros, representantes da empresa Rio Rancho e da PMMG para tratar do conflito agrário entre as partes.

17/12/2015 – O Movimento Geraizeiros e a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais enviam ao Ministério Público de Minas Gerais e à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, ofício e documentação a respeito da operação montada pela Suzana Celulose, juntamente com a Fazenda Rio Rancho, para desarticular e intimidar moradores das áreas ditas das empresas

22/12/2015 – Reunião da Mesa de Diálogo com a participação de representantes do Grupo Newton Cardoso e dos movimentos sociais. O grupo propôs montar força tarefa jurídica para tentar legalizar as moradias antigas situadas nas terras das empresas, realizar de georeferenciamento do local e cadastro das famílias; buscar os processos judiciais de ambas as partes; contratação, por parte do grupo, de assistentes sociais, acompanhamentos pelo poder público, o grupo promoverá a recuperação das nascentes, promover a aproximação de outras empresas agrárias da região com os geraizeiros, participação em reuniões governamentais para tratar de conflitos agrários e dos geraizeiros. Será também feita uma Câmara Técnica para discutir esse conflito. Foi sugerida também uma nova reunião a ser feita em janeiro de 2016.

13/01/2016 – Expedição, pelo cartório de imóveis de Grão Mogol, de diversas certidões Imobiliárias relativas aos imóveis do grupo NC.

11/02/2016 – Reunião Técnica, encaminhada em reunião da Mesa de Diálogo e Negociações, realizada no Centro de Agricultura Alternativa – CAA. Foi lida e discutida a proposta da empresa para o Movimento dos Geraizeiros. Denunciam a degradação ambiental e a grilagem de terras. Foram encaminhadas as seguintes ações: consulta

aos demais integrantes sobre proposta da empresa. No dia 11/03 será dada a resposta da consulta e apresentado um laudo antropológico da área; a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SEDA fará o levantamento dominial das terras

26/02/2016 - O representante do Grupo Newton Cardoso envia à Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo algumas considerações sobre o conteúdo da ata da reunião da Mesa do dia 22/12/2015.

02/03/2016 - Reunião entre representantes dos geraizeiros e representantes do Grupo Newton Cardoso, realizada no Vale das Cancelas. Foram abordados os demais pontos: Estruturação de escritório jurídico aceito pela comunidade a questão da retirada dos processos contra os diretamente envolvidos e não aceitam serem tratados de forma individualizada, mas sim coletivamente com movimento de luta. A comunidade não irá reconhecer este estudo a não ser para áreas de preservação e proteção de nascentes; o cadastramento das famílias não deve ser realizado pela empresa. O movimento quer a unificação dos processos judiciais e a regularização de todo o território dos geraizeiros; a assistência social deve ser com profissionais contratados pela empresa visando a criação de um vínculo com os moradores e a pacificação do conflito. A preservação e recuperação das nascentes e a retirada das plantações de eucalipto deve estar a uma distância de, pelo menos, 1 km das nascentes e nas estradas vicinais, construídas barriguinhas; a aproximação da população nativa com empresários deve ter a interveniência do Ministério Público e outras entidades que apoiam o movimento dos geraizeiros e os empresários devem respeitar a cultura e tradição dos povos que habitam a área por várias décadas. Solicitam também ao Estado que oriente as empresas no que se refere às leis estaduais e federais e os acordos internacionais de proteção às comunidades tradicionais; as reuniões, seminários ou eventos promovidos pelos geraizeiros, devem ter o foco às questões pleiteadas pelos geraizeiros. Solicitam que a empresa apresente seu cronograma de atuação na região e que esclareça sua relação com as empresas Sul Americana de Metais e a Rio Rancho Agropecuária; nesta reunião foi encaminhado o seguintes: esclarecimentos da proposta de criação do território geraizeiros pertinente às áreas de abrangência das Fazendas Lamarão, Ribeirãozinho e Caiçara (Cutica), de aproximadamente 36.000 hectares; indenização pela empresa responsável pela Fazenda Rio Rancho pela devastação ambiental causada em toda a área, sobretudo com o assoreamento da barragem do Córrego da Forquilha, devido as voçorocas; destinação de áreas das chapadas para que a comunidade possa criar seu gado e coletar seus produtos extrativistas; ao término da reunião, o movimento reforçou que a comunidade não abrirá mão de seus direitos de pleitear a devolução de uma parte da área de exploração tradicional que foi expropriada pela implantação do agronegócio feito pela Grupo Newton Cardoso e que Território Tradicional de Vales das Cancelas e Cutica seja garantido pela empresa e pelo poder público.

01/04/2016 – Ofício da RURAMINAS para a Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, esclarecendo as tratativas do conflito entre os geraizeiros e o Grupo Newton Cardoso (Fazenda Rio Rancho) no âmbito da Mesa de Diálogo e Negociação.

14/04/2016 – Relatório de atividades de serviço externo, elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA, encaminhando à Secretaria Executiva da Mesa, contendo descrição sucinta das atividades desenvolvidas pelos técnicos, em 2016, em relação ao conflito agrário Movimento dos Geraizeiros e Grupo Newton Cardoso. Anexos ao relatório, ata da reunião de 02/03 e documentação relativa à comprovação de propriedade cartorial das áreas em questão.

07/04/2017 – Reunião da Mesa de Diálogo e Negociação com a participação de representantes dos movimentos sociais.



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



Desdobramentos decorrentes da reunião da Mesa de Diálogo

Ministério Público oficiará a ALMG para que seja feita Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos no local da demanda, até no máximo o final de maio.

Construir agenda entre SEDA e Ministério Público para visitar o local do conflito. Tal visita terá finalidade de levantar os problemas que direcionarão o que será discutido na Audiência Pública. Dr. Afonso Henriques (MP) e Geraldinho (SEDA) serão os pontos focais.

Enviar ofício ao Comando Geral da Polícia Militar informando que o conflito está em negociação na Mesa de Diálogo e requerer a suspensão para cumprir o Mandado de Reintegração.

Observações importantes

Essa pauta também fará parte da Câmara Setorial MAB.

Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo

Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.



BARRAGEM DE AIMORÉS (MUNICÍPIOS DE RESPLENDOR, ITUETA E AIMORÉS)

Dados Gerais

Nome do empreendimento: Hidrelétrica Eliezer Batista

Localização: Aimorés

Data do empreendimento: inaugurada em 2006

Municípios envolvidos: Resplendor, Itueta e Aimorés

Empresa responsável: Aliança Geração de Energia S.A

Rio: Rio Doce e Rio Manhuaçu

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

Entenda o conflito

A construção da Barragem de Aimorés foi iniciada em 2001 por um consórcio formado pela Cemig e a Vale S.A. A UHE está localizada no Médio Rio Doce, próximo da divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em 2013, o empreendimento foi transferido para a Aliança Geração de Energia S.A, fruto de uma *joint Venture*³⁷ das empresas pertencentes ao consórcio.

A área ocupada pela Usina abrange os municípios de Resplendor, Itueta e Aimorés em Minas Gerais, e Baixo Gandu no Espírito Santo. A área alagada é de 2586 hectares e a Usina opera a fio d'água desde sua inauguração, em 2006.

A área urbana do município de Itueta foi completamente alagada pelo lago da usina, ocasionando o deslocamento de aproximadamente 265 casas, além de estabelecimentos comerciais e outros deslocamentos na zona rural. O Rio Doce teve seu curso desviado, o que criou um trecho de vazão reduzida que se estende por toda cidade.

³⁷ União de duas ou mais empresas já existentes com objetivo de iniciar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro.



Principais reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Reconhecimento da condição de atingido e reparação a essas famílias não reconhecidas		
Regularização da titulação de terras da Vila Neitzel e Ocupação Condomínio Itueta para viabilizar participação em programas e projetos sociais		
Elaboração de estudo da qualidade do solo em Itueta que tem ocasionado rachaduras nas casas		
Reforma de 27 casas dos reassentados que apresentaram rachaduras		
Construção de uma ponte de acesso a Itueta		
Construção de área de lazer para Resplendor e na Ocupação Condomínio Itueta		
Melhoria e implementação de sistema de esgoto nas regiões atingidas		
Projetos de geração de emprego e renda para os atingidos pela Barragem de Aimorés, inclusive desenvolvimento de alternativas de trabalho	SEDESE	Levantar ativos sobre a economia popular solidária e empreendedorismo no município
Disponibilização de médicos especialistas para o município		
Disponibilização de uma ambulância, uma vez que hoje o município só possui uma para realizar todos os atendimentos		
Reestruturação das estradas vicinais que dificulta o acesso a outras localidades do próprio município e outros		



REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Sinalização às margens da linha do trem		
Disponibilização de água potável para os moradores de Itueta, Norte de Itueta e Ocupação Condomínio Itueta		
Fornecimento de energia elétrica para as famílias do Condomínio Itueta e reavaliação dos valores exorbitantes das contas das famílias com o mínimo de eletrodomésticos na residência		
Disponibilização de transporte coletivo		
Reativação da estação de trem de Itueta		
Disponibilizar transporte escolar de qualidade para os alunos de Itueta		
Implementar coleta de lixo na Ocupação Condomínio Itueta, uma vez que a comunidade não possui coleta na residência		
Disponibilização de terras agricultáveis e investimento em agricultura, pois não há espaço suficiente para plantações nas casas construídas		
Pavimentação de vias em Resplendor		
Construção de capela velório em Resplendor		

Informações da visita e da reunião

A Mesa de Diálogo visitou o município de Itueta, no dia 13/09/2017, no período da tarde, acompanhada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A reunião foi realizada no dia 14/09/2017, na quadra poliesportiva da Vila Neitzel. Estavam presentes no evento aproximadamente 79 pessoas. O MAB solicitou a agenda com as seguintes reivindicações: assentamento rural para 100 famílias de Aimorés que não tiveram seus direitos reconhecidos; investimento em iniciativas para gerar emprego e renda na região; solução para abastecimento de água para as famílias atingidas; passagem de moto-niveladora nas estradas de 3 em 3 meses; asfaltamento da estrada principal até a balsa; construção de estruturas de segurança nos cruzamentos com linha férrea como guarita e cancela na passagem da barragem e na antiga Itueta próxima a balsa; construção de ponte para ligar o norte de Itueta ao sul; construção de rede de esgoto em Itueta; conserto de ruas; manutenção e melhoramento das praças já existentes em resplendor, reparo e reconstrução de casas; construção de usina solar para produção de energia para as famílias atingida; disponibilização de remédios; aumento do número de consultas médicas; disponibilização de médicos especialistas; transporte para encaminhamento de pacientes; instalações de pontos de atendimento médico na zona rural; reativação da estação de trem em Itueta; aumentar o número de transportes coletivos que fazem o percurso da balsa até a sede de Itueta; construir estruturas de lazer para Vila Neitzel, Resplendor e Córrego do Chapéu; construção de centro comunitário de informática com acesso à internet; criação de turmas de EJA, disponibilização de transporte escolar, uniformes e merenda de qualidade; destinação de lotes do Condomínio Itueta para famílias ocupantes e outros lotes de propriedade da prefeitura e do consórcio para atingidos, bem como inclusão dessas famílias em programas habitacionais.



casa do reassentamento construído em 2005, desocupada há 02 anos por conta das rachaduras



casa do reassentamento construído em 2005, desocupada há 02 anos por conta das rachaduras



Ocupação condomínio ituetá



reassentamento do sul de itueta



reunião da mesa de diálogo na quadra de esportes da vila neitzel, no dia 14/09/2017



margem da barragem de aimorés

Desdobramentos decorrentes da reunião

A Mesa de Diálogo solicitará à Defesa Civil e ao DEA – Departamento de Educação Ambiental uma averiguação do solo para verificar o motivo das rachaduras nas casas

A Mesa de Diálogo fará uma reunião na Cidade Administrativa com o MAB e Prefeitura Municipal de Itueta para verificar quais pontos podem avançar em conjunto com o Governo de Minas

Encaminhamentos da reunião

Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo

Incluir o conflito na “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

Ações em andamento

Até o momento não existem ações em andamento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SEAPA solicita maiores informações sobre a demanda de diminuição dos níveis de agrotóxico, no Rio Salinas, liberados pelas empresas Rio Dourado e Natalício, para melhor atuação do IMA. Barragem de Berizal no município de Indaiabira-MG.

SEDA sugere conhecer os projetos das PCHs e das UHEs, verificando o que deveria ser executado, o que foi realizado e o que não foi feito e por qual motivo não foi concluído.

O SEMAD informa que o IBAMA é responsável pela regularização ambiental da UHE Itapebi. Portanto, as questões relacionadas ao assoreamento do Rio Jequitinhonha, se causado pela construção da UHE Itapebi, deverão ser avaliadas por este órgão.

Sugestões da reunião de governo do dia 08/06/17

Inserir o Governo da Bahia, o DER – Departamento de Estradas e Rodagem e DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas nas próximas agendas

Estudar captação de recursos internacionais com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, junto com a equipe da ARI – Assessoria de Relações Internacionais.



REFERÊNCIAS

http://www.cemig.com.br/ptbr/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Paginas/grao_mogol.aspx

<http://www.ruralminas.mg.gov.br/banco-de-noticias/168-barragem-de-setubal-e-inaugurada>

<http://www.otempo.com.br/cidades/projeto-%C3%A9-considerado-a-salva%C3%A7%C3%A3o-do-sert%C3%A3o-mineiro-1.829648>

<http://www.ceienergetica.com.br/projetos/>

Diagnóstico do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB das Barragens de Emboque e Granada, em Raul Soares e Abre Campo

<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-vale-das-cancelas-avan-am-processo-retomada-terras-em-gr-mogol>

Dossiê UHE Aimorés, UHE Crenaque e UHE Resplendor – Movimento dos Atingidos por Barragens